

**Organizadora
Darlane Cristina Catapan**

TEMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Vol. 01

**São José dos Pinhais
LATIN AMERICAN PUBLICAÇÕES E EDITORA
2021**

**Organizadora
Darlane Cristina Catapan**



**Temáticas contemporâneas
das ciências sociais aplicadas**

Vol. 01

LATIN AMERICAN
publicações

**Latin American Publicações
2021**

2021 by Latin American Publicações Ltda.
Copyright © Latin American Publicações
Copyright do Texto © 2021 Os Autores
Copyright da Edição © 2021 Latin American Publicações
Editora Executiva: Profa. Dra. Dariane Cristina Catapan
Diagramação: Aline Barboza Coelli
Edição de Arte: Os Autores
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial:

Profa. Msc. Adriana Karin Goelzer Leinig, Universidade Federal do Paraná, Brasil.
Prof. Dr. Sérgio António Neves Lousada, Universidade da Madeira, Portugal.
Prof. Dr. Rahmi Deniz Özbay, Marmara University, Turquia.
Prof. Dr. Sema Yilmaz Genç, Kocaeli University, Turquia.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C586t	Catapan, Dariane Cristina. Temáticas contemporâneas das ciências sociais aplicadas / Dariane Cristina Catapan. São José dos Pinhais: Latin American Publicações, 2021. 122 p. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui: Bibliografia ISBN: 978-65-86230-76-5 DOI: 10.47174/lap2020.ed.0000082 1. Cuidador. 2. Relação Familiar. I. Catapan, Dariane Cristina. Título.

Latin American Publicações
São José dos Pinhais – Paraná – Brasil
www.latinamericanpublicacoes.com.br/
editora@latianamericanpublicacoes.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Temáticas contemporâneas das ciências sociais aplicadas vol. 1”, editado e publicado pela Latin American Publicações Ltda., reúne sete capítulos que tratam sobre temas de relevância no contexto das ciências sociais aplicadas.

Assim, os trabalhos deste livro abordam o cuidador familiar na relação familiar e a satisfação/insatisfação na gestão do cuidado, como forma de verificar os principais motivos de satisfação e/ou insatisfação dos cuidadores informais em relação à tarefa de cuidar.

O próximo trabalho discute a velhice pelo olhar do adulto contemporâneo, analisando as imagens visuais de idosos na mídia, com o objetivo de mostrar como o sonho social de envelhecer mantendo a juventude é explorado publicitariamente, apoiado por vários segmentos profissionais e institucionais que oferecem produtos e recursos para a conversão desse sonho em realidade.

O próximo trabalho discute a ação empresarial na escola e os impactos no trabalho docente e as suas resistências associadas à cultura escolar, que analisa a introdução da lógica empresarial na gestão da escola pública estadual entre os anos de 2015-2020.

Em seguida, analisa-se o estabelecimento da tradição de investigação mendeliana sob a perspectiva epistemológica de Larry Laudan, e tem o objetivo apresentar aos leitores alguns aspectos da epistemologia de Larry Laudan, contextualizando seu ponto de vista de que a ciência avança por meio da resolução de problemas.

Depois, o próximo trabalho discute a cobertura da guerra de Angola pelos jornais brasileiros, estudo que procura destacar o papel do jornalismo de guerra, que vem mitificando a profissão do jornalista.

O penúltimo trabalho discute a gestão do risco no setor público, por meio de uma revisão de pesquisa empírica que pretende abordar com maior primazia a gestão do risco no setor público, uma vez que, o setor público apresenta uma estrutura muito mais alargada e complexa do que o setor privado.

E, por fim, o último trabalho discute a gestão por competências, pois cada vez mais o mundo corporativo exige rapidez na prestação dos serviços públicos e privados, exige colaboradores menos burocráticos que utilizem a comunicação na realização de suas tarefas e na resolução dos problemas organizacionais.

Desta forma agradecemos todos os autores e autoras pelo esforço colocados em seus trabalhos e esperamos contribuir com a comunidade científica, no avanço do conhecimento científico.

Boa leitura a todos e todas!

Profa. Dra. Dariane Cristina Catapan

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01	6
CUIDADOR INFORMAL FAMILIAR: RELAÇÃO FAMILIAR E A SATISFAÇÃO/INSATISFAÇÃO NA GESTÃO DO CUIDADO	
Lisneti Castro	
Dayse Neri de Souza	
Anabela Pereira	
Inês Magalhães	
Diana Luzio	
Simone Lameiro	
Mariana Van Zeller	
DOI: 10.47174/lap2020.ed.0000074	
CAPÍTULO 02	23
A VELHICE PELO OLHAR DO ADULTO CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DAS IMAGENS VISUAIS DE IDOSOS NA MÍDIA	
Tiemy Moura	
Sandra Maria Ribeiro de Souza	
DOI: 10.47174/lap2020.ed.0000075	
CAPÍTULO 03	41
AÇÃO EMPRESARIAL NA ESCOLA: OS IMPACTOS NO TRABALHO DOCENTE E AS SUAS RESISTÊNCIAS ASSOCIADAS À CULTURA ESCOLAR	
Cristiane de Almeida Jardim	
DOI: 10.47174/lap2020.ed.0000076	
CAPÍTULO 04	61
O ESTABELICIMENTO DA TRADIÇÃO DE INVESTIGAÇÃO MENDELIANA SOB A PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA DE LARRY LAUDAN	
Guilherme Kunde Braunstei	
DOI: 10.47174/lap2020.ed.0000077	
CAPÍTULO 05	74
A COBERTURA DA GUERRA DE ANGOLA PELOS JORNAIS BRASILEIROS	
Magdala Azulay Teixeira Vaz Borja	
Eduardo Nunes Freire	
DOI: 10.47174/lap2020.ed.0000078	
CAPÍTULO 06	90
GESTÃO DO RISCO NO SETOR PÚBLICO: UMA REVISÃO DE PESQUISA EMPÍRICA	
Hélio Corguinho Fernandes	
Francisco José Ribeiro Rodrigues	
António Pedro Pereira Ribeiro	
David Miguel Almeida Amaral	
Miguel Gomes Sá Júnior	
DOI: 10.47174/lap2020.ed.0000079	
CAPÍTULO 07	112
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS – A RELEVÂNCIA DA AUDITORIA	
Adelcio Machado dos Santos	
DOI: 10.47174/lap2020.ed.0000080	

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 121

CAPÍTULO 01

CUIDADOR INFORMAL FAMILIAR: RELAÇÃO FAMILIAR E A SATISFAÇÃO/INSATISFAÇÃO NA GESTÃO DO CUIDADO.

Lisneti Castro

Doutorada em Psicologia da Educação/Departamento de Psicologia e Educação/Universidade de Aveiro-Universidade de Aveiro-Portugal

Instituição: APACID – Associação de Apoio a Cuidadores de Pessoas Dependentes
Junta de Freguesia de São Bernardo

Endereço: R. Cónego Maio 133 1ºAndar, 3810-089 Aveiro, Portugal

E-mail: lisneti_castro@yahoo.com.br

Dayse Neri de Souza

Doutorada em Ciências da Educação/ Universidade de Aveiro-Portugal

Instituição: UNASP - Centro Universitário Adventista de São Paulo- Brasil

Endereço: Estr. Mun. Pastor Walter Boger, S/N - Lagoa Bonita I, Eng. Coelho - SP, 13445-970, Brasil

E-mail: dayse.souza@unasp.edu.br

Anabela Pereira

Doutorada em Psicologia/ Universidade de Hull, Inglaterra

Instituição: Universidade de Aveiro, Portugal (Professor Associado c/ Agregação)

Endereço: Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro, Portugal

E-mail: anabelapereira@ua.pt

Inês Magalhães

Mestranda em Gerontologia/ Departamento de Psicologia e Educação/ Universidade de Aveiro

Instituição: Universidade de Aveiro, Portugal

Endereço: Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro, Portugal

E-mail: ines.amaral.osorio@ua.pt

Diana Luzio

Mestrado em Educação para a Saúde/ Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

Instituição: CINTESIS/Universidade de Aveiro

Endereço: Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro, Portugal

E-mail: dianaluzio3@gmail.com

Simone Lameiro

Mestrado em Gerontologia

Instituição: APACID – Associação de Apoio a Cuidadores de Pessoas Dependentes

Endereço: Junta de Freguesia de São Bernardo, R. Cónego Maio 133 1ºAndar, 3810-089 Aveiro, Portugal

E-mail: simonelameiro@hotmail.com

Mariana Van Zeller

Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Instituição: APACID- Associação de Apoio a Cuidadores de Pessoas Dependentes

Junta de Freguesia de São Bernardo

Endereço: R. Cónego Maio 133 1º Andar, 3810-089

E-mail: marianavzbriosa@gmail.com

RESUMO: O cuidador informal, na sua prática de cuidados, experimenta de igual forma sentimentos positivos e negativos. No entanto, é a interpretação pessoal sobre a tarefa que executa que determina o seu grau de satisfação ou insatisfação em relação à mesma. **OBJETIVO:** Verificar os principais motivos de satisfação e/ou insatisfação dos cuidadores informais em relação à tarefa de cuidar. **MÉTODO:** Estudo de cariz qualitativo e paradigma interpretativo. Participaram 24 cuidadores familiares residentes no distrito de Aveiro, Portugal. A análise de conteúdo foi realizada com o apoio do *software* webQDA. **RESULTADOS:** Verificou-se que interpretação subjetiva que cada cuidador faz sobre a tarefa de cuidar determina a sua satisfação/insatisfação com a mesma. **CONCLUSÃO:** Mesmo que os cuidadores manifestem sentimentos de satisfação e insatisfação, prevalecerá o sentimento de solidariedade/generosidade do cuidador em relação ao familiar que se encontra incapacitado.

PALAVRAS-CHAVES: Cuidador familiar, relacionamento familiar, satisfação, insatisfação, gestão do cuidado.

ABSTRACT: The familiar caregiver experience both positive and negative feelings when taking care of his relative. However, is the subjective interpretation regarding the task he handles that will determine his satisfaction or dissatisfaction level. **OBJECTIVE:** To assess the main aspects of satisfaction / dissatisfaction of familiar caregivers towards the care task. **METHOD:** Qualitative study and interpretative paradigm. 24 caregivers living in the district of Aveiro, Portugal, participated in the study. The content analysis was performed with the support of the webQDA software. **RESULTS:** It was observed that the subjective interpretation made by each caregiver about the care task will determine his satisfaction/ dissatisfaction. **CONCLUSION:** Even when caregiver express satisfaction and dissatisfaction feelings, the caregiver's solidarity/ generosity feeling towards the disabled relative will prevail.

KEYWORDS: Familiar caregiver, family relationship, satisfaction, dissatisfaction, handling the care.

1. INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico na área da saúde, conjugado com as baixas taxas de natalidade e melhores condições de vida, têm contribuído para o aumento da longevidade da população do mundo contemporâneo. Este aumento da esperança média de vida impõe à sociedade atual desafios, que atingem vários domínios, entre os quais: aumento da capacidade de atendimento em saúde, aumento do número de reformados, além da necessidade de prestação de cuidados de longa duração que deverão ser efetuados no domicílio por algum membro familiar (SEQUEIRA, 2010).

Contudo, viver mais tempo nem sempre poderá ser compreendido como um aspeto positivo. Quanto maior o avanço da idade, maiores são os riscos de o indivíduo padecer de uma doença incapacitante, que exigem cuidados especiais e contínuos. Será neste contexto que as famílias serão chamadas para assumir a responsabilidade pelos cuidados do familiar que se encontra incapacitado (PAÚL, 1997 ; GONÇALVES-PEREIRA & SAMPAIO, 2011; PEREIRA, 2013).

É neste cenário que surge a figura do cuidador informal familiar que geralmente, sem uma formação específica para atuar neste contexto, ficará encarregue pela execução, supervisão, orientação e acompanhamento dos cuidados necessários ao familiar que se encontra dependente (SILVA, 2009). Diversos autores como Brito, (2000); Figueiredo, (2007) ; Lage (2007) e Pereira, (2013) realçam o quão complexo e exigente é a tarefa de cuidador informal. É importante salientar que parte dos resultados dos estudos realizados por estes autores dão ênfase às questões relacionadas com a sobrecarga, seja ela objetiva ou subjetiva, manifestada pelos cuidadores quando estão no exercício da tarefa de cuidador informal.

É comum, durante o desenvolvimento da tarefa, o cuidador familiar manifestar um conjunto de impressões pessoais que podem estar diretamente relacionadas com as situações desagradáveis que envolvem esta atividade, sendo este o motivo pelo qual a forma de cuidar será fortemente influenciada pelo conjunto de crenças, experiências e vivências adquiridas ao longo da trajetória de vida do cuidador e familiar a ser cuidado (CAMPOS, 2007).

É nesta linha de raciocínio, anterior à doença, que se situam os conflitos, mágoas e ressentimentos vivenciados entre o familiar incapacitado e o cuidador informal familiar. Ou seja, verifica-se que estes aspetos podem vir à tona durante o exercício da tarefa de cuidar, uma vez que esta tarefa é exigente, confrontando o cuidador com diversas situações que lhe podem causar desconforto e insatisfação

(NERI & SOMMERHALDER, 2006). Ao deixar que esses sentimentos venham à tona, o cuidador poderá comprometer a qualidade dos cuidados prestados ao seu familiar.

Este estudo procurou revelar os sentimentos manifestados pelo cuidador na realização da tarefa de cuidados. Para tal foi realizada a seguinte questão: De que forma os cuidadores familiares geram sentimentos de satisfação e/ou insatisfação, durante o desempenho da tarefa de cuidados?

2. ADOECIMENTO E FAMÍLIA

O cuidar assume uma forma própria em todas as culturas. Regra geral, são as famílias que se responsabilizam e que assumem os cuidados, sendo o espaço familiar o local onde é tomado conhecimento da necessidade de início de cuidados ao familiar incapacitado ou doente. Contudo, a sua execução sofrerá influência da cultura na qual a família esta inserida (SANTOS, 2005).

Na perspectiva de Araújo, Paúl, & Martins, (2011), a família é a base fundamental para o desenvolvimento e socialização dos indivíduos, é o local de chegada, permanência e partida, além de também ser um local de liberdade, afirmação, estabilidade e segurança para os seus membros. Para (SERRA, 2002), o espaço familiar é visto como o local essencial para a troca mútua de sentimentos, para a resolução de conflitos e de problemas entre os seus elementos.

Na atualidade, devido às constantes mudanças de padrões de relacionamento, é comum a família, durante sua trajetória de vida, vivenciar situações de perdas, divórcios e doenças, que poderão contribuir para a sua desordem e desestrutura (T. MARTINS, RIBEIRO, & GARRETT, 2003). No entanto, segundo esses autores, após experienciar eventos dessa natureza, a família consegue superá-los e segue em frente com o seu ciclo de vida.

Cardoso (2011), considera a família como um sistema complexo, constituído pelo comportamento e personalidade de cada membro familiar. Estes aspetos por sua vez repercutirão em toda a estrutura e funcionamento da dinâmica familiar. Desta forma, cada vez que um elemento tivero seu bem-estar abalado, o impacto desse evento poderá acarretar alterações no bem-estar dos outros elementos familiares, como refere Ptacek *et al.* (1994, citado in CARDOSO, 2011).

Quando um elemento familiar necessita de cuidados, toda a dinâmica familiar poderá ser afetada, e como consequência bons ou maus sentimentos, vivenciados anteriormente à doença entreos membros familiares, poderão vir á tona. Este tipo de

situação despoleta, frequentemente, entre os membros familiares diferentes sentimentos, positivos ou negativos (CARDOSO, 2011).

Apesar dos familiares terem vivenciado perturbações nos seus relacionamentos durante outras etapas do seu desenvolvimento, e pelo facto de o cuidar ser visto como um dever e uma obrigação familiar, a família em situação de doença tem tendência a organizar-se de forma a que um de seus membros assuma a responsabilidade pelos cuidados, tendo em vista as normas e padrões socioculturais exigidos pelo contexto social no qual está inserida (BAUM & PAGE, 1991; NERI & SOMMERHALDER, 2006).

É de referir que o sentimento de dever e obrigação tem carácter ideológico, uma vez que se encontra relacionado com as tradições, padrões e normas de cada cultura, ou ainda pela concepção de vida e história de cada indivíduo (FIGUEIREDO, 2007). Desta forma, fica evidente a existência de uma dívida, quer seja a nível de reconhecimento, quer seja a nível financeiro dos filhos para com seus pais, fazendo com que elementos afetivos e simbólicos se juntem num complicado jogo de reciprocidade (PORTUGAL, 2011).

Assim sendo, constata-se que o indivíduo quando aceita cuidar de um familiar incapacitado, sendo muitas vezes a figura parental (pais), está preocupado em retribuir os sacrifícios realizados pelos filhos, e nos casos de cônjuges, fazer valer os compromissos assumidos no altar e válidos para toda a vida. Caso contrário, poderão desenvolver sentimentos de culpa em relação a si próprios no contexto social no qual estão inseridos.

Portanto, quando um familiar aceita cuidar do seu familiar incapacitado, não significa que esqueceu os conflitos, mágoas e ressentimentos vivenciados por ambos em algum momento das suas vidas. Para Neri & Sommerhalder (2006), a história pessoal, geracional e de parentesco entre cuidadores e pacientes, são aspetos de forte componente e estão interligados.

Segundo as autoras, bons e maus relacionamentos entre cônjuges, progenitores ou até mesmo progenitores dos cônjuges, envolvem um entrelaçamento complexo de pensamentos e sentimentos com várias nuances, que originam uma série de efeitos que determinarão a forma como cada cuidador irá cuidar de seu familiar. Na perspetiva das autoras, Neri e Sommerhalder (2006), “a dinâmica de cuidar e ser cuidado pode fazer aflorar sentimentos negativos antigos que estavam guardados e a situação pode ficar de difícil manejo” (p.29).

2.1 SATISFAÇÃO E INSATISFAÇÃO ASSOCIADAS À PRESTAÇÃO DE CUIDADOS INFORMAIS

Apesar da maioria dos trabalhos de investigação sobre este tema indicarem os efeitos negativos que a tarefa de cuidados têm sobre o cuidador informal, é possível identificar na literatura investigações que contrariam estes aspetos, como os estudos de Ashworth & Baker, (2000), Martins (2007) e (Figueiredo (2007)). Estes estudos revelam que a descoberta de novas habilidades, o sentimento de tornar-se útil, de obter reconhecimento social, constatar que a pessoa que cuida está bem tratada e feliz e, poder ficar mais próximo do seu familiar, são alguns dos elementos que na opinião dos cuidadores investigados fazem com que a tarefa de cuidador traga satisfação.

No que diz respeito aos aspetos negativos, além de estarem relacionados com a sobrecarga, estão também associados às relações interpessoais, transgeracionais e de parentesco desenvolvidas ao longo da trajetória de vida de cada família (FALCÃO & BUCHER-MALUSCHKE, 2009).

Segundo a opinião de Falcão e Bucher-Maluschke (2009), os aspetos negativos da função de cuidador, também estão relacionados com a forma como os cuidadores avaliam a situação de cuidado que, por sua vez, estão relacionados com a disponibilidade de redes de apoio, estratégias de enfrentamento próprias de cada cuidador e de cada sistema familiar, com o significado que o cuidar tem para todos os envolvidos no processo, com a forma como cada membro familiar irá gerir o *stress*, e o que fará para encontrar conforto emocional, além dos aspetos relacionados com a personalidade e os relacionamentos anteriores à doença.

Assim, verifica-se que o cuidador informal, no desempenho de sua tarefa, pode experimentar de igual forma sentimentos positivos ou negativos (KRAMER, 1997). No entanto, será a interpretação subjetiva que cada cuidador faz sobre a sua tarefa que determinará o grau de satisfação ou não em cuidar (FIGUEIREDO, 2007).

Este artigo é uma fração do projeto de investigação denominado Autocuidado: Intervenção psicoeducativa para o desenvolvimento de competências pessoais/sociais do cuidador familiar.

O objetivo deste artigo foi verificar os principais aspetos de satisfação e/ou insatisfação de cuidadores informais em relação à tarefa de cuidar. Neste estudo, são apresentados os resultados de duas perguntas contempladas no guião de entrevista aos cuidadores informais, relativamente à satisfação e insatisfação no

cuidar.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa e paradigma interpretativo. Neste estudo participaram 24 cuidadores informais. Os participantes, 14 sujeitos do sexo feminino e 2 sujeitos do sexo masculino, eram acompanhados pela Unidade de Saúde Familiar (USF) de Ovar e 5 sujeitos do sexo feminino e 3 do sexo masculino eram acompanhados pela Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC), do Centro de Saúde de Aveiro (Portugal).

Todos os participantes foram selecionados por conveniência pela equipe de enfermagem das respetivas unidades de saúde. A primeira abordagem foi feita através de contato telefônico para verificar a aceitação dos utentes quanto à participação no estudo. As entrevistas tiveram a duração de aproximadamente uma hora e ocorreram nas instalações das unidades de saúde, no período de Março de 2015 a Janeiro de 2016.

O instrumento de recolha foi entrevista por formulário. Os temas abordados no Formulário de Entrevista foram: sociodemográficos; relacionamento familiar; grau de satisfação ou não com a tarefa de cuidados; e as perspetivas de futuro. A análise de conteúdo foi realizada a partir da teoria de Bardin (2000), e suportada pelo *software* de apoio à análise qualitativa webQDA 2.0..

4. RESULTADOS

São vários os estudos, entre os quais os de (NOLAN, GRANT, & KEADY, 1998), que indicam que as razões para a satisfação com a tarefa de cuidador informal podem ter várias proveniências, permanecendo relacionadas com as dificuldades. Apesar de toda a complexidade que envolve a tarefa de cuidados informais, a disponibilidade e vontade do cuidador em prestar cuidados estará sempre relacionada com a sua necessidade de sentir-se gratificado ou recompensado no seu papel de cuidador informal, é o que referem Mafullul e Morriss (2000, citado in FIGUEIREDO, 2007).

De entre os itens analisados, provenientes dos resultados de duas questões da entrevista por formulário, serão descritas as 6 principais questões levantadas a partir da associação de elementos vinculados à questão de investigação com apoio do *software* de análise qualitativa (conforme figura abaixo).

Figura 1 - Árvore de questionamentos.



Fonte: webQDA.

Os dados serão apresentados através do número de referências a cada um dos questionamentos descritos, na qual serão realçados os itens mais referenciados. Serão também apresentadas frases dos participantes, de forma a exemplificar a sua vivência.

4.1 HORAS DE CUIDADO E RELACIONAMENTO FAMILIAR

A associação entre as *horas diárias* despendidas ao cuidado e o *relacionamento familiar*, revelou 36 referências dos participantes, sendo que a maioria está relacionada ao cuidado em tempo integral (26 referências). No que diz respeito ao Bom relacionamento – Satisfação (26 referências), a principal associação foi com a categoria *Companheirismo/cumplicidade* (11 referências).

No que toca o Relacionamento Conflituoso – Insatisfação (9 referências), são vistas associações com as categorias de *Discórdias* (3 referências) e *Desrespeito* (2 referências). Nesta associação, ficou evidente que tanto os *aspectos positivos* (afeto, companheirismo/cumplicidade e respeito), quanto os *negativos* (desconfiança, desrespeito e discórdia) de Bom relacionamento – Satisfação como de Relacionamento Conflituoso – Insatisfação, são maioritariamente descritos por aqueles que despendem maior tempo a cuidar (tempo integral), quer seja pela maior evidência dessas ações pelo tempo que passam juntos ou pelo maior número de

unidades de texto compreendidos nesta categoria.

Assumir a responsabilidade de cuidar de um familiar incapacitado, trás repercussões em vários níveis da vida do cuidador familiar. As exigências oriundas dessa tarefa impõe ao cuidador alguns ajustes à sua antiga rotina, além de exigirem alterações na sua própria dinâmica familiar, o que pode fazer com que este manifeste algum sentimento de descontentamento em relação à sua vida pessoal atual (FIGUEIREDO & SOUSA, 2008; PEREIRA, 2013). Conforme revelou o cuidador 5:

“eu preferia que tudo estivesse correndo na normalidade nas nossas vidas, eu ir trabalhar, fazer as coisas, era simples. Como a vida deu essa volta?!” (CF-5).

Desempenhar essa tarefa em tempo integral pode originar no cuidador desgaste físico e mental, além de estados emocionais negativos, que por sua vez vão interagir com formas inadequadas de gestão do cuidado (BRITO, 2000; NERI & SOMMERHALDER, 2006; & SEQUEIRA, 2010).

Todavia, será a percepção subjetiva que cada cuidador tem sobre o quanto esta atividade afeta a sua vida, diminuindo o tempo despendido em atividades que levam em conta as suas necessidades pessoais, que podem fazer despoletar no cuidador sentimentos que irão determinar a qualidade da prestação de cuidados, como referiu a cuidadora 2:

“eu não tenho gosto nenhum em cuidar dela, não é o que eu gosto, eu me sinto tranquila em ser eu a cuidar dela, mas eu não me sinto satisfeita em cuidar dela” (CF-2).

Na perspectiva de Neri e Sommerhalder (2006), cuidadores que se sentem sobrecarregados, injustiçados e que acumulam tarefas familiares e profissionais, tendem a sentir-se fragilizados e o desempenho de suas tarefas pode ficar aquém de suas capacidades.

4.2 VÍNCULO PARENTAL DO CUIDADOR E RELACIONAMENTO FAMILIAR

O resultado da associação entre o *vínculo parental do cuidador* e o *relacionamento familiar* apontou 36 referências dos participantes. No que respeita o Bom relacionamento – Satisfação foram verificadas 27 referências e entre Relacionamento Conflituoso – Insatisfação, 9 referências. Nos dois casos são verificadas maiores associações com as percepções do(a)s *filho(a)s* (18 referências) e dos *cônjuges* (14 referências).

Verifica-se ainda que o (a)s *filho(a)s* descrevem em maior quantidade (16

unidades de texto) os aspetos do *relacionamento familiar satisfatório*, na qual, referem características de *companheirismo e cumplicidade* (08 unidades de texto) no cuidar, *afeto* (04 unidades de texto) e 04 unidades de texto de *respeito*.

Os cônjuges também descrevem situações evidenciadas do *companheirismo* (05 unidades de texto). Contudo, são os que mais referem as situações do *relacionamento familiar insatisfatório* com exemplos de *desconfiança* (02 unidades de texto), *desrespeito* (03 unidades de texto) e *discórdias* (02 unidades de texto).

Este resultado perspectiva que os cuidadores informais familiares vivenciam na prática diária de cuidados, uma dualidade de sentimentos e emoções. Constata-se que ao mesmo tempo que os cuidadores manifestam sentimentos de *companheirismo/cumplicidade, afeto e reciprocidade*, podem também perceber situações de *desrespeito, desconfiança e discórdias* para com o familiar incapacitado. Esta complexa rede de sentimentos, pode estar associada aos conflitos, às mágoas e aos ressentimentos vividos por ambos os intervenientes no decorrer de seus ciclos de vida (KRAMER, 1997; FALCÃO & BUCHER-MALUSCHKE, 2009).

No que respeita o (a)s *filho(a)s*, observa-se, através deste estudo, que são eles que mais mantêm contato com o familiar cuidado, numa situação de *companheirismo, cumplicidade e afeto*. Uma das justificativas para este fato consiste em que o(a)s *filho(a)s* geralmente estabelecem com suas mães histórias de relações mais intensas e íntimas (ANDRADE, 2009) como revela a cuidadora 11,

“sempre fomos muito unidas, muito íntimas, muito ligadas, era uma relação muitopróxima de cumplicidade” (CF-11).

Quando mãe e filha no decorrer de seus ciclos de vidas, conseguem manter um padrão de relacionamento baseado nestes princípios, provavelmente, quando a filha se tornar cuidadora de sua mãe, por mais exigente que seja a tarefa, a filha cuidadora poderá estar mais disponível para atender às necessidades de sua mãe (ANDRADE, 2009).

No que toca aos cônjuges, é possível verificar que estes sinalizam sentimento negativos e algumas insatisfações, porém estas não estão desvinculadas de conflitos vivenciados anteriormente à doença, ao contrário, tais conflitos estão subjacentes na relação entre cuidador e paciente. Portanto o compromisso pessoal assumido perante o altar, faz com que ambos assumam a responsabilidade pelos cuidados de forma compartilhada (NERI E SOMMERHALDER, 2006), como revela a cuidadora 14 sobre o relacionamento com o seu cônjuge,

“é um dever que tenho, eu assumi as palavras que eu disse no dia 8 de dezembro no meu casamento. Eu assumi as palavras do altar, olhar por ele mesmo doente e ele também disse para mim” (CF-14).

4.3 TEMPO DE CUIDADO E A SATISFAÇÃO/INSATISFAÇÃO NO CUIDAR

Relativamente à associação entre o *tempo que desempenha a tarefa de cuidador* e a *satisfação/insatisfação em cuidar*, o resultado deste estudo denotou 25 referências. Verificou-se neste estudo, que os cuidadores que cuidam entre 6 e 10 anos (8 referências), demonstram *maior satisfação em cuidar* e que esta satisfação está associada com a subcategoria *sentimento de reciprocidade* (4 unidades de texto) e *dever familiar* (2 unidades de texto).

Quando um membro familiar aceita cuidar de um ente querido, fá-lo por acreditar que cuidar nessas circunstâncias é sua responsabilidade moral associado à necessidade de dever cumprido perante o familiar e o contexto no qual está inserido, o que ocasionará um ato de reciprocidade (PAQUET, 1995). Nesta perspectiva a cuidadora 12 descreve:

“olha, porque tenho a minha mãe e valha-me Deus, presto os cuidados que ela precisa. Às vezes às pessoas perguntam dela, olha que coisa boa, já com 100 anos” (CF-12).

Sobre o sentimento de reciprocidade, (NOLAN, GRANT, & KEADY, 1996), sublinham que este aspeto é o que mais se enquadra para a compreensão da dívida e aceitação de ajuda, como relata a cuidadora 3,

“porque a minha mãe merece. Eu gosto muito dela, minha mãe deu-me muito carinho e muito amor” (CF-3).

Segundo os mesmos autores, no âmbito dos cuidados informais, a reciprocidade não está diretamente relacionada com uma troca equitativa de ajuda ou suporte, ao contrário, ela é o resultado de várias negociações, justificadas pela história e biografia das relações. Além disso a reciprocidade permite analisar as satisfações associadas à prestação de cuidados informais.

4.4 IDADE DO CUIDADOR E A SATISFAÇÃO/INSATISFAÇÃO NO CUIDAR

Referente à associação da idade do cuidador e a satisfação/insatisfação no cuidar foram verificadas 25 referências, sendo 20 para a satisfação no cuidar e 9 relacionadas a insatisfação no cuidar. Na faixa etária entre 40-50 anos e 50-60 anos, verifica-se um maior número de unidades de texto (15 referências) e nesta faixa etária, também são verificados um maior número de cuidadores que, em sua maioria, estão

satisfeitos em cuidar de seu familiar (11 unidades de texto).

De acordo com os estudos de (JANI-LE BRIS, 1994), o perfil dos cuidadores informais atualmente são: mulheres de meia-idade, que cuidam de mais de uma pessoa e não recebem qualquer ajuda, seja para as tarefas domésticas, seja para o cuidado.

Embora nessa faixa etária seja comum o indivíduo adulto ser produtivo e estar no mercado de trabalho, este estudo revelou que os cuidadores mesmo estando sem atividade laboral remunerada e desempenhando uma tarefa com pouco realce, como é a de cuidador informal familiar, podem demonstrar satisfação. Esta satisfação, por sua vez, pode estar relacionada com o facto de o cuidador se sentir gratificado por, nessa fase de sua vida, ter a oportunidade de estar a cuidar do seu familiar. Neste âmbito, a cuidadora 6 afirma,

“Estou satisfeita porque sei que ele é bem cuidado, porque não é mal nenhum ele estar lá, é um ser que merece respeito e amor de mim” (CF-6).

4.5 SEXO DO CUIDADOR E SATISFAÇÃO/INSATISFAÇÃO NO CUIDAR

Com relação a esta associação, verificou-se que as mulheres que participaram deste estudo (20 referências) descrevem mais sobre as suas percepções relacionadas à tarefa de cuidar do que os homens (5 referências). Contudo, é importante salientar que o maior número de participantes do estudo era do *sexo feminino* (19 cuidadoras) e apenas 5 cuidadores eram do *sexo masculino*.

É notório que, quando são chamadas para o desempenho da tarefa de cuidados, as mulheres são as que mais expressam o *sentimento de dever* para cuidar do familiar (6 unidades de texto), além disso, referem maior *confiança no seu próprio cuidado* (4 unidades de texto) e também realçam situações de satisfação pela *reciprocidade da relação com o familiar* (4 unidades de texto).

A partir do momento que surge a necessidades de cuidar de um familiar, regra geral, será a mulher a principal responsável pelos cuidados familiares (NERI & SOMMERHALDER, 2006). No que respeita ao sexo masculino, no âmbito desta investigação, ainda são em minoria, sendo que na maioria das vezes essa situação ocorre nas situações conjugais, o que faz com que assumam este papel mobilizados pelo compromisso marital (RIBEIRO, 2005).

Os estudos de García (2010) identificam certas percepções e valorizações inerentes à tarefa de cuidador, ao mesmo tempo que a interpretam como um padrão

de comportamento considerado normal. Os resultados dessa pesquisa sublinham que na percepção do cuidador, cuidar de um familiar é visto como um dever pessoal ou moral, mesmo que seja uma atividade de extrema exigência ou sacrifício, como pode ser notado a partir da fala da cuidadora 3:

“Eu fico satisfeita ao cuidar da minha mãe, porque graças a Deus eu tenho saúde e disponibilizei saúde e meu tempo e acho que é nosso dever cuidar dos nossos” (CF- 3).

García, (2010) analisa ainda a percepção do dever ou obrigação a partir dos diversos tipos de vínculos parentais, constatando que quando os cônjuges e filhos invocam questões relacionadas com dever ou obrigação moral, estas estão interligadas com questões de natureza amorosa e/ou sentimental. Desta forma, fica evidente que para os cuidadores o sentido de dever está relacionado com o sentimento de solidariedade familiar, como é descrito pelo cuidador 2:

“Estou fazendo um bem a alguém, principalmente sendo da família e lá está, não sabemos o dia de amanhã (...)” (CF-2).

4.6 SEXO DO CUIDADOR E O RELACIONAMENTO FAMILIAR

Sobre este aspeto, o presente estudo revelou que as mulheres cuidadoras referem em maior número de referências possuir um bom relacionamento com o familiar cuidado. Contudo, a partir do cruzamento entre *sexo* e *relacionamento familiar*, são visualizados os sentimentos de relacionamentos conflituosos (9 referências) existentes com o familiar que cuidam, sendo a *desconfiança* (02 unidades de texto), *desrespeito* (03 unidades de texto) e *situações de discórdia* (03 unidades de texto). Fica evidente que as referências do bom relacionamento com o cuidador, prevalecem com o total de 27 referências, independentemente do sexo. As mulheres descrevem 23 referências no âmbito do *afeto, companheirismo/cumplicidade e respeito* e os homens 4 referências.

A história familiar é construída a partir de relacionamentos interpessoais que estabelecem a identidade de cada um dentro do sistema (WANDERBROOCKE, 2005). Segundo Neri & Sommerhalder (2006), as avaliações subjetivas que cada cuidador faz sobre o seu relacionamento com o familiar cuidado, recebem influência do contexto social no qual estão inseridos, das crenças, das prioridades e valores do cuidador, que serão regidas pela sua relação atual e passada com o ente querido recetor de cuidados.

Na opinião destas autoras, a história pessoal, geracional e de parentesco

desenvolvidas entre cuidador e familiar serão determinantes para a qualidade dos serviços prestados. Nesse âmbito, a cuidadora 9, a partir das experiências das relações conflituosas no passado com o seu cônjuge, refere que:

“(...) ele começou a andar com outras mulheres que eram minhas amigas e aí eu piorei. E foi assim a minha vida, deixei andar, deixei andar... e hoje eu digo meu Deus, se fosse hoje há uns anos atrás eu não fazia o que fiz, naquela altura a pessoa não pensa e podia ter dado uma volta na minha vida que não dei. Foi o único homem que conheci e às vezes ainda penso, então meu Deus, eu tenho a necessidade de aturar isso? Ele não é meu marido, ele é meu companheiro (...) mas é a vida” (CF-9).

A cuidadora 5 revela com carinho as lembranças do bom relacionamento ao descrever:

“Era muito bom, ele era muito carinhoso, entendíamos muito bem, não dávamos um passo sem o outro, éramos muito companheiros, nunca nos faltamos ao respeito um ao outro. Foi muito difícil ver ele adoecer, pois ele começou a ficar debilitado também da cabeça e agora não é o que já foi” (CF-5).

Vê-se, portanto, que os bons e maus relacionamentos anteriores à doença, vivenciados entre cuidadores e cônjuges, progenitores ou até mesmo com progenitores dos cônjuges, produzem um entrelaçamento de sentimentos que poderão assumir várias formas, podendo influenciar a qualidade das tarefas prestadas ao familiar incapacitado (NERI & SOMMERHALDER, 2006).

5. CONCLUSÃO

A situação de adoecimento prolongado no seio familiar será um acontecimento marcante e que terá implicações em todos os níveis da dinâmica familiar. Lidar diariamente com tarefas desgastantes, conviver com o sofrimento do doente e ainda ter que suportar mágoas, conflitos e ressentimentos, que muitas das vezes foram vivenciados pelos cuidadores e o recetor de cuidados anteriormente à doença, tornam o cuidador informal familiar vulnerável e fragilizado diante das exigências impostas pela tarefa de cuidados.

Especificamente no que respeita aos conflitos vivenciados anteriormente à doença, de acordo com os resultados deste estudo, ficou evidente que será a avaliação subjetiva que cada cuidador tem sobre a tarefa que determinará o seu grau de satisfação ou insatisfação em relação à tarefa que executa.

Constatou-se também neste estudo, que mesmo sendo o cuidador confrontado

com situações de mágoas e ressentimentos e, por mais que estas questões ainda não tenham sido resolvidas com o seu familiar que necessita de cuidados, no momento em que a família é confrontada com situações de doença, prevalecerá entre os familiares o sentimento de solidariedade e reciprocidade, e alguém do seio familiar se responsabilizará pelos cuidados do familiar.

Desta forma, o objetivo deste estudo foi atingindo na medida em que foi possível identificar que os cuidadores familiares tanto podem manifestar sentimentos de satisfação e/ou insatisfação, no processo de cuidar. Verificou-se que os relacionamentos interpessoais em contexto familiar são elementos essenciais para a compreensão das relações estabelecidas entre cuidador e familiar incapacitado.

Portanto, conclui-se que mesmo que existam conflitos anterior à doença, e mediante os desafios associados à tarefa de cuidar, o cuidador informal familiar estará disposto a dar o seu melhor para oferecer conforto e bem-estar ao seu familiar incapacitado, bem como vivenciar aspetos de satisfação na tarefa de cuidar.

REFERÊNCIAS

- Andrade, F. M. M. (2009). *O cuidado informal á pessoa dependente em contexto domiciliário: necessidades educativas do cuidador principal* (Master's thesis, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho). Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/10460>
- Araújo, I., Paúl, C., & Martins, M. (2011). Famílias cuidadoras de idosos: Estrutura e desenvolvimento. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 10(3), 452–458. Retrieved from <https://scholar.google.pt>
- Ashworth, M., & Baker, A. (2000). Time and space: Carers' views about respite care. *Health & Social Care in the Community*, 8(1), 50–56. Retrieved from <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.1365-2524.2000.00221.x/full>
- Baum, M., & Page, M. (1991). Caregiving and multigenerational families. *The Gerontologist*, 31(6), 762–769. Retrieved from <http://gerontologist.oxfordjournals.org/content/31/6/762.short>
- Brito, M. L. S. (2000). *A saúde mental dos prestadores de cuidados a familiares idosos* (Master's thesis, Faculdade de Medicina, Universidade do Porto).
- Campos, E. P. (2007). *Quem cuida do cuidador* (3rd ed.). Petrópolis-RJ: Vozes.
- Cardoso, M. J. S. P. (2011). *Promover o bem-estar do familiar cuidador: Programa de intervenção estruturado* (Doctoral dissertation, Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Católica Portuguesa).
- Falcão, D. da S., & Bucher-Maluschke, J. (2009). Cuidar de familiares idosos com a doença de alzheimer: Uma reflexão sobre aspetos psicossociais. *Psicologia Em Estudo*, 14(4), 777–786. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n4/v14n4a18>
- Figueiredo, D. (2007). *Cuidados familiares ao idoso dependente*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Figueiredo, D., & Sousa, L. (2008). Percepção do estado de saúde e sobrecarga em cuidadores familiares de idosos dependentes com e sem demência. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 26(1), 15–24.
- García, J. (2010). Los tiempos del cuidado: El impacto de la dependence de los mayores en la vida cotidiana de sus cuidadores. Madrid: Ministério de Sanidad y Política Social/ Instituto de Mayores y Servicios Sociales (IMERSO).
- Gonçalves-Pereira, M., & Sampaio, D. (2011). Psicoeducação familiar na demência: Da clínica à saúde pública. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 29(1), 3–10.
- Jani-Le Bris, H. (1994). *Responsabilidade familiar pelos dependentes idosos nos países das comunidades europeias*. Lisboa: Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e do Trabalho.
- Kramer, B. (1997). Gain in the caregiving experience: where are we? What next? *The Gerontologist*, 37(2), 218–232. Retrieved from <http://gerontologist.oxfordjournals.org/content/37/2/218.short>
- Lage, M. I. G. de S. (2007). *Avaliação dos cuidados informais aos idosos: Estudo do impacte do cuidado no cuidador informal* (Doctoral dissertation, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto).

Martins, R. (2007). Envelhecimento e saúde: um problema social emergente. Lisboa. Retrieved from <https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/614>

Martins, T., Ribeiro, J., & Garrett, C. (2003). Estudo de validação do questionário de avaliação da sobrecarga para cuidadores informais. *Psicologia, Saúde & Doenças*.

Retrieved from <https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/1050>

Neri, A. L., & Sommerhalder, C. (2006). As várias faces do cuidado e do bem-estar do cuidador. In *Cuidar de idosos no contexto da família* (2nd ed., pp. 9–58). Campinas-SP: Alínea Editora.

Nolan, M., Grant, G., & Keady, J. (1996). *Understanding family care*. Buckingham: Open University Press.

Nolan, M., Grant, G., & Keady, J. (1998). *Assessing needs of family carers. A guide for practitioners*. Brighton: Pavilion Publishing.

Paquet, M. (1995). La prévention auprès des personnes-soutien de personnes âgées dépendantes. Quelle prévention? *Canadian Social Work Review*, 12, 45–71.

Paúl, C. (1997). *Lá para o fim da vida. Idosos, famílias e meio ambiente*. Coimbra: Almedina.
Pereira, H. R. (2013). *Subitamente cuidadores informais - dando voz(es) às experiências vividas*. Loures: Lusociência.

Portugal, S. (2011). Dádiva, família e redes sociais. In *Cidadania políticas públicas e redes sociais* (pp. 42–59). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Ribeiro, O. (2005). Quando o cuidador é um homem: Envelhecimento e orientação para o cuidado. In Constança Paúl & A. M. Fonseca (Eds.), *Envelhecer em Portugal* (pp. 231–254). Lisboa: Climepsi Editores.

Santos, P. A. L. (2005). *O familiar cuidador em ambiente domiciliário* (Master's thesis, Escola Nacional de Saúde, Universidade Nova de Lisboa).

Sequeira, C. (2010). *Cuidar de idosos com dependência física e mental*. Lisboa: Lidel.

Sequeira, J. M. P. S. R. (2005). *Competências Psicológicas e treino mental* (Tese de doutoramento, Universidade do Minho).

Serra, A. V. (2002). *O stress na vida de todos os dias*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, Lda.

Silva, A. M. A. (2009). *Efetividade de um programa de intervenção na perceção de sobrecarga dos familiares de pessoas idosas com demência* (Master's thesis, Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa).

Wanderbroocke, A. (2005). Cuidando de um familiar com câncer. *Psicologia Argumento*, 23, 17–23. Retrieved from <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?dd1=183&dd99=pdf>

CAPÍTULO 02

A VELHICE PELO OLHAR DO ADULTO CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DAS IMAGENS VISUAIS DE IDOSOS NA MÍDIA

Tiemy Moura

Mestre pelo Programa de Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM ECA USP), sob orientação da profa. Dra. Sandra Souza.

Endereço: R. Ibituruna 132, apto 31, Parque Imperial, São Paulo.

E-mail: tiemymoura@gmail.com

Sandra Maria Ribeiro de Souza

Livre-docente e Professora Sênior na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA USP), no Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo (CRP). Líder do GEIC, Grupo de Estudos da Imagem em Comunicação.

Endereço: R. Ministro Gastão Mesquita, 663, Perdizes, São Paulo.

E-mail: smrdsouz@usp.br e smrdsouz@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho traça uma iconografia de idosos, tal como são retratados em comunicações marcárias, concebidas por jovens contemporâneos e divulgadas em mídias tradicionais e sociais, com o objetivo de mostrar como o sonho social de *envelhecer mantendo a juventude* é explorado publicitariamente, apoiado por vários segmentos profissionais e institucionais que oferecem produtos e recursos para a conversão desse sonho em realidade. Utilizamos o referencial de Panofsky (descrição iconográfica e interpretação iconológica) e a classificação de Cirillo (categorização com base em elementos verbais e não verbais) para analisar as imagens coletadas em meios digitais e organizá-las em perfis iconográficos relevantes para a compreensão do modo como os jovens contemporâneos enxergam e retratam a velhice.

PALAVRAS-CHAVE: Idoso, Iconografia, Comunicação marcária, Adulto contemporâneo.

ABSTRACT: This paper outlines an elderly iconography as they are portrayed in brand communications, designed by contemporary young and disseminated in traditional and social media, in order to show how the social dream of stale keeping youth is explored on advertisement, supported by several professional and institutional segments that offer products and resources to convert this dream into reality. We use the Panofsky's benchmark (iconographic description and iconological interpretation) and the classification created by Cirillo (categorization based on verbal and nonverbal elements) to analyze the images collected in digital medias and organize them into relevant iconographic profiles for the understanding of how contemporary young sighted and portray the old age.

KEYWORDS: Elderly, Iconography, Brand communication, Adult contemporary.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de uma pesquisa cujos resultados são apresentados na dissertação de mestrado *Iconografia de idosos em comunicações marcárias publicadas nas mídias sociais* (MOURA, 2017) que trata dos aspectos iconográficos da chamada Terceira Idade (art.1º, Lei 70.741/2003) em que idosos são retratados em comunicações marcárias nas mídias sociais, isto é, em páginas de fãs da rede social Facebook, em *blogs*, comunidades virtuais, *sites* e portais na internet. O objetivo da pesquisa foi entender o modo como a publicidade digital brasileira mobiliza a construção e desconstrução de estereótipos visuais da velhice por meio de mensagens marcárias dirigidas aos idosos ou sobre eles.

Existe, atualmente, uma nova sensibilidade social para a questão do envelhecimento populacional no mundo e para o papel dos idosos no cenário mercadológico. No Brasil, as mudanças de percepção em relação à qualidade de vida na velhice acompanham as tendências mundiais e abordamo idoso tanto como um desafio para o desenvolvimento de políticas públicas abrangentes, como uma oportunidade para a mídia em geral resgatar sua autoestima com imagens que dignifiquem essa fase da vida e retratem o idoso em sua condição de cidadão participante (DORONINI, J. de A.F.; ARAÚJO, G. de A.F. 2020, p.113)

Pelo lado positivo, o envelhecimento da população celebra o prolongamento do período ativo de alguns cidadãos pelo uso de tecnologias variadas e pelas contribuições da disciplina gerontologia, sobretudo a partir dos anos 80; por outro lado, este fenômeno demanda mudanças urgentes de gestão pública e de organização comunitária para que novos e contínuos recursos sejam investidos na solução de problemas específicos para essa faixa demográfica (60 +), que vão da seguridade social à comunicação pública, passando pela saúde, sustento e moradia, sempre no sentido de assegurar aos idosos oportunidades de utilizarem sua experiência acumulada e capacidade produtiva, em prol do indivíduo e/ou da coletividade.

A comunicação social, incluindo em seu âmbito as subáreas da propaganda, da comunicação marcária e das mídias sociais, tem contribuições a dar aos novos desafios que o fenômeno impõe às culturas estabelecidas, tanto estrategicamente, no sentido de colaborar com o desenvolvimento da sensibilidade social de outros segmentos ainda não tão engajados à problemática do envelhecimento crescente da população mundial, quanto pragmaticamente, ao recomendar aos profissionais de

comunicação a produção e o uso de imagens que não constriam, ofendam ou menosprezem a categoria. Normalmente, quem produz as mensagens para e sobre idosos nas mídias e comunicações marcárias de produtos (e serviços) destinados a essa faixa de consumo são profissionais que se encontram na faixa dos 20 aos 40 anos, os chamados adultos contemporâneos que, ou sublimam a condição particular daqueles que tem 60 anos ou mais, ou ignoram diferenças e os retratam como estereótipos de jovens com rugas. Acreditamos que nenhuma dessas duas abordagens é eficiente para a comunicação de marcas de bens destinados ao consumo desse segmento específico, bem como para o resgate afetivo da imagem dos idosos na mídia e nos propusemos a entender: como o adulto contemporâneo compreende e (re) apresenta o idoso nas mídias sociais? Como as estratégias publicitárias desenvolvidas pelo adulto contemporâneo se relacionam com os conceitos de “velhice” e “qualidade de vida”? Que estereótipos visuais são utilizados nas comunicações marcárias dirigidas aos idosos ou que os utilizam como argumento principal?

Para respondê-las, rastreamos imagens de idosos em anúncios e publicações marcárias da internet para analisar e organizar seu conteúdo conforme modelo proposto por Panofsky (1976, p.47- 87), que vai da constituição de uma iconografia promocional a uma possível “iconologia cultural” sobre a velhice, e entrevistamos 30 jovens contemporâneos em instituições de ensino, grupos sociais e profissionais sobre o modo como eles veem o futuro e seu envelhecimento, a fim de explorar os motivos que levam esses adultos de hoje a idealizar o sonho tão aclamado de envelhecer com juventude.

Nosso objetivo, neste artigo, foi enfatizar o aspecto social do design e da comunicação visual.

2. O ENVELHECIMENTO GLOBAL DA POPULAÇÃO

Segundo Drucker *et al.* (2002, p. 1) existe um “fortalecimento do mercado consumidor da terceira idade”; os consumidores americanos estão vivendo mais tempo e as empresas precisam criar novos produtos e serviços para um público maduro e com necessidades específicas. Complementando essas ideias, Dychtwald (2002, p. 5) se referiu a uma “onda de maturidade”, esclarecendo que o século XXI seria comandado pelos “novos velhos: pessoas com outros hábitos, tais como, voltar a estudar aos 50 anos, apaixonar-se aos 60 e reinventar aos 70” (DYCHTWALD, 2002,

p.1).

No Brasil, a realidade não se apresenta de modo diferente. Uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito - SPC Brasil (2014) com pessoas acima de 60 anos, em 27 capitais, revela que este público tem aumentado o seu potencial de consumo e é um nicho promissor, já que a população idosa poderá ultrapassar a marca de 30 milhões de indivíduos em 2025, conforme previsão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). Porém, o mercado brasileiro parece não estar preparado para atender às demandas dos consumidores idosos. Pelo menos 45 % dos entrevistados pelo SPC Brasil (2014) afirmaram enfrentar dificuldades para encontrar produtos destinados especificamente ao público idoso.

As representações da velhice são complexas e pesquisas de mercado apontam que os idosos não se sentem representados pelas campanhas publicitárias. A escolha do foco na análise de peças publicitárias que trazem, especificamente, personagens idosos em interação com as TICs justifica-se pela tendência de crescimento no acesso dos indivíduos com mais de 60 anos à internet. Trata-se tanto da emergência de um novo mercado consumidor quanto de uma nova prática social entre os mais velhos. (OLIVEIRA, A.C.de; SOUZA, S. 2020, p. 2)

Segundo dados do IBGE (2010), em relação à longevidade dos idosos no Brasil, nas cidades como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cidadãos vivem em média até os 78 anos. Conforme divulgação do instituto no Diário Oficial da União, em final de 2013, a previsão é que o brasileiro passe dos 81 anos em 2055.

Neste trabalho, a investigação exploratória foi desenvolvida sob três eixos para se verificar a relação dos idosos com as estratégias publicitárias utilizadas em mídias sociais: (1) eixo da iconografia de idosos em comunicação marcária: busca e análise visual de imagens de idosos retratadas por adultos contemporâneos e divulgadas em mídias sociais¹; (2) eixo da produção de sentido: análise das opiniões de criadores de conteúdos (adultos contemporâneos) a respeito do envelhecer e de atributos projetados aos idosos; e (3) eixo da representação social: síntese da representação social do idoso no atual cenário das comunicações marcárias.

¹ Ver pesquisa completa na dissertação de mestrado de MOURA, T. da S. Iconografia de idosos em comunicações marcárias publicadas nas mídias sociais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-17112017-110058/pt-br.php> > Acesso em: 8 jan. 2021.

3. ICONOGRAFIA DA VELHICE: AS IMAGENS DO IDOSO PRODUZIDAS POR ADULTOS CONTEMPORÂNEOS

Os processos persuasivos e os recursos de sedução e de manipulação utilizados em peças publicitárias dirigidas ao consumidor de terceira idade² foram analisados conforme o método iconográfico proposto por Panofsky (1976, p.47-57) e categorias de imagens criadas por Cirillo (2012, p.111-121).

O método de Panofsky (1976, p.50-51) considera o “contexto cultural e histórico” na construção de signos visuais que funcionam como recursos persuasivos. O autor identifica tanto nas imagens da obra de arte quanto nas imagens da vida cotidiana, três níveis ou camadas complementares de significado: I) *tema primário ou natural*, que corresponde ao mundo das formas perceptíveis e aos motivos artísticos pelos quais, por exemplo, uma figura de pessoa com cabelos brancos, óculos de leitura ou rosto marcado por rugas, é reconhecida e descrita, pela experiência pragmática, como uma representação imagética de idoso. Tal nível primário corresponde a uma descrição pré-iconográfica da obra visual; II) *tema secundário ou convencional*, nível das imagens, alegorias e estórias, em que figuras ou motivos artísticos são relacionados a conceitos e significados determinados por convenção. Neste nível, os elementos expressivos de figuras reconhecidas como tal são associados a conteúdos sociais/culturais e assumem significados previsíveis dentro de determinados contextos. Por exemplo, uma figura feminina segurando no colo uma figura infantil pode ser associada ao conceito *mãe*; se a figura feminina for identificada com atributos visuais geralmente presentes em idosas (cabelos curtos brancos ou grisalhos, óculos, decote recatado, rugas, etc.) a figura poderá ser associada a *avó*. Este nível corresponde à iconografia propriamente dita, ou seja, “ramo da história da arte que trata do tema ou da mensagem das obras de arte em contraposição à forma” (PANOFSKY, 1976, p.47); III) *significado intrínseco ou conteúdo*, correspondente à compreensão do significado mais profundo da obra visual e que implica na inserção da mesma em seu contexto histórico, social e cultural. Como método de investigação, esta etapa corresponde à elaboração de uma iconologia, um modo de ver e interpretar as obras de um período. A descoberta e interpretação dos valores simbólicos subjacentes às imagens são o objeto do que Panofsky (1976, p. 53) chama de

² A classificação proposta no artigo 1º da Lei 10.741/2003 segue a orientação da Organização das Nações Unidas que orienta o pertencimento à terceira idade com 65 anos para países desenvolvidos e com 60 anos para países em desenvolvimento (ONU, 2007).

“iconologia”.

O método iconográfico nos auxiliou a reconhecer imagens de idosos nas mídias examinadas e nos permitiu a identificação de convenções sintático-semânticas relacionadas não apenas ao universo da terceira idade, mas, antes, aos valores publicitários de exaltação marcária: na publicidade, todos os modelos são felizes, ativos, esperançosos e depositam seu bem-estar na marca anunciada.

Em complemento a Panofsky, utilizamos as categorias criadas por Cirillo (2012, p.111) para destacar elementos verbais e não verbais predominantes nas imagens selecionadas: “imagem atitude, imagem atividade, imagem confiança, imagem sucesso, imagem saúde e a imagem família”. Essas categorias foram inspiradas em funções dos signos visuais:

Goodman define em sua teoria vários tipos de função de signos. Ele expõe como formas fundamentais a *representação*, a *descrição* e a *expressão*. *Representação* traduz a própria representação imagética, *descrição* transmite um caráter verbal para a imagem, e a *expressão* transmite os sentimentos ou outras qualidades. (CIRILLO, 2012, p. 111).

Com esse instrumental metodológico, foi considerado um total de 30 imagens divulgadas em mídias sociais com representação de idosos e/ou para idosos, durante o período de janeiro a novembro de 2014, considerando uma média estimada entre o tempo de popularidade das mídias sociais com a idade de 20 anos, quando um adulto contemporâneo inicia sua produção de conteúdo em agências e empresas. Este primeiro acervo de figuras mostrou uma *tônica afetiva* presente nas fotos, ou seja, as características e valores privilegiados pelo adulto contemporâneo, como, a beleza, o jovem, a atividade, o sucesso profissional, a vitória da conquista pessoal e outros fatores descritos de modo mais completo no item 3 deste artigo.

Na perspectiva de atender ao público idoso e, em especial, chamar a atenção desse consumidor nas mídias sociais, os adultos contemporâneos, atuantes em empresas e agências de publicidade, inovam e experimentam diferentes recursos criativos na comunicação de mensagens publicitárias, mastendem a considerar o modelo idoso da mesma forma que um modelo jovem: uma figura bonita, desejável e bem-sucedida, segundo os padrões publicitários e estereotipados do que deva ser um indivíduo (ou casal) jovem, bonito, desejável e bem-sucedido. Daí nossa hipótese, de que apesar das imagens selecionadas se referirem a idosos, tal como podem ser descritos iconograficamente os modelos fotografados, eles representam valores que

são, do ponto de vista iconológico, valores publicitários comuns a qualquer promoção de marca, seja ela dirigida a idosos ou a qualquer outro segmento de consumo. Portanto, iconologicamente, o tratamento estético e semântico dado pelos jovens contemporâneos às imagens da velhice não passa daquele que constitui o estereótipo criativo da profissão: casais enamorados desejando momentos de intimidade ou sedução; família unida e feliz; pessoas de sucesso recomendando marcas; sabedoria negando passagem dos anos e atividade física em poses próprias de pessoas jovens (andando de motos; correndo; dançando *rock'n roll*).

A seguir, apresentamos seis painéis iconográficos da velhice selecionados a partir de buscas de imagens de idosos na mídia e organizados, simbolicamente, conforme categorias propostas por Cirillo (2012, p. 111): "imagem atitude, imagem atividade, imagem confiança, imagem sucesso, imagem saúde e a imagem família".

Figura 1: Comunicações categorizadas como "imagem atitude". Marcas: Itaú, Centrum, Nova 3 Idade; MPMG, Ideo, Dovee Mapfre.

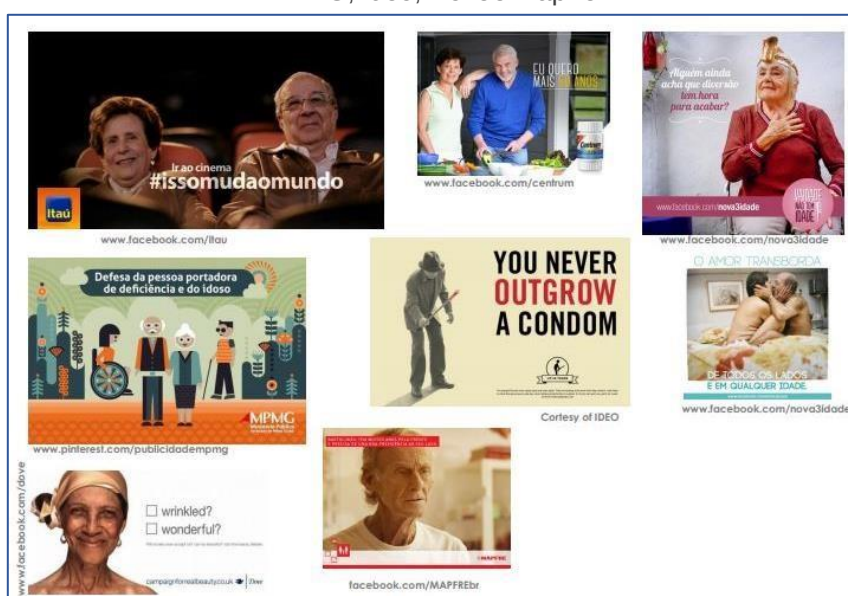


Figura 2: Comunicações marcárias categorizadas como "imagem atividade". Academia The Best; Turismo do Governo, Bigfral, Marketing Interactive e Plenitude.



Figura 3: Comunicações marcárias categorizadas como "imagem confiança". Marcas: Sadia e Mr.Músculo Brasil.



Figura 4: Comunicações categorizadas como "imagem sucesso". Marcas: Cidade São Caetano do Sul, MedSênior, Furb e Diários Associados.



Figura 5: Comunicações marcárias categorizadas como "imagem saúde". Marcas: Nutren, Telehelp, Sistel, Plenitude e Avon.



Figura 6: Comunicações marcárias categorizadas como "imagem família". Marcas: Coca-Cola, Centrum, Cidade São Caetano do Sul.



Do total dessas imagens, selecionamos comentar, para os propósitos do presente artigo, um conjunto de seis pares de imagens que combinam os critérios de Panofsky e Cirillo, nos fornecendo um painel dos principais estereótipos promocionais: o sonho de *envelhecer com juventude* e todos valores sociais associados aos ideais publicitários de beleza, atração, atividade, sociabilidade e felicidade sem restrições.

IMAGEM ATITUDE

Considera-se para a imagem atitude o retrato de idosos com postura e “disposição em agir de forma descontraída” em ações de diversos segmentos (CIRILLO, 2012, p.136).

Figura 7: Centrum - www.facebook.com/centrum



Figura 8: Itaú - www.facebook.com/itau



As figuras 7 e 8 apresentam o tema *casais de idosos sorridentes* que executam atividades corriqueiras, como o ato de preparar alimentos e ir ao cinema. As cenas são ordenadas de modo que os casais transmitam uma percepção de vida saudável e social, respectivamente. Estas figuras são classificadas na categoria *imagem atitude* que retrata o idoso como atuante e participativo em ações de diversos segmentos da sociedade.

IMAGEM ATIVIDADE

A classificação da imagem atividade retrata o idoso na prática de tarefas que tenham movimentos físicos envolvidos (CIRILLO, 2012, p.143).

Figura 9: Bigfral - www.4.bp.blogspot.com



Figura 10: Plenitud - facebook.com/plenitude



A “forma pura” de Panosky (1976, p.50) da figura 9 destaca uma mulher de cabelos brancos e expressão feliz, exercitando-se em um espaço coletivo com um

grupo de amigos. Já a figura 10 apresenta um casal de idosos, em que o homem aparece dirigindo uma moto e a mulher desfruta da carona, posicionando seus braços para o alto, ambos bastante sorridentes. As cenas são ordenadas iconograficamente de modo que as pessoas transmitam uma ideia de ação e desejo de estar em grupo. Por convenção, reconhecemos no espaço coletivo de atividade física, uma academia, enquanto a figura 10 evoca valores simbólicos de liberdade e aventura (braços ao alto e motocicleta). Estas figuras 9 e 10 são classificadas como *imagem atividade* e mostram o idoso trabalhando ou “em movimento” (CIRILLO, 2012, p.116).

IMAGEM ATIVIDADE

A imagem confiança transmite a figura da pessoa com 60 anos ou mais independente, que passa “credibilidade, segurança e confiabilidade para oferecer produtos e serviços” (CIRILLO, 2012, p. 145).

Figura 11: Sadia - www.facebook.com/sadia



Figura 12: Mr Musculo
www.facebook.com/mrmusculobrasil



As figuras 11 e 12, por uma simples descrição pré-iconográfica, podem ser identificados pela figura de um homem (à esquerda) e pela figura de uma mulher (à direita), no entanto, estas figuras são personagens midiáticas e, assim, representam pessoas famosas da faixa etária de 60 anos + dando crédito às marcas. Funcionam como celebridades que endossam a marca anunciada. Elas estão visivelmente sorrindo e posicionando suas mãos em direção indicativa aos produtos das campanhas. Os elementos visuais das imagens (porta-vozes com empatia no momento da divulgação do anúncio, prêmios de alto valor agregado, cores vibrantes e marcas de parceiros consagrados) estão ordenados para encantar o público-alvo, o que caracteriza uma iconografia publicitária presente em campanhas promocionais nas mídias digitais e impressas. Na classificação de Cirillo (2012, p. 145), representam a categoria *imagem confiança* e se reportam à ação de confiar.

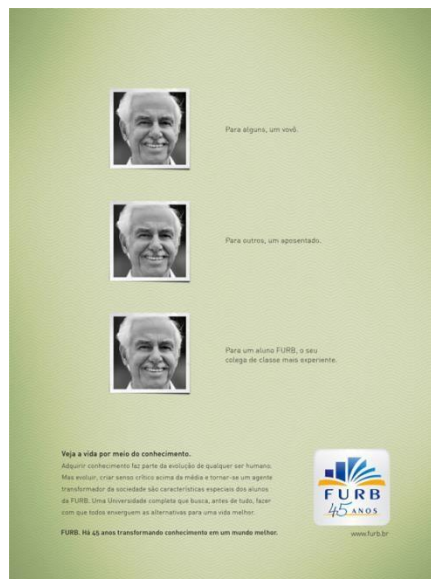
IMAGEM SUCESSO

As personagens da imagem sucesso apresentam-se em condições de vitória pessoal e profissional, sentindo “satisfação com a posição que alcançaram” (CIRILLO, 2012, p. 149).

Figura 13: MedSênior - www.facebook.com/medsenior



Figura 14: FURB - blogfurb.blogspot.com



A figura 13 destaca um casal de idosos sorridente passeando em um ambiente verdejante, que pode ser descrito, em nível iconográfico, como um parque. A cena é apresentada de modo que o casal demonstre estar planejando o futuro (olhar para o alto é como olhar para o futuro) e feliz com as possibilidades. Há também uma homenagem ao 1º de outubro, dia internacional do idoso. Na figura 14, a figura 3x4 de um homem de cabelos brancos, repetida verticalmente três vezes, instiga a ler o texto que a ancora: a figura é vista como vovô para alguns, aposentado para outros e como um colega de classe mais experiente para a marca que endossa a comunicação. De acordo com a iconografia publicitária, as personagens das figuras 13 e 14 são colocadas de modo que simbolizem prestígio social, conhecimento, riqueza e experiência, ou seja, a imagem sucesso define o idoso em um “nível de posição social, sentindo-se vitorioso em um dado cenário”, como a classificação de Cirillo (2012, p.27) já prevê.

IMAGEM SAÚDE

A imagem saúde revela um retrato de pessoa com 60 anos+ voltado ao cuidado médico, “qualidade na condição de vida e melhoramento da saúde” e bem estar como um todo (CIRILLO, 2012, p. 120).

Figura 15: Telehelp - www.facebook.com/telehelp



Figura 16: Natura - www.facebook.com/natura_chronos70



As figuras 15 e 16 apresentam mulheres enquadradas em fotos de meio corpo e *close*, sorrindo e com as mãos em destaque, ora para mostrar um produto de assistência à saúde como na imagem à esquerda, ora para acariciar a pele do rosto, como na da direita. As personagens apresentam-se em roupas de cores neutras e os produtos apresentados transmitem evolução tecnológica que auxiliam as condições de vida de idosos, transmitindo noção de cuidado e bem-estar. Integram a categoria *imagenssaúde*, que coloca o idoso “no contexto da proteção, melhoramento da saúde, assistência e medicina preventiva”, conforme a categorização de Cirillo (2012, p.27).

IMAGEM FAMÍLIA

A categorização da imagem família apresenta um idoso fortalecido em suas relações afetivas, “ativo e participante” nas ações de convívio com seus núcleos sociais, Cirillo, (2012, p. 147). A figura17 mostra o idoso reunido em grupo de pessoas que, por convenção publicitária, representa um grupo de amigos ou parentes em celebração em torno de uma mesa de refeições fora da rotina (ao ar-livre); a figura 18 mostra o que, iconograficamente, representa uma avó com sua netinha. Em uma análise iconografia publicitária, as imagens passam ideia de que o idoso está próximo à sua comunidade e participa de atividades domésticas. Na categorização de Cirillo (2012, p.119), a “imagem família conceitua o idoso dinâmico e reunido em grupos geracionais”.

Figura 17: Coca Cola - facebook.com/cocacola



Figura 18: Prefeitura São Caetano do Sul - robertakdias.blogspot.com.br/



4. O QUE AS IMAGENS DOS IDOSOS REVELAM SOBRE OS ADULTOS CONTEMPORÂNEOS

A observação em campo foi importante para levantar as opiniões do adulto contemporâneo sobre o que pensam a respeito da velhice. A investigação partiu do princípio de que não se estava *indo a campo*, mas que já ali estava. A pesquisa ocorreu em lugares da vida cotidiana, como escolas de idiomas, universidades, estruturas familiares, grupos sociais e corporativos, e por fim em pequenos aglomerados de natureza espiritual e religiosa. Em meio a estes locais, um total de 30 adultos contemporâneos foi selecionado para uma conversa mais próxima a respeito do tema. Durante a coletade dados, foi usado um quadro, em que cada quadrante foi rotulado com “dizer, fazer, pensar e “sentir” (KELLEY, 2014, p.202). A ferramenta mapa de empatia foi aplicada em grupos de cinco pessoas em cada local descrito acima. O método auxiliou na síntese dos dados sobre o que o adulto contemporâneo diz, faz, pensa e sente sobre o futuro e seu envelhecimento. Durante a observação, a linguagem corporal das pessoas, o tom de voz e as palavras usadas foram pontos de atenção e registrados no mapa.

As observações em campo mostraram que a percepção dos adultos contemporâneos sobre o envelhecer está dividida em três perfis, que ora ocorrem simultaneamente, ora com mais ênfase em determinados momentos de vida nos jovens entrevistados. São eles: I) o chamado *ativo* caracteriza um adulto que não gosta de pensar em envelhecer porque encara o processo como sofrer um declínio, passa a vida cumprindo etapas que diz serem necessárias à vida, como estudar, trabalhar,

casar, ter sucesso e morrer dignamente; II) o *belo* assinala que não quer ser, nem parecer velho e faz de tudo na tentativa superficial de mascarar o passar dos anos, busca por artifícios que disfarcem as marcas do tempo ou que retardem etapas da vida; III) o *consciente* distingue o perfil que gosta e sonha com a ideia de envelhecer, este não quer morrer antes de passar por todas as etapas normais do ciclo da vida de forma saudável e feliz.

As características identificadas nos perfis e as observações realizadas na postura do adulto contemporâneo revelam semelhanças com os perfis publicitários analisados no item 2, principalmente na convenção da sociedade em buscar a beleza ideal e a eterna da juventude, as vezes ignorando o processo de envelhecimento como um fator natural. Percebe-se também uma busca pela vida social e ativa, necessidade de estar em grupo e fazer parte seja construindo uma família, ou ainda, estabelecendo uma carreira de sucesso e autodesenvolvimento, explora e tem curiosidade pelas diferentes fases da vida, procura aproveitar os momentos se aventurando em atividades corriqueiras ou, ainda, em um grande desafio pessoal ou profissional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sonho do envelhecimento com juventude é um desejo presente na sociedade. O público consumidor da terceira idade clama por produtos e serviços que atendam a seus anseios. Empresas e instituições recebem a demanda, produzem e comunicam. Estas comunicações carregam valores jovens porque a iconologia publicitária é baseada na cultura e valores do adulto contemporâneo.

Localizar uma campanha publicitária de uma marca qualquer com foco prioritário no idoso é raro. Há duas razões para isto: a primeira porque existe uma consolidação do culto à juventude; a segunda, pela demanda mercadológica. Em geral, as empresas temem ser identificadas como *marca de velho*, os estereótipos apontam para a necessidade de não se mostrar velho, ou se tiver de mostrá-lo, que se mostre um idoso que quer ser jovem, que precisa ser jovem, que não pode jamais aceitar a própria velhice. Com o envelhecimento da população e um mercado de consumo e serviços adaptados aos mais jovens, empresas e organizações de diversos setores terão que se readequarem na forma de produzir, criar e comunicar seus produtos e serviços.

É fato que a publicidade está despertando para a terceira idade, porém ainda são escassas as campanhas com começo, meio e fim, dizendo não aos estereótipos

e com foco total e exclusivo em personagens idosos. Porém, foi interessante analisar o *corpus* e admitir que o mercado, bem como a publicidade e a comunicação se curvaram a esta fatia importante da sociedade, e claro, também aos consumidores.

Em síntese, o trajeto da iconografia publicitária de idosos retratados por jovens contemporâneos em comunicações marcárias, divulgadas em mídias sociais e tradicionais, mostra quase que uma obrigação em envelhecer com o mesmo vigor dos 20 anos.

O mercado produtor de bens de consumo e serviços apoia a nova sensibilidade social na questão do envelhecimento, sobretudo pelo fato de que envelhecer mantendo a juventude faz parte da cultura do adulto contemporâneo. Quem cria, desenvolve e divulga comunicações de marcas é justamente este jovem profissional presente no mercado de trabalho que carrega valores e características tão predominantes nas convenções publicitárias quando o belo, o sucesso e a felicidade plena são retratados nos públicos de instituições que oferecem produtos e serviços à sociedade, inclusive aos idosos.

O estudo analisou dados do mercado para pessoas com 60 anos ou mais, levantou pesquisas realizadas sobre o tema dos idosos serem detentores de poder aquisitivo e, portanto, consumidores em potencial. O trabalho ainda identificou perfis de características do adulto contemporâneo e, por fim, analisou imagens que retratavam pessoas da terceira idade.

O fato social relevante é a presença da imagem do idoso na publicidade, a versatilidade que o adulto contemporâneo tem para a representação da pessoa com mais idade por meio de diferentes recursos, dando origem às representações que povoam o imaginário social, já que “os anúncios publicitários colaboram para uma afirmação de uma nova velhice, concorrem para a construção de uma outra mentalidade social para a compreensão do fenômeno do envelhecimento” (PALACIOS, 2007, p.2.).

REFERÊNCIAS

- CIRILLO, M. A. **A vez da terceira idade**: o discurso da publicidade na construção da imagem do idoso nas revistas. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, 2012.
- DORONINI, J. de A.F.; ARAÚJO, G. de A.F. Contribuições teóricas sobre um repensar da percepção da velhice: aliada à discussão de classe e hegemonia. **Latin American Journal of Development**, v.2,n.4, p.113-121, 17 aug. 2020.
- DRUCKER, P.; SENGE, P. Agenda 2020. Mentos que brilham. **HSM Management**, 31, mar-abr 2002, 7 p. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/19841450-Mentos-que-brilham-sinopse-agenda-2020.html>> . Acesso em: 8 jan. 2021.
- DYCHTOWALD, K. Agenda 2020. O mercado emergente dos “novos velhos”. **HSM Management**, 33,jul-ago 2002, 6 p. Disponível em: <<http://www.ngd.ufsc.br/files/2012/04/os-emergentes-novos-velhos.pdf>>. Acesso em 12 de abr. 2014.
- ESTATUTO DO IDOSO. **Lei 70.741 de 1 de outubro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo 2010. **Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano 2013**, organizado pelo PNUD, órgão da ONU. Recuperado em 13 de jun.de 2014 de: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/> >.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio(PNAD)**. Recuperado em 22 de mar. 2014 de: < <http://goo.gl/d6yqEM> >.
- KELLEY, T.; KELLEY, D. **Confiança Criativa**: Libere sua Criatividade e Implemente suas Ideias. Trad. Cristina Yamagami. São Paulo: HSM do Brasil, 2014.
- MOURA, T. **Iconografia de idosos em comunicações marcárias publicadas nas mídias sociais**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-17112017-110058/pt-br.php> > Acesso em: 31 ago.2020.
- OLIVEIRA, A.C.de; SOUZA, S. A velhice conectada na publicidade em vídeo brasileira. **Anais do VII CIEH- Congresso Internacional do Envelhecimento Humano**. Campina Grande, Paraíba, 2020, p.2. Disponível em: <<http://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-do-vii-cieh>>. Acesso em: 08jan. 2021.
- PALACIOS, A. Fragmentos do discurso publicitário para idosos no Brasil: estratégias de posituação da velhice, novos velhos ou novos mercados de consumo? **Intercom** - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: < <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-0796-1.pdf> >. Acesso em: 08 jan.2021.
- PANOFISKY, E. **O significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva (coleção Debates Arte), 1976, p.47-87. SPC Brasil. Quatro em cada dez idosos passaram a gastar mais com produtos que gostam. **Pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito**. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisas/filtro/busca/Quatro%20em%20cada%20dez%20idosos%20passaram%20a%20gastar%20mais%20com%20produtos%20que%20gostam>>Acesso em: 8 jan. 2021.

CAPÍTULO 03

AÇÃO EMPRESARIAL NA ESCOLA: OS IMPACTOS NO TRABALHO DOCENTE E AS SUAS RESISTÊNCIAS ASSOCIADAS À CULTURA ESCOLAR.

Cristiane de Almeida Jardim

Formação acadêmica mais alta: Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Instituição de atuação atual: UFSM

Endereço: Centro de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Campus de Santa Maria.

Endereço: Avenida Roraima 1000 - Cidade Universitária, Bairro Camobi, 97105-900, Santa Maria, Brasil.

E-mail: cris-jardim2011@hotmail.com

RESUMO: Este artigo analisa a introdução da lógica empresarial na gestão da escola pública estadual entre os anos de 2015-2020. Para tanto, apresenta projetos de dois governos gaúchos que aproximam a escola de ações empresariais. E demonstra como as parcerias público-privado na escola fortalecem a formação que beneficia a empresa. Na cidade de Santa Maria/RS, realizaram-se entrevistas com profissionais da educação, bem como análise documental. Entende-se que há ações que caracterizam um “quase-mercado” na escola. Há uma intensificação do trabalho docente e, em contrapartida, ampliam-se as resistências dos professores associado à defesa de uma cultura da escola baseada em uma lógica de autonomia docente e discente. Este artigo busca contribuir com pesquisas sobre como ações empresariais, na e para a escola, têm intensificado uma formação para o mercado de trabalho, bem como as formas de conflitos associadas a essas diretrizes.

PALAVRAS-CHAVE: Ação empresarial, trabalho docente, cultura da escola, formação escolar.

ABSTRACT: This article analyzes the introduction of business management mechanisms in the management of the state public school between the years 2015-2020. To this end, it presents projects by two gaúcho governments that bring the school closer to business actions. And it demonstrate show public-private partner shipsats chool streng then the training that bene fits the company. In the city of Santa Maria/RS, interviews with education professionals were carried out, as well as documentary analysis. It is understood that there are actions that characterize a “quasi-market” at school. There is an intensification of the teaching work and, on the other hand, the resistance of the teachers is associated with the defense of a school culture based on a logic of teaching and student autonomy. It seeks to contribute to researches on how business actions in and for the school have intensified school education for the job market, as well as the forms of conflicts associated with these guidelines.

KEYWORDS: Business action, teaching work, school culture, school training.

1. INTRODUÇÃO

O propósito do artigo é analisar, junto à três escolas públicas estaduais com ensino médio de diferentes regiões da cidade de Santa Maria/RS, a introdução da lógica empresarial na gestão da escola no período que corresponde aos anos de 2015-2020. Busca-se analisar aspectos da cultura da escola que permitam observar em que medida há resistências dos docentes no tocante à adesão a lógica empresarial.

Neste artigo, a cultura da escola é entendida como o conjunto de valores, representações e crenças presentes nas três escolas públicas estaduais de ensino médio de Santa Maria/RS selecionadas para esta pesquisa. Busca-se mostrar a resistência da cultura da escola (presente em cada estabelecimento de ensino) à introdução de lógicas mercantis no seu modo de funcionamento. Sendo assim, os interlocutores no exercício da sua atividade procuram contrapor as pressões das lógicas focadas na eficácia escolar e ajustamento, articulando com formas de agir orientados por outros referenciais normativos (o que poderemos observar, por exemplo, nos projetos desenvolvidos pela escola).

Segundo Nóvoa (1995), as escolas mesmo integradas em contextos sócio-culturais mais amplos, também produzem sua cultura interna que reflete os valores, representações e crenças de seus membros. Portanto, a cultura da escola se refere aos modos particulares de interagir, de trabalhar, de agir e de pensar que se consolidam nas práticas cotidianas e expressam o “modo de ser particular” da escola (NÓVOA, 1995). Em relação a resistência dos professores associada a cultura da escola, Nóvoa (1995) mostra que os elementos culturais, ideológicos, as crenças e as expectativas, vinculadas aos atores da escola podem expressar resistências aos processos que nela se desenvolvem.

Desse modo, a pluralidade dos referenciais de caráter político e moral identificáveis no discurso dos professores não estão sendo cristalizados, mas sim, o desafio é mostrar a resistência da cultura da escola, do campo da pesquisa, frente as últimas mudanças para educação entre os anos de 2015-2020.

O conceito de gestão da escola carrega uma singularidade associada à preocupação com o aprendizado do aluno (PARO, 1998). Nesse particular, a pesquisa indicará os conflitos que envolvem os descontentamentos dos professores em momentos de tensões entre a categoria e a gerência em razão das ações da empresa que, em vista da singularidade do papel da escola, são antagônicas à natureza da

gestão da escola. Por isso, se observa, quena cultura da escola é possível identificar resistência à introdução da lógica mercantil no seu modo de funcionamento.

O governo do estado do Rio Grande do Sul (RS) tem estimulado uma formação escolar que contempla demandas do mercado de trabalho. Tal pode ser vista no plano dos projetos do governo para educação. Entre os projetos, destaca-se o chamado “Escola Melhor: sociedade melhor”, da gestão do ex-governador José Ivo Sartori (MDB) (2015-2018), e o intitulado “Jovem RS conectado no futuro”, da administração do atual governador Eduardo Leite (PSDB) (2019-2020).

A parceria com o Sistema S[1] - que é como se define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica - também beneficia uma formação pensada para o mercado de trabalho. Como exemplo, abordar-se-á a parceria da escola com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-RS).

Observou-se uma intensificação do trabalho docente. Para melhor compreensão, mostrar-se-á como esse ponto se desenvolve tendo como base um modelo de sociedade articulada pelo projeto neoliberal que inicia com a eleição do presidente da república Fernando Collor de Melo em 1989.

Apresentação metodológica

Esta pesquisa iniciou-se junto à três escolas públicas estaduais de ensino médio da cidade de Santa Maria/RS tendo por propósito analisar a introdução de mecanismos da gestão empresarial na gestão da escola entre os anos de 2015-2020. Dessa forma, foram entrevistados três professores, quatro coordenadores pedagógicos, uma diretora e uma vice-diretora. Vale ressaltar que o artigo tem uma natureza ainda eminentemente exploratória de entrevistas.

Portanto, entre as vinte e quatro escolas públicas estaduais de ensino médio da cidade de Santa Maria/RS foi selecionado três escolas para a amostra. Cada uma dessas escolas está situada em uma região da cidade, o que permitiu mostrar mais da realidade estudada. Ademais, as entrevistas foram realizadas no período que corresponde aos anos de 2018-2020.

Também, foi realizada análise documental, tendo como fonte os escritos da SEDUC. Isso se deve ao fato de que se observou que esses documentos servem para institucionalizar, nas escolas, os projetos dos governos do estado, estreitando uma relação entre empresa-escola no que se refere às ações de responsabilidade social e

empresarial. Outra fonte documental utilizada são os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP)[2] no intuito de identificar em que medida a cultura da escola descrita nesses documentos é experienciada na escola. Portanto, a análise documental dos PPP é uma forma de verificar se o conjunto de valores, representações e crenças que constituem a cultura da escola, e que estão apresentados nesse documento, são concretizados na escola.

O espírito da empresa na escola

Para compreendermos como o discurso da responsabilidade social empresarial é justificado no âmbito da escola, são destacados dois projetos pensados para a educação do estado do RS: o primeiro, chamado “Escola Melhor: sociedade melhor”, da gestão do ex-governador José Ivo Sartori (MDB); e o segundo, intitulado “Jovem RS conectado no futuro”, da administração do atual governador Eduardo Leite (PSDB).

Sartori (MDB) através do projeto “Escola Melhor: sociedade melhor”, defendeu a aproximação entre o serviço público e a administração privada. Assim, regularizou parcerias de escolas estaduais com pessoas físicas e jurídicas, para, com isso, essas poderem realizar reformas, ampliações, instalações de redes *wi-fi* e doações às escolas. Em troca, além de ser reduzida a responsabilidade do governo estadual com a manutenção das instituições escolares, as empresas puderam realizar publicidade dentro das escolas (ESTORMOVSKI, 2017).

Essas publicidades podem ser de suas marcas, como, por exemplo, de suas pinturas, materiais de instalações, serviços de internet e materiais didáticos. São publicidades dos mais variados serviços que diferentes empresas podem oferecer à escola. Desse modo, segundo a diretora N.A.[3], da escola L.M.[4], as instituições privadas procuram a escola para “vendas veladas de publicidade dentro da escola que geralmente são apresentadas como produtos que a escola precisa” (N.A., entrevista, 2020). Com isso, ocorre, segundo a vice-diretora A.P., da escola R.A., uma busca por novos consumidores, sendo esses os jovens estudantes. Segundo o coordenador pedagógico E.H., da escola L.M.:

O que mobiliza estas instituições privadas é buscar freguesia, é buscar divulgar seus produtos para que as pessoas procurem o produto deles, mas é buscar propaganda, contato com os alunos, para que estes alunos virem consumidores (E.H., entrevista, 2020).

A diretora N.A., da escola L.M., esclarece que a SEDUC disponibiliza um modelo padrão de placa, ou pintura em muro, o que as escolas poderão utilizar para divulgar os nomes e/ou logomarcas das empresas parceiras; enquanto a empresa é quem custeia esse material. Além da placa ou pintura, qualquer outro meio de publicidade e marketing disponível pela empresa poderá ser divulgado na escola, tendo a autorização da mesma e concordância da SEDUC. Isso representa uma troca de benefício entre escolas e empresas.

Segundo Estormovski (2017), tais trocas implementa um “quase-mercado” nas escolas estaduais, tendo em vista estas trocas realizarem por meio de uma venda, mesmo que velada, de publicidade dentro das instituições escolares. Abre-se o caminho para o consumo e a competição empresarial dentro dos ambientes escolares, interferindo nos valores da comunidade escolar (ESTORMOVSKI, 2017).

Essas ações que caracterizam um “quase-mercado” na escola são justificadas tendo como base que muitas das escolas carecem de materiais que, através de empresas, chegam até ao seu espaço. Segundo o coordenador pedagógico E.H., um exemplo disso é que, para a escola L.M., uma entidade ofereceu um projeto com internet de qualidade. A instituição privada, a partir desse suporte tecnológico, conseguiu ganhar espaço e conquistar a adesão da escola para a implementação da sua rede *wi-fi*.

No ano de 2017, o secretário da educação do governo Sartori (MDB), Ronald Krummenauer, defendeu como primeira meta do governo para a educação a necessidade de o estado buscar parceria com outros setores da sociedade, como com o Sistema S, para o financiamento da educação (WITTER, 2017).

Segundo a vice-diretora A.P., a escola R.A. foi uma das escolas a fazer parceria com uma das entidades do Sistema S, intitulada Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-RS). Nas escolas, o SENAI oferece cursos profissionalizantes e técnicos e estágios remunerados aos alunos. Conforme a vice-diretora A.P., a escola R.A. entende a divulgação dos cursos no espaço da instituição e a parceria com as entidades como sendo um auxílio para o aluno continuar estudando. Ou seja, segundo a vice-diretora A.P., a comunidade da escola R.A.:

Atende uma parcela de alunos num quadro de vulnerabilidade social, desse modo, a escola entende que as empresas podem representar uma oportunidade para o aluno se manter financeiramente e estudando, nesse sentido, até pode se pensar (A.P., entrevista, 2020).

Segundo o coordenador pedagógico E.H., da escola L.M., “ofertas de cursos profissionalizantes e estágios na escola, como os do SENAI, seguem a mesma lógica de programas do governo estadual para educação que tem por objetivo implantar na escola a preparação técnica para o trabalho” (E.H., entrevista, 2020). Temos no atual governo do estado, na gestão do governador Eduardo Leite (PSDB), o programa “Jovem RS Conectado no Futuro”[5]. O projeto une esforços coletivos de entidades públicas e privadas em prol da aplicação de uma política de governo para educação. Nesse projeto, as escolas deverão criar práticas empreendedoras, desenvolver a criatividade dos alunos, oportunizar um espaço de desenvolvimento de competências e habilidades que podem servir para diferentes funções que o estudante venha a desempenhar futuramente no mercado de trabalho.

É um trabalho de convencimento do programa “Jovem RS Conectado no Futuro” que se infiltra em diferentes instituições, públicas e privadas, apresentando oportunidades, como, por exemplo, de desenvolvimento econômico e social, via capacitação empreendedora dos jovens para suas cidades. Ou seja, conforme a SEDUC, o programa “Jovem RS Conectado no Futuro”, de forma estratégica, define as ações de gestão pedagógica e de planejamento da pasta tendo como proposta valorizar, apoiar e dar visibilidade e estímulo ao crescimento e ao protagonismo juvenil (SCARTON, 2019).

A meta do referido projeto para 2020 é atingir mais de 40 % das escolas com selos que irão certificá-las de *Escolas Criativas* e, até 2022, 100 % das escolas devem estar certificadas (SCARTON, 2019). Segundo o secretário da Educação, Faisal Karam, o projeto serve como forma de motivação, procurando contribuir para que os jovens estudantes se mantenham em ambiente escolar. O governador do estado, Eduardo Leite (PSDB), defende que:

É fundamental que as escolas contribuam para que os alunos estejam mais adaptados às exigências do mundo atual. A educação tem que estar sintonizada com os novos tempos, que exigem muito mais que o conhecimento formal. Demandam o despertar para habilidades e competências que são requisitados nesse cenário de uma nova economia e que exige criatividade, empreendedorismo e inovação (SCARTON, 2019).

O empreendedorismo no Brasil, segundo o relatório do *Entrepreneur ship Monitor* (GEM), de 2018, mostra uma oportunidade para enfrentar barreiras de investimento e de crise econômica (Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade

[IBQP], 2018). Destaca que o incentivo a práticas empreendedoras no ensino médio são um fator importante para encorajar o empreendedorismo jovem eficaz.

O relatório do GEM defende a oferta de estágios para os jovens aprenderem sobre o empreendedorismo; a reforma de leis para tornar mais fácil a abertura de novos negócios; a criação de uma rede de mentoria que conecte jovens e empreendedores de sucesso; e a formação de incubadoras e aceleradoras mais acessíveis para empreendedores em potencial (IBQP, 2018). Ressalta que “enquanto um ambiente global de transformação apresenta desafios de várias naturezas e escalas, está claro que também apresenta oportunidades – em particular, para empreendedores inovadores e dinâmicos” (IBQP, 2018).

Segundo a professora M.A., da escola M.F., os princípios da gestão empresarial comportam um caráter formativo aos alunos. A filosofia dessa formação pretende interiorizar, nos estudantes, uma visão de que podem criar, inventar e serem a arte de si enquanto produzem e contribuem para o progresso individual e coletivo. Motivados, então, não apenas os que empreenderão no futuro, mas todos concebem a noção de serem auto gestores em qualquer cargo que venham conquistar no mercado de trabalho. Segundo a professora M.A., entre os alunos há exceções que podem abrir o próprio negócio, porém, para todos os valores do empreendedorismo podem servir e em qualquer cargo no mercado de trabalho.

Nesse sentido, as noções de educação apresentadas nos governos Sartori (MDB) e Eduardo Leite (PSDB) concebem o chão da escola enquanto um espaço para desenvolver práticas empreendedoras, apontando benefícios para a educação junto com o desenvolvimento econômico e social.

A cultura da escola e suas resistências: descontentamento dos professores com as imposições do estado para a educação

A partir do campo estudado, observa-se que a cultura da escola define as relações construídas na escola. Desse modo, a escola expressa, no plano de sua cultura, como observado ao longo da pesquisa, as suas atividades específicas, bem como as posições políticas docentes e um modelo de educação. Em relação a um currículo correspondente à cultura da escola, a escola L.M. defende que seja:

Estruturado de forma a contemplar o ser humano na sua integralidade, sendo necessária uma educação que proporcione o desenvolvimento intelectual, social e cultural, onde o sujeito passe a aprender a pensar, comunicar-se, pesquisar, raciocinar de forma

lógica, fazer sínteses e elaborações teóricas, enfim, tornar-se autônomo e independente na construção do seu conhecimento (Projeto Político Pedagógico [PPP], 2018).

Nesse contexto, a escola L.M. apresenta a preocupação de romper com a reprodução de modelos educacionais vigentes. Desse modo, a escola deve “considerar o momento em que vivemos. Momento este, que exige capacidade de provocar rupturas com a reprodução social e voltar-se para a transformação das estruturas” (PPP, ESCOLA L.M., 2018). No projeto intitulado Show de talentos, por exemplo, ocorre a preparação para uma cidadania ativa e formação de um aluno crítico, pois esse projeto educativo carrega na bagagem a necessidade de mostrar ao aluno que deve lutar pelos seus direitos. Nas palavras da diretora N.A. da escola L.M.:

Este projeto significa o compromisso político de mostrar ao aluno que se deve lutar para viver um mundo melhor. Deve lutar para viver o seu talento independentemente da cor da sua pele, religião, orientação sexual. Pois devemos reivindicar os nossos direitos ocupando os diferentes espaços e diversificando a realidade (N.A., entrevista, 2020).

Com o projeto “Show de Talentos”, também procura-se desenvolver a performance, a comunicação e a autonomia dos estudantes. Trata-se de uma ideia que não envolve aspectos da profissionalização. O trabalho do professor, nesse sentido, pode ser entendido em resposta e como contraproposta a atividades do mundo empresarial realizadas dentro da escola.

Identifica-se elementos que fazem parte da tradição escolar e são mais resistentes às mudanças que correspondem às perspectivas empresariais. Por exemplo, a escola R.A. incorpora, no conteúdo do currículo, uma educação ampla. Isso significa que a instituição escolar organiza atividades para além da clássica sala de aula. A escola R.A incentiva o uso da horta, o consumo sustentável e o consumo de produtos orgânicos. “Os alunos fazem horta, trabalhamos muito a questão ambiental, o cuidado com o lixo, descarte e reciclagem. Trabalhamos com essas atividades diferenciadas, fora da sala de aula” (A.P., ENTREVISTA, 2020).

Analisando as propostas de entidades empresariais, na escola, observou-se suas relações com um modelo de educação beneficiador do mercado. Como exemplo, está a aproximação entre as propostas do SENAI, citadas na primeira parte deste artigo, com o modelo de educação para as competências e habilidades. Esse modelo de educação, sucintamente, significa estar preparando o aluno para uma função no

mercado de trabalho. Portanto, a formação para as competências e habilidades, segundo o coordenador pedagógico E.H., da escola L.M., contribui com o fortalecimento do Sistema S - entidades que, conforme o coordenador pedagógico E.H., não apresentam preocupação em criar condições para a autonomia do sujeito, mas sim cumprem a lógica da preparação técnica para o mercado de trabalho. Desse modo, segundo o coordenador pedagógico E.H.:

há um fortalecimento da educação para o trabalho na escola com a formação para as competências e habilidades. Essa formação ajuda ampliar o caminho para o ensino privado, como Sistema S, estar dentro da escola pública. Essa educação não é a que nos contempla, fortalecimento de uma educação para o trabalho e fragilidade de uma educação para a autonomia do sujeito (E.H., entrevista, 2020).

A formação técnica e profissional estará dentro do novo ensino médio, ou seja, nos itinerários formativos[6] serão ofertados cursos tendo por base essa formação. Segundo o coordenador pedagógico C.M., no novo ensino médio, “vai ser dado cursos de bases de formação técnica para o estudante” (C.M., ENTREVISTA, 2020). O novo ensino médio consiste em uma reforma na grade curricular brasileira, onde disciplinas da área das ciências humanas deixam de ser obrigatórias nos três anos do ensino médio, como filosofia e sociologia (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020). Já as disciplinas de língua portuguesa e matemática continuam fazendo parte do currículo obrigatório, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020). Segundo o site do Ministério da Educação (2020), o novo ensino médio permitirá que o jovem opte por uma formação técnica dentro da carga horária do ensino médio regular. Desse modo, ao final do ensino médio, os sistemas de ensino deverão certificá-lo no ensino médio e no curso técnico. Também se destaca a resistência da instituição escolar a certas propostas fundadas na contramão da sua visão para o trabalho docente, como o caso do novo ensino médio. O coordenador pedagógico E.H., da escola L.M., relata que os professores tentam reorganizar a vida cotidiana no local de trabalho e pensar formas de resistirem às imposições que consideram incompatíveis com a qualidade da atividade pedagógica. Por exemplo, a equipe escolar se organizou para não aceitar o convite da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (8ª CRE) para ser uma das escolas piloto para o novo ensino médio em Santa Maria/RS, que, segundo o coordenador pedagógico E.H., desprofissionaliza o trabalho do professor. Nesse

sentido, entre as práticas de resistências da escola L.M., o coordenador pedagógico E.H. relata a respeito do novo ensino médio:

Em Santa Maria/RS, no ano passado (2019), algumas escolas foram escolhidas como escola piloto, ou seja, foram escolhidas para testar o novo ensino médio. O representante da 8º CRE deixou claro que era obrigado a aceitar o convite. A nossa escola era uma dessas, mas nós nos negamos a aceitar *porque não queremos legitimar um projeto que entendemos como nocivo ao nosso trabalho*. Até na época, na reunião, os representantes da 8º CRE diziam: “se vocês não assinar o acordo, nenhuma escola vai poder assinar”. E daí eles ofereciam uma verba (risos) de vinte mil reais, mas vinte mil reais para uma escola é nada. Porém, se nós não assinasse eles diziam que inviabilizaríamos as outras escolas de receber a verba, ou seja, estavam nos pressionando para que os próprios colegas de outras escolas nos pressionassem. Até porque vinte mil não é nada, mas faz falta! Ainda mais que a escola não tem verba para nada (risos), mas nós nos negamos. Então a gente faz um contra-ponto, mas eles (governo estadual) vão nos cercando, por exemplo, tá a nova matriz curricular do governo do Estado, que tem tudo a ver com essa reforma do ensino médio e estará sendo imposta o ano que vem (2021), e daí não tem escola que fique de fora, nós somos obrigados a aceitar (E.H., ENTREVISTA, 2020).

A 8º CRE[7] também argumentou na reunião com as escolas escolhidas em Santa Maria/RS para serem escolas piloto do novo ensino médio, como relata o coordenador pedagógico M.E.:

Você vai dizer: mas que barbaridade! Está exagerando! Mas foi bem assim que a representante da 8º CRE falou: “a formação técnica pode qualificar o aluno para uma função no mercado de trabalho, os *alunos precisam aprender*, por exemplo, *a montar móveis*, desenvolver competências e habilidades para aprender a fazer coisas úteis para o seu dia a dia”. O que é indagado aqui, na perspectiva da escola, é a respeito de qual qualificação crítica que o aluno poderá desenvolver para possuir condições de contribuir socialmente com esse modelo de educação defendido pelo governo estadual (M.E., ENTREVISTA, 2020).

A escola, portanto, está sendo pressionada dentro de um esforço contrário a uma educação emancipatória e crítica, ou seja:

Nesse sentido, a lógica reproduzida é que o aluno deve saber fazer conta e escrever, embora não tenha desenvolvido o saber interpretar e criar o que ele escreve e possa não possuir uma autonomia crítica a respeito do conteúdo passado em sala de aula, pois, isso não está em discussão agora e muito menos na nova BNCC, que, inclusive, está retirando a obrigatoriedade dos conteúdos de humanas, como os de sociologia e filosofia. O que está em discussão é fazer conta e escrever. É uma lógica contrária a uma educação emancipatória, no sentido de fortalecimento do conteudismo para as competências e habilidades e não da sua superação (E.H., ENTREVISTA, 2020).

A formação para as competências e habilidades apresenta-se como alternativa ao currículo tradicional (conteudista). No entanto, o que se efetua é uma instrumentalização dos conteúdos incompatíveis, segundo o coordenador pedagógico E.H, com a defesa do acesso ao conhecimento universal construído pela ciência. Destarte, o imediatismo na educação, observável na educação conteudista, continuará no plano da lógica das competências e habilidades. Ou seja, o aluno que ia à escola, na demanda conteudista, para aprender conteúdos fragmentados e decorar fórmulas, em uma realidade desigual, onde 52,6 % dos brasileiros com vinte e cinco anos ou mais não concluíram a educação básica, a maior parte, 33,1 %, não terminou o ensino fundamental, aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020), na lógica das competências e habilidades será mantido a fragmentação, pois está sendo implantado uma educação que atenda primordialmente as necessidades do trabalho, sem desenvolvimento de um senso crítico. Assim, observa-se o mantimento da desigualdade ao ser limitado as possibilidades de aprendizado dos alunos da escola pública.

Dessa maneira, se na lógica do conteudismo não era priorizado um modelo de educação para desenvolver o senso crítico e o pensamento autônomo do estudante, na lógica das competências não será diferente. O priorizado na educação será “desenvolver competências e habilidades para o mercado de trabalho, o que aprofundará as desigualdades do acesso à educação para os alunos da escola pública” (M.E., ENTREVISTA, 2020). Dessa forma, criam-se novas formas e representações.

Segundo o coordenador pedagógico E.H., a escola L.M. entende que, embora a educação também possa proporcionar o acesso à qualificação profissional, faz-se fundamental que não se distancie da formação do senso crítico. Nas palavras do coordenador pedagógico E.H:

Para nós a educação pode proporcionar o acesso a qualificação profissional, mas de maneira crítica, porque se não o que adianta formar um sujeito que saiba ser explorado, saiba ter salários baixos. Nós precisamos construir sujeitos que tenham críticas a isso. Pelo menos, a nossa ideia enquanto grupo pedagógico é de não manter e fortalecer isso. E essa educação para o trabalho vem na lógica de manter isso, e preparar os estudantes para aceitar esta educação (E.H., ENTREVISTA, 2020).

As imposições que são destinadas à escola provocam o descontentamento da categoria. Segundo a diretora N.A., da escola L.M., causam desânimo em muitos professores no empenho de um trabalho em prol de um pensamento crítico e autônomo.

Os professores estão sempre lutando contra imposições que não atendem uma educação emancipatória, a categoria nunca vem trabalhar pensando hoje está tudo certo. Alguns professores estão com o psicológico afetado por causa das reformas, o que faz com que se sintam desmotivados e desanimados (N.A., Entrevista, 2020).

A reforma do ensino médio é vista como nociva ao trabalho do professor. Já o Estado argumenta que uma formação voltada para as competências e habilidades oferece oportunidades para o estudante se autorealizar em uma profissão. Em contrapartida, a escola R.A., por exemplo, apresenta as demandas da comunidade escolar como ponto importante para ser trabalhado de forma a contribuir com melhorias na vida do estudante. Para tanto, segundo a vice-diretora A.P., a escola R.A. agrega em seu currículo o complexo temático através da pesquisa socioantropológica. Ou seja, a escola procura os temas ligados à realidade do aluno na comunidade, através de trabalho de campo, uma vez ao ano.

Segundo a vice-diretora A.P., a escola R.A. entende que o caminho para a educação está em investimentos e construção de um conhecimento que oportunize aos estudantes ingressarem em cursos superiores. O caminho para educação deve ser onde todos e todas tenham a oportunidade de acessar uma formação universitária. Ou seja, segundo a vice-diretora A.P.:

O caminho para educação é ter acesso a cursos superiores, todos terem acesso a uma formação universitária. Pois estes cursos técnicos, alunos que trabalham como jovem aprendiz, e parcerias com as entidades, servem para um auxílio de custo para o aluno continuar estudando. Aqui a escola trabalha com uma comunidade bem pobre e entende que se o aluno participa de algum desses programas é bom para ele se manter melhor e para continuar estudando. Mas eu não acredito que seja pensando na educação. As empresas fazem isso visando, para além da mão de obra barata no presente, a formação de trabalhadores para seus cargos e demandas do mercado (A.P., ENTREVISTA, 2020).

Entretanto, a escola ainda toma como eixo formar alunos autônomos. Na cultura da escola está inscrita a preocupação por uma educação que possibilite ao aluno alcançar autonomia. No entanto, o coordenador pedagógico M.E., da escola

R.A., ressalta que a escola vigente se distancia do modelo de educação defendido pela categoria:

É uma lógica que está longe de ser uma educação que a gente quer, que é a autonomia do aluno. É uma lógica do ponto de vista neoliberal, um modelo de Estado mínimo, de menor investimento na educação pública. Nós estamos dizendo o seguinte: as escolas privadas continuarão com todas as disciplinas, já os alunos das escolas públicas são obrigados a seguir a nova matriz curricular do novo ensino médio. A escola pública terá um prejuízo. É uma lógica neoliberal, lógica de sucateamento da escola pública. Falam da escola sem partido, que nós doutrinamos os alunos, mas na verdade o que está se propondo é uma escola dogmática, uma escola que doutrina, porque é uma escola que não faz o aluno crítico. O aluno crítico não é aquele que segue o que o professor pensa, mas sim é o aluno que tem condições de olhar para o que o professor diz e para o que os outros dizem e, então, formar a opinião dele. É o aluno que tem autonomia de criar e de pensar. E o que estamos fazendo hoje é podar essa autonomia. Então, a escola dogmática, sem o pensamento crítico, não é a que estamos lutando e pautando, mas sim é essa que está chegando agora. É essa que vem aí (M.E., ENTREVISTA, 2020).

Ampliação do trabalho docente e a relação com a crise das finanças estaduais

Segundo a diretora N.A., da escola L.M., “a escola está saturada pelas exigências das reformas. Quando termina de se adaptar a uma, vem outra e mais outra. Nesse sentido, o professor sente que seu trabalho está sendo intensificado por demandas em desacordo com a cultura da escola” (N.A., ENTREVISTA, 2020). Na escola, o seu trabalho assume, junto com a equipe escolar, a responsabilidade por todas as atividades realizadas. A respeito de atividades externas, além de trazerem certificação e verbas para a instituição escolar, geram cobranças em cima de cada membro da equipe na busca pelos resultados positivos nessas atividades. A exemplo, sublinha-se a participação da escola na Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM), concursos literários e na Olimpíada Brasileira de Gastronomia (OAG) (E.H., ENTREVISTA, 2020).

O professor R.J. relatou ser responsável por todas as turmas de primeiros e segundos anos do ensino médio da escola M.F., o que soma vinte e sete turmas. Como a disciplina que ministra, sociologia, só tem uma vez na semana, é preciso que assuma o número de turmas citadas para cumprir a sua carga horária, o que aumenta, consequentemente, o número de trabalhos e provas para corrigir, as preocupações com a avaliação de cada aluno, a jornada, a carga horária de trabalho e a cobrança por resultados e produtividade. O aumento de trabalho do professor opera como forma

de fazer com que os professores forneçam conhecimento escolar básico a um maior contingente de alunos em um mesmo espaço de tempo. Assim, barateia-se o custo do serviço educacional.

Desse modo, como aponta o relato acima, o professor tem o seu trabalho ampliado para além da carga horária formal e está submetido a cobrança por produtividade sem investimentos no seu trabalho. Em relação as condições de trabalho o coordenador pedagógico E.H., da escola L.M., destaca no relato abaixo a desvalorização salarial e falta de incentivos, acompanhada de cobranças no que tange o desempenho do professor.

Essa lógica desenha a ideia de que o professor é o inimigo da escola e do estado porque faz greves e paralizações criticando as medidas do estado para o seu trabalho. Essa lógica, na verdade, é uma inversão, mas estão vendendo isso para a sociedade, nós somos os inimigos da escola. Somos cobrados sempre mais, temos que trabalhar mais, mas não há valorização do salário e nem incentivos. Sentimos só aumento de trabalho e cobranças cada vez maiores e mais frequentes. (E.H, ENTREVISTA, 2020).

Desse modo, foi observada uma intensificação no trabalho do professor, com o acréscimo de trabalho compensando a falta de investimento em educação. Segundo o coordenador pedagógico E.H., falta dinheiro na escola, mas isso não significa que falte dinheiro no estado. O sindicato dos professores do RS, denominado Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) (2018) informa que, segundo o governo Sartori (MDB), “os salários da categoria não são reajustados porque não há dinheiro” (CPERS, 2018). No entanto, o CPERS argumenta que quando aumentou impostos, o governo passou a possuir mais fundos: a arrecadação cresceu em dez bilhões de reais de 2015 para 2017 e superou as despesas. Ou seja, segundo o coordenador pedagógico E.H e o sindicato da categoria, há financiamento para a educação, porém sofre com a administração do governo do estado.

A década de 1990, com o acentuamento do projeto neoliberal, concretiza a emergência de um projeto de Estado mínimo, disputando a hegemonia política-cultural com o projeto democrático que surge com a nova Constituição Federal de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil (DAGNINO, 2004). Com a nova Constituição Federal de 1988, as forças envolvidas em sua constituição compartilham, conforme (DAGNINO, 2004), um projeto democratizante e participativo, expandindo a cidadania e aprofundando a democracia. Tal projeto, segundo Dagnino (2004), emergiu da luta de setores da sociedade civil contra o regime militar.

A democracia formal foi reestabelecida, com eleições livres e a reorganização partidária, concedeu a possibilidade de que o projeto democrático pudesse ser levado para o âmbito do poder do Estado, fazendo dos anos noventa cenário de numerosos exemplos desse trânsito da sociedade civil para o Estado. Assim, contando com a ampla participação popular, a nova Constituição Federal de 1988 fica conhecida como a Constituição mais democrática da história do Brasil. Conforme Dagnino (2004), durante esse mesmo período, o confronto e o antagonismo que tinham marcado o Estado e a sociedade civil nas décadas pretéritas deram lugar a uma aposta na possibilidade da sua ação conjunta para o aprofundamento democrático. A participação da sociedade se tornou central como característica distintiva desse projeto, subjacente ao próprio esforço de criação de espaços públicos onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade (DAGNINO, 2004).

De outro lado, com a eleição do presidente da república Fernando Collor de Mello em 1989 e como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, segundo Dagnino (2004), há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de responsabilidades sociais e transferência das mesmas para a sociedade civil. Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington (DAGNINO, 2004).

De acordo com Frigotto (2007, p. 1137): “com o governo Collor, inicia-se a cega adesão à doutrina neoliberal. Os debates políticos e econômicos são substituídos pelo discurso técnico gerencial e pelo ideário do ajuste, descentralização, flexibilização e privatização”. Isso continuou nos oito anos do governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002). Mas ainda antes do FHC, com Collor no poder, “deflagrou-se o processo de ajuste da economia brasileira às exigências da reestruturação global da economia” (EVANGELISTA, MORAES, & SHIROMA, 2004, p. 46).

Mesmo com o impeachment de Collor, sua saída do poder em 1992, o projeto neoliberal vai se consolidando, dado que tem ajuda e é pressionado por agências internacionais que monitoram os empréstimos financeiros no país. As principais agências são, segundo Arelaro (2000), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Tendo em vista o projeto neoliberal de sociedade, a conclusão do CPERS é que a crise e a falta de dinheiro no estado do RS fazem parte de um projeto de

governo. Em 2018, com um déficit estimado em 6.9 bilhões em reais, calcula-se que o RS deixou de arrecadar 7.8 bilhões de reais com sonegação de impostos por ano e 9 bilhões de reais em isenções fiscais para empresas (CPERS, 2018).

Nesse ínterim, a gestão escolar deverá efetivar as metas e resultados da educação com os recursos disponíveis. Esses devem ser buscados nos bons resultados, em avaliações, em atividades e projetos. A gestão escolar, nessas circunstâncias, de descentralização dos gastos administrativos sobre a figura do estado, arca com a bandeira da utilização eficiente dos recursos e melhoria na produtividade dos serviços; sem que isso represente aumento de gastos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações que caracterizam um “quase-mercado” na escola são justificadas pela falta de materiais que há nas escolas e que podem ser oferecidos pelas empresas. Por essa via, a instituição privada consegue conquistar a adesão da instituição escolar aos seus produtos, sejam esses, por exemplo, uma pintura, um serviço de reforma ou uma instalação de rede *wi-fi*. Com a publicidade, essas empresas ganham novos consumidores e investem em uma imagem positiva para si.

Observa-se que o estado, no período do governo Sartori (MDB), implantou, através do projeto “Escola Melhor: sociedade melhor”, uma parceria entre escolas e pessoas jurídicas ou físicas, em troca, além de ser reduzida a responsabilidade do governo estadual com a manutenção das instituições escolares, as empresas puderam realizar publicidade dentro das escolas.

Em relação ao Sistema S, tratando dos jovens estudantes, está oferecendo alternativas estimulantes como uma capacitação profissional ou estágio remunerado. São oportunidades que, em certa medida, mostram possibilidades de autorrealização e incentivos para alguns alunos estudarem.

Já no projeto “Jovem RS Conectado no Futuro”, é possível identificar um plano que tem por princípio o maior aproveitamento do próprio espaço escolar para ser passado aos alunos uma formação dentro da cultura do empreendedorismo. Mesmo assim as parcerias continuam existindo, como as existentes com o Sistema S.

Este artigo identificou uma resistência da cultura da escola à introdução de mudanças na educação baseadas em lógicas mercantis. Os interlocutores ao demonstrarem práticas de resistências, como a recusa do convite para testarem o novo ensino médio na escola, mostram-se descontentes com um modelo de educação

de base tecnicista. E, trabalhando com projetos, como, por exemplo, o Show de Talentos, estão no exercício da sua atividade aliviando as tensões de uma educação focada numa formação para o trabalho.

A educação defendida pelos docentes interlocutores dessa pesquisa é antagônica a uma formação direcionada exclusivamente para o mercado de trabalho. A resistência associada à autonomia escolar tem a ver com a capacidade da instituição de preparar o aluno para a vida social como um todo e não apenas para o mercado de trabalho. Nesse caso, preservar dos riscos que ações do tipo “quase-mercado”, somado ao empreendedorismo na escola, representam à natureza da escola pública.

Também se percebeu que há uma intensificação do trabalho do professor-sem acréscimo correspondente nos salários- em decorrência de um escasso investimento em educação. Assim, o estado que vê nas parcerias público-privadas um meio de enxugar gastos, igualmente produz a intensificação do trabalho docente com o mesmo propósito. Estas questões mais estritamente relacionadas com a precariedade das condições de trabalho ganharão enfoque em pesquisas posteriores, assim como uma abordagem envolvendo o processo de reconfiguração das políticas educativas a uma escala transnacional e as suas repercussões na atividade docente.

Uma abordagem reflexiva sobre a história das políticas educativas no Brasil em razão dos limites do artigo também ficará para pesquisas posteriores. Bem como uma descrição detalhada de onde se observa ao nível dessas políticas educativas a concretização da agenda neoliberal.

Em razão dos limites do artigo, não foi possível explorar todos os temas pertinentes. Dentre os já citados, também está a relação entre novas demandas produtivas e a reforma do ensino médio que está para ser implantado no ano de 2021. As questões que envolvem essas articulações, portanto, serão exploradas futuramente.

Notas

[1] O termo Sistema S é como se define o conjunto de organizações das entidades corporativas, alguns exemplos são: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). As empresas pagam contribuições às instituições do Sistema S com base em alíquotas (SENADO FEDERAL, 2020). [2] O PPP (Projeto Político Pedagógico), documento que contempla a perspectiva educacional da instituição, é resultado da reflexão e da avaliação de todos envolvidos com a educação da escola: equipe diretiva, equipe pedagógica, professores, alunos, pais, membros do CPM e membros do Conselho Escolar, tendo em vista o compromisso de todos com a educação. Encontra-se disponível na referida escola.

[3] Os interlocutores da pesquisa foram citados pelas iniciais dos nomes. E as informações foram obtidas através de entrevista com membros da equipe diretiva e professores das escolas públicas estaduais da cidade de Santa Maria/RS, entre os anos de 2018 e 2020.

[4] As escolas do campo investigado também foram citadas pelas iniciais dos nomes.

[5]O projeto “Jovem RS Conectado no Futuro” contou, para o seu desenvolvimento, com parceria do Sebrae-RS, da Rede Gaúcha de Ambientes de Inovação, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, das Secretarias da Inovação, Ciência e Tecnologia da Ciência e do trabalho e assistência social, da Universidade de Passo Fundo, da Universidade Federal de Santa Maria, da Universidade Federal do Pampa, da Unijuí, da Universidade Federal de Pelotas e da Elefante Letrado Plataforma de Leitura (SCARTON, 2019).

[6] Os Itinerários Formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho que os estudantes poderão escolher no novo ensino médio. Eles podem se aprofundar em uma área do conhecimento e da formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

[7] O ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, em evento em São Paulo, no ano de 2019, defendeu a ampliação do ensino técnico no Brasil. Sua fala assemelha-se aos argumentos da 8ª CRE a respeito da conexão do novo ensino médio com o mercado de trabalho. Ou seja, Abraham Weintraub defendeu que a escola tem que ensinar um ofício. Relatou que “está cheio de doutor sem emprego, mas é difícil ter um bom encanador passando fome ou na fila do bolsa família. É difícil um eletricista, um técnico bom, que não consegue se virar”. Abraham Weintraub ainda acrescentou que a meta até o final do governo federal é aumentar em 80 % o número de alunos no ensino técnico (O ANTAGONISTA, 2019).

REFERÊNCIAS

- Arelaro, L. R. G. (2000). Resistência e Submissão: a reforma educacional na década de 1990. In: Krawczyk, N., Campos, M. M., & Haddad, S. *O Cenário Educacional Latino-Americano no Limiar do Século XIX: reformas em debate*. Campinas: Autores Associados.
- Novo, B. (2019). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação- Comentários*. Recuperado em 18 dezembro, 2020, de <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/direito/leis-diretrizes-bases-educacao-comentarios.htm>
- Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul. (2018). *Quem fecha escolas abre prisões: fora Sartori e seus aliados*. Recuperado em 03 agosto, 2019, de https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2018/05/cartilha_web.pdf
- Dagnino, E. (2004). Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In D. Mato (Coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedade civil em tempos de globalización* (pp. 95-110). Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2020). *Relatório sintético: indicadores fiscais Rio Grande do Sul*. Recuperado em 13 março, 2020, de https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2020/02/20200221_Indicadores-Fiscais-RS.pdf
- Estormovski, R. C. (2017). A parceria com o Sistema “S” na rede estadual do Rio Grande do Sul: investida para a implantação de um projeto educativo voltado para o mercado. *Signos*, 38(2), 180-194.
- Evangelista, O., Moraes, M. C. M., & Shiroma, E. O. (2004). *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Frigotto, G. (2007). A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Educação e Sociedade*, 28(100), 1129-1152.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio*. Recuperado em 31 julho, 2020, de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>
- Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade. (2018). *Global Entrepreneurship Monitor*. Recuperado em 02 fevereiro, 2020, de <http://www.ibqp.org.br/gem/>
- Ministério da Educação. (2020). *Novo Ensino Médio - perguntas e respostas*. Recuperado em 03 fevereiro, 2020, de <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas>
- Nóvoa, A. (Org.). (1995). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- O Antagonista. (2019). *“Está cheio de doutor sem emprego, mas é difícil encanador passar fome”, diz Weintraub*. Recuperado em 27 fevereiro, 2020, de <https://www.oantagonista.com/brasil/esta-cheio-de-doutor-sem-emprego-mas-e-dificil-encanador-passar-fome-diz-weintraub/>

Paro, V. (1998). A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In L. H. Silva (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização* (pp. 300-307). Petrópolis: Vozes.

Projeto Político Pedagógico (PPP). (2018). Escola L. M. - Escolas públicas estaduais de Santa Maria/RS. Documento Interno.

Scarton, S. (2019). *Jovem RS Conectado no Futuro promove empreendedorismo, inovação e criatividade nas escolas*. Recuperado em 18 março, 2020, de <https://educacao.rs.gov.br/jovem-rs-conectado-no-futuro-promove-empreendedorismo-inovacao-e-criatividade-nas-escolas>

Senado Federal. (2020). *Sistema S*. Recuperado em 03 fevereiro, 2020, de <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>

Witter, R. (2017). *Ronald Krummenauer afirma que foco será na retomada da qualidade da Educação*. Recuperado em 12 março, 2020, de <https://educacao.rs.gov.br/ronald-krummenauer-afirma-que-foco-da-gestao-sera-na-retomada-da-qualidade-da-educacao>

CAPÍTULO 04

O ESTABELICIMENTO DA TRADIÇÃO DE INVESTIGAÇÃO MENDELIANA SOB A PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA DE LARRY LAUDAN

Guilherme Kunde Braunstein

Doutorando em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

Instituição: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-Uergs

Endereço: Av. Antônio Ribeiro Branco, 1060, Bairro Parque dos Rodeios, Vacaria/RS, Brasil

E-mail: zeneffi@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar aos leitores alguns aspectos da epistemologia de Larry Laudan, contextualizando seu ponto de vista de que a ciência avança por meio da resolução de problemas. Usa-se para tanto a história de Gregor Mendel como um exemplo da aplicação dos conceitos de problema e tradição de investigação. São apresentados também diversos fatores que poderiam ter motivado, e até justificado, o esquecimento do mendelismo por mais de 30 anos, incluindo seu conflito conceitual com o darwinismo. Apontam-se, por fim, alterações pelas quais estas duas tradições foram obrigadas a passar até o estabelecimento da teoria sintética, aceita atualmente. Concluindo-se que a epistemologia de Laudan possibilita a explicação das alterações vivenciadas ao longo do mendelismo.

PALAVRAS-CHAVE: Larry Laudan, Mendel, tradição de investigação, história da biologia.

ABSTRACT: This paper has the objective to present to the readers some aspects of the Larry Laudan epistemology, contextualizing his view points that the science advance through the resolution of problems. Its used for this the history of Gregor Mendel as an example of the application of problem and tradition of research concepts. Are also presented several factors that might have motivated and justified the forgetfulness of Mendelism by more than 30 years, including its conceptual conflict with Darwinism. Finally are pointed changes by which these two traditions have been forced to pass, for the establishment of the synthetic theory, currently accepted. It concluding with this, that the epistemology of Laudan is a good option to explain the changes experienced over Mendelism.

KEYWORDS: Larry Laudan, Mendel, research tradition, history of biology.

1. INTRODUÇÃO

Um dos acontecimentos mais relevantes na história da biologia é o trabalho do abade Gregor Mendel sobre hereditariedade. Sua relevância histórica se deve a singularidade de sua descoberta, ocorrida ainda 30 anos antes de a comunidade científica estar preparada tanto para aceitá-la, quanto para compreender seu real valor. Na tentativa de explicar o motivo de sua não aceitação, por parte de seus contemporâneos, diversas perspectivas tem sido utilizadas. Dentre essas as posições mais comuns são a do conflito com a tradição darwinista, o que teria ofuscado a descoberta de Mendel (conflito que permaneceu até 1935 com a formulação da teoria sintética [Freire-Maia, 1995]), e a ideia de que a linguagem e método de sua pesquisa não eram condizentes com os padrões da época (LEITE *et al.*, 2001). Uma outra justificativa para este período de esquecimento está na afirmação de que o mendelismo, tal como o conhecemos, pouco se relacionaria com os achados originais de Mendel, sendo na realidade uma redescoberta que contou com muitos fatores diferentes das suas proposições originais (ALLEN, 2003).

A rejeição das propostas de Mendel por parte dos cientistas de sua época pode ser compreendida como algo racional ao se adotar a perspectiva do epistemólogo Larry Laudan de como a ciência se desenvolve. Suas proposições permitem analisar a tradição mendeliana com relação ao seu potencial de resolver problemas e ainda instrumentaliza a comparação das tradições de investigação darwinianas e mendelianas de modo racional e progressivo, justificando desta maneira a escolha do darwinismo em detrimento a teoria de Mendel.

2. TRADIÇÃO DE INVESTIGAÇÃO EM LAUDAN

O epistemólogo e físico Larry Laudan é autor de uma das teorias mais promissoras na explicação do processo pelo qual ocorre o desenvolvimento do conhecimento científico (não se restringindo às Ciências Naturais). Isso ocorre por duas razões principais: em primeiro lugar por sua ênfase na importância dos problemas conceituais, questões que para epistemólogos como Popper (2007) seriam taxadas de psicologismo ou questões metafísicas e, portanto, não analisáveis; em segundo lugar por sua epistemologia instrumentalizar a comparação de conjunto de teorias diferentes e até rivais, permitindo a identificação do conjunto mais promissor a ser seguido.

Tais assuntos são amplamente desenvolvidos no livro "Progress and Its

Problems”, publicado em 1977 e traduzido para o espanhol em 1986 sob o título “El progreso y sus problemas”. Nesta obra (que será usada como referência para os parágrafos subsequentes) Laudan adota como tema central e meta das ciências a resolução de problemas. Uma vez que sua obra é extensa, discutir-se-á apenas as partes mais relevantes para a compreensão da história de Mendel, tendo por foco principal as tradições de investigação.

Na busca pela resolução de problemas, na visão de Laudan, é possível que diferentes tradições se desenvolvam concomitantemente. Isso permite o estabelecimento de uma disputa entre elas, na qual a tradição que melhor resolver os problemas que lhe são propostos, gerando o mínimo possível de anomalias, será uma forte candidata a ser seguida por sua maior racionalidade.

Existem dois conceitos chave para que se compreenda a argumentação de Laudan: o primeiro deles é o de “problema” e o segundo o de “tradição de investigação”. Por problema entende-se a questão empírica ou conceitual que questiona o funcionamento de uma teoria, sendo os problemas empíricos os mais fundamentais, portanto, classificados como de primeira ordem; enquanto que os conceituais, que são mais complexos por serem dependentes dos empíricos, são considerados problemas de segunda ordem. De modo geral cada um destes problemas pode ser tratado por uma teoria que irá enquadrá-los em três estados: “resolvido” (no caso de a teoria justificar sua ocorrência); “não resolvido” (quando nenhuma teoria é capaz de justificá-lo); ou “anômalo” (quando a teoria em questão não o justifica, mas uma rival o faz).

Uma tradição de investigação, por sua vez, pode ser definida da seguinte maneira:

Uma tradição de investigação é um conjunto de suposições gerais acerca das entidades e processos de um âmbito de estudo, e acerca dos métodos apropriados que devem ser utilizados para investigar os problemas e construir as teorias desse domínio. (LAUDAN, 1986, p.116 [tradução minha]).

Essas tradições servem como fundamento e guia para as linhas individuais de pesquisa, fornecendo bases em comum tanto de ordem ontológica, referindo-se as crenças e visões de mundo que o grupo compartilha, quanto metodológica, referindo-se aos métodos experimentais ou analíticos aceitos pelo grupo. A tradição fornece também uma audiência primária para os pesquisadores que a seguem.

Faz-se necessário desde já uma distinção fundamental entre as tradições e as

teorias que as compõem. A tradição é a entidade que define como o pesquisador deve proceder ao desenvolver suas teorias, é um acordo entre uma determinada comunidade sobre o que pode ou não ser aceito em termos de crenças e métodos, definindo como os elementos teóricos podem se relacionar. Ela possui um caráter mais conceitual, motivo pelo qual não é corroborável, falseável, refutável e nem tem caráter explicativo. Por outro lado, as teorias imperativamente se dispõem a resolver problemas empíricos ou conceituais, sendo, portanto, testáveis, falseáveis, corroboráveis e refutáveis.

Apesar das características que as distinguem, teoria e tradição se relacionam fortemente e de modo, por vezes, até irracional. Dessa maneira uma teoria, apesar de questionável, pode ser aceita por grande parte do corpo científico, caso seja sustentada por uma tradição forte. Assim como uma teoria forte pode ser menosprezada soberbamente, caso seja oriunda de uma tradição não bem conhecida ou conceituada.

A abordagem de resolução de problemas é particularmente eficaz por permitir a avaliação do progresso de tradições distintas, análise que é considerada impossível para outros epistemólogos racionalistas, como Popper (2007), seja pela não equivalência das proposições, ou pela incompatibilidade linguística. O argumento que permite a comparação em Laudan é o de que tanto a capacidade de resolver problemas, quanto os fatores internos da tradição (grau de corroboração, precisão, simplicidade, coerência e consistência) são unidades mensuráveis para cada tradição de investigação, permitindo desta forma que se descubra qual delas é a mais progressista, e qual resolve melhor os problemas, para com isso se escolher de modo racional a melhor a ser seguida.

As tradições podem se desenvolver de duas formas distintas: a primeira delas por meio de mudanças em suas teorias subordinadas; e a segunda por meio de alterações no núcleo da tradição, ou seja, nos conceitos fundamentais desta. Estas mudanças são incorporadas à tradição de modo lento e gradual, mais pela adição de teorias *ad hoc* do que propriamente por revoluções. Isso permite a convivência e concorrência de uma infinidade de tradições rivais, o que possibilita o exame comparativo das suas diferentes teorias que se propõem a resolver problemas em comum. Por meio destas comparações e acréscimos *ad hoc* uma tradição pode acabar por se diferenciar grandemente da sua composição inicial (quer pelo número de mudanças, quer pela consistência dos conceitos alterados), levando dessa

maneira a consolidação de uma tradição nova que imediatamente rivaliza com a tradição de origem.

3. TRADIÇÃO MENDELIANA

A história do religioso e cientista Gregor Mendel nos mostra os desafios enfrentados até que uma nova tradição de investigação seja implementada, uma vez que sua consolidação efetiva deu-se somente 30 anos após sua criação. Examinando este período extremamente longo entre a criação e a adoção dessa tradição é possível perceber o papel exercido pela formação diferenciada deste pesquisador, o que lhe permitiu entrar em disputa com a tradição darwinista, a qual já era bem promissora por resolver mais problemas e apresentar maior resultado de progresso. Percebe-se também a importância de uma audiência primária, que no seu caso era muito difusa e provavelmente pouco conseguiria se identificar com as inovações que ele se propunha a implementar.

4. FORMAÇÃO DO PESQUISADOR GREGOR MENDEL

Johannes Mendel (que adotou o nome de Gregor quando iniciou sua vida religiosa) nasceu no ano de 1822, em uma família de horticultores de Heinzendorf bei Odrau, uma pequena vila dentro do Império Austro-Húngaro. Desde sua infância lidou com o cultivo de plantas e o uso de técnicas de enxertia e hibridização. Durante seu período de formação enfrentou inúmeros desafios, incluindo a enfermidade e posterior morte de seu pai, limitações financeiras que consumiriam tanto seu dote quanto o de uma de suas irmãs, e longos períodos de fome e doença. Foram tais desafios que teriam levado Mendel a se tornar professor primário e matricular-se no curso gratuito de Filosofia da Universidade de Olmütz, que lhe permitiu candidatar-se ao sacerdócio. Foi em meio a este contexto de desafios e altíssimos investimentos familiares que Gregor Mendel passou a aproveitar, tanto quanto possível, as oportunidades de aprendizado que lhe eram apresentadas. Uma vez ingresso na universidade estudou Filosofia, Latim, Filologia Grega, Matemática, Física, Religiões, História e História Natural (FREIRE-MAIA, 1995).

Após o término dos seus estudos universitários Mendel entrou no mosteiro de Altbřunn na posição de noviço, por influência de seu professor de física frei Friedrich Franz. Findo o seu noviciado iniciou os seus estudos teológicos, bem como cursos de agricultura, arboricultura e vinicultura. Assumiu poucos anos depois a posição de

instrutor adjunto do ginásio de Znaim, posição que posteriormente veio a exigir que prestasse exames na universidade de Viena, sendo aprovado na disciplina de Física, mas reprovado em Geologia e Zoologia por “não atender à terminologia técnica e por expressar ideias pessoais não condizentes com a ciência tradicional” (FREIRE-MAIA, 1995, p.3).

5. INÍCIO DA TRADIÇÃO DE INVESTIGAÇÃO MENDELIANA

O argumento utilizado na primeira das duas reprovações de Gregor Mendel na Universidade de Viena, bem como sua história de vida, dá fortes indícios de como se desenvolveu sua tradição de investigação. Suas condições de vida o obrigaram a apostar em uma formação tão ampla quanto possível, na qual conheceu bem tanto os métodos de trabalho com a terra quanto as metodologias da Física, saberes que grandemente moldariam seus trabalhos sobre hereditariedade.

Não fica claro sob que aspectos a “terminologia técnica” e as “ideias pessoais” de Mendel foram “não condizentes com a ciência tradicional”. Mas o fato é que estas posições se diferenciavam da tradição de seus examinadores, sendo fortes o suficiente para perdurar por mais três anos de formação na Universidade de Viena (onde cursou Zoologia, Botânica, Paleontologia, Física e Matemática), resistirem a uma nova reprovação em 1853 (FREIRE-MAIA, 1995) e serem publicadas em 1865, como “o único caminho certo pelo qual possamos alcançar finalmente a solução de um problema cuja importância para a evolução das formas orgânicas nunca poderá ser subestimada” (MENDEL, [1865](1995), p.54).

A oposição enfrentada por Mendel torna-se mais clara ao se tomar consciência de que o trabalho apresentado por ele não tinha como objetivo principal o estudo de híbridos mas, como expresso na introdução de seu trabalho, a compreensão do próprio processo evolutivo, manifesto pela eminente necessidade de “uma lei de aplicação geral que governe a formação e desenvolvimento dos híbridos” (Mendel, [1865](1995), p.53). Ele tornou claro que o papel dos híbridos era de ser um meio de aproximar-se destas leis e não o fim de sua busca. Essa aproximação só foi atingida devido a sua familiaridade com métodos estatísticos inexplorados por seus contemporâneos das ciências naturais (BATISTETI *et al.*, 2010), incluindo aqueles que lhe serviram de referencial, tais como Gartnër, Herbert, Kölreuter e, de forma indireta, o próprio Darwin. Fazendo uso em seu trabalho de fecundação em cativeiro de mais de dez mil plantas de subespécies ou espécies distintas de ervilhas (*Pisum*)

(MENDEL, [1865] (1995)). Isso tudo apenas 5 anos após a publicação de “A origem das espécies”, diante de um público que, tal como Darwin e Kölreuter, acreditava na baixa fecundidade dos híbridos e espécies em cativeiro (DARWIN, [1859] (2007)).

Não foi por acaso que o trabalho de Mendel teve pouca repercussão ao ser apresentado, uma vez que sua tradição simplesmente não contava com a “audiência primária”, como proposta por Laudan (1986), pois seu trabalho de hibridização não interessou nem para os hibridizadores (por se tratar de cruzamento de variedades semelhantes) e nem para os darwinistas (que estavam pouco propensos a crer que espécies vegetais pudessem se transformar uma na outra em poucas gerações) (BIZZO, 2008). Além disso, a própria linguagem matemática característica de sua investigação pode ter sido um empecilho para entendimento dos que leram sua obra (BATISTETI *et al.*, 2010).

A partir da perspectiva de Laudan é possível perceber que a formação de Mendel foi singular em relação a de outros pesquisadores, já que se viu obrigado a trabalhar desde o início com muitas tradições distintas. Um conjunto dessas diz respeito as características ontológicas de sua prática, presentes na parte botânica de sua tese representada, segundo Leite *et al.* (2001), por uma corrente de hibridizadores, formada por Lineu, Kölreuter, Gärtner e Naudin, interessados na produção de novas espécies através de hibridização; e outra corrente de cultivadores, composta por Knight e Sageret, cujo interesse era o melhoramento da qualidade das plantas e animais.

Já no aspecto evolutivo de seu trabalho temos como influência o próprio darwinismo, uma vez que sua dissertação tinha expressamente por fim tratar da questão levantada por Darwin de que “são geralmente desconhecidas as leis que regulam a hereditariedade” (DARWIN, [1959] (2007), p.78). Uma última tradição que fortemente influenciou Mendel, desta vez pelo viés metodológico, foi a da Física, na qual aprendeu a usar métodos estatísticos para a análise de dados (LEITE *et al.*, 2001).

Uma outra diferença entre a tradição de Mendel e a de seus contemporâneos diz respeito ao método que cada um destes usava. Enquanto os hibridizadores e darwinistas utilizavam predominantemente um método indutivo (FREIRE-MAIA, 1995) (caracterizado pela observação dos fatos empíricos e posteriormente pela formulação de enunciados generalizáveis [POPPER, 2007]), Mendel seguia uma linha mais racionalista e hipotético-dedutiva. O que é perfeitamente comprovável, seja porque

“quando começou as suas experiências de hibridação, Mendel já tinha formulado uma hipótese teórica que iria procurar confirmar” (VELOSO, 2003, p.116), ou porque só a seleção das sementes a serem utilizadas durou cerca de 2 anos, durante os quais ele pôde escolher as que melhor se comportavam de modo a corroborar de sua hipótese (MENDEL, [1865] (1995)).

6. TRADIÇÕES RIVALS

A tradição mendeliana surgiu na época em que a darwiniana estava se consolidando fortemente, pois o problema da “origem das espécies”, por ela resolvida, era uma questão já antiga, e que de forma incipiente se manifestava nos estudos de Cuvier (1769-1832) sobre os catastrofismos e anatomia comparada, assim como nos estudos de Lamarck (1744-1829) sobre a transmissão de caracteres adquiridos. Estes cientistas, assim como inúmeros outros célebres ou desconhecidos, vinham a muito tempo encontrando indícios da extinção de espécies (BRYSON, 2005). Coube a Darwin a árdua tarefa de, com o auxílio de inumeráveis colaboradores, juntar o material que lhe permitiria propor uma teoria que justificasse a grande diversidade de espécies atuais e pretéritas. A consolidação de sua tradição era tão ansiada que, por um mero detalhe não foi apresentada primeiro por outro pesquisador (ALFRED RUSSEL WALLACE) que, apesar de ter menos resultados do que Darwin, atingiu as mesmas conclusões que este sobre a seleção natural.

Com o seu estabelecimento, a tradição mendeliana passou a rivalizar-se ao darwinismo, gerando diversos problemas anômalos para esta última tradição, entre os quais a fecundidade normal em híbridos e plantas domesticadas, a previsibilidade da hibridização, a permanência de características deletérias nas espécies e a própria origem das características fenotípicas. Apesar das vantagens e potencial da teoria mendeliana, esta não foi aceita em sua época, provavelmente por não ser tão progressista ou não resolver tão bem aos problemas quanto sua rival.

Analisando-se a teoria darwiniana, sob o ponto de vista da resolução de problemas de Laudan, torna-se mais fácil compreender sua força e aceitação, bem como sua primazia em relação ao mendelismo. Considerando o darwinismo apenas pela obra “A origem das espécies” e a história por trás de sua publicação pode-se tirar algumas conclusões: em primeiro lugar, a questão da origem das espécies era um problema anômalo extremamente relevante para a época, que foi de certa forma resolvido por Darwin; em segundo lugar, o darwinismo, ao ser lançado, já contava (ao

menos parcialmente) de modo automático com a audiência primária de quase todo o corpo de cientistas com quem Darwin se correspondia; em terceiro lugar, o trabalho de Darwin era extremamente robusto, sob o ponto de vista de ser apoiado por evidências geológicas, paleontológicas, botânicas, zoológicas, geográficas e comportamentais; em quarto lugar, desde sua formulação até ser lançada, Darwin dispôs de um intervalo de 20 anos para resolver os problemas internos, empíricos e conceituais de sua teoria (DARWIN, [1859](2007)); em quinto lugar, o darwinismo foi fundado no centro cultural da época (BRYSON, 2005), por alguém já renomado que se relacionava com pessoas também renomadas (LEAKEY, 2007); e por fim, as ideias de Darwin permitiam que se pensasse nas espécies sem que com isso houvesse algum vínculo obrigatório entre ciência e religião.

O mendelismo, por sua vez, foi tratado como uma tradição que visava resolver um problema considerado mais agrícola do que científico. Apresentado em um povoado que a pouco tempo se livrara da influência feudal, não como uma lei geral, mas na condição de “uma lei válida para *Pisum*” (MENDEL, [1865] (1995) p.89), o que restringiu desta forma a robustez da tradição. Quanto a audiência primária, o trabalho de Mendel teve pouca repercussão, possivelmente por não encontrar quem se identificasse com seus resultados. Por fim o prestígio de Gregor Mendel era tão baixo que pesquisadores como Karl W. Naugeli (1884) e Hugo de Vries (em seu primeiro trabalho em 1900), apesar de usarem sua obra, não a citam em momento algum, o que Ives Delage também não fez em seu livro “A hereditariedade e os grandes problemas da Biologia Geral”, datado de 1903 (FREIRA-MAIA, 1995).

7. REDESCOBERTA

A redescoberta das conclusões de Mendel só aconteceu 30 anos após a publicação de seus resultados. Ocorreu de maneira independente durante o ano de 1900 através de três pesquisadores, o primeiro deles foi Hugo de Vries, que apesar de só citar o nome de Mendel em seu segundo trabalho desde o primeiro já utilizara as nomenclaturas “dominante” e “recessivo” ao se referir as características herdadas. O segundo redescobridor foi Karl Correns, o qual chegou aos mesmos resultados que Mendel ao utilizar variáveis de milho e ervilha, comentando seus resultados logo após receber o primeiro trabalho de Vries. Por fim o último redescobridor foi Erich Von Tschermak, este fazia trabalhos com ervilhas chegando a resultados também muito semelhantes aos de Mendel sendo obrigado, porém, ao ter contato com a obra desse,

a reconhecer que os experimentos do abade eram bem mais robustos dos que os seus. Tanto Correns, quanto Tschermak apontaram o óbvio conhecimento prévio da obra de Mendel por parte de Vries (FREIRE-MAIA 1995).

Seria muita ingenuidade atribuir ao acaso essas três redescobertas concomitantes. Ao que parece a metodologia das ciências naturais estava gradualmente se voltando para as contribuições estatísticas, utilizadas décadas antes nas pesquisas de Mendel. Esta gradual mudança metodológica; bem como avanços tecnológicos, como a microscopia, seriam os responsáveis pelo desenvolvimento de uma tradição que aceitasse as descobertas já realizadas a muito tempo por Mendel (VELOSO, 2003).

8. NEODARWINISMO

Apesar da redescoberta das leis de Mendel e da já consolidada teoria de Darwin, diversas questões permaneceram em aberto para uma ou outra destas correntes teóricas. Para o darwinismo permanecia sem solução o aparecimento de novas características, o papel do ambiente e das forças internas, o saltacionismo das mudanças e o caráter linear da evolução (SANCHEZ, 2020). Enquanto o mendelismo, apesar de explicar a transmissão e o ressurgimento de características, não explicava a origem destas.

Tais problemas só foram efetivamente resolvidos após 30 anos de conflitos entre as duas tradições. Neste período, as tradições passaram por mudanças tais que levaram alguns historiadores a sugerir que o próprio Mendel não era mendeliano, no sentido atribuído ao termo hoje (Allen, 2003). Tais alterações foram graduais, inicialmente introduzindo-se o conceito de “mutações”, atingido através das observações de DeVries das características que surgiam espontaneamente. Posteriormente, formulou-se o termo “Genética” e foi feita uma clara separação entre os conceitos de fenótipo e genótipo. Estes avanços, partidos da linha mendeliana, trouxeram à esta algum *status* quanto a sua capacidade explicativa, além de incitarem pesquisadores como Thomas Morgan a investigar a tradição, e desenvolver estudos, desta vez com *Drosophila melanogaster* (mosca de fruta), demonstrando que mutações podiam não apenas surgir de maneira espontânea, como também ser herdada de acordo com as leis mendelianas, podendo-se expandir estas leis também as heranças ligadas ao cromossomo sexual. Avançando ainda mais em seus estudos Morgan descobriu que os genes podiam se expressar em conjunto, ou ainda sofrerem

recombinação por *crossing-over*. Em paralelo Fred Griffith e outros cientistas traziam avanços sobre o papel do ADN e suas propriedades na hereditariedade. Todos estes avanços, expressos pela resolução de problemas relevantes, tornaram a tradição mendeliana uma opção progressista capaz de rivalizar com o darwinismo (VELOSO, 2003).

Neste período tanto a tradição criada por Mendel quanto a criada por Darwin, cada uma a sua maneira, estava resolvendo problemas relevantes e ao mesmo tempo criando anomalias para sua rival, até que na década de 1940 sentiu-se a necessidade de uma teoria integrativa, que respondesse as questões explicadas tanto por uma quanto pela outra tradição (FREIRE-MAIA, 1995). Estabeleceu-se assim, por meio de sucessivas teorias *ad hoc*, seja em relação ao darwinismo ou ao mendelismo, a teoria sintética ou neodarwinismo, fundamentada na “seleção natural” de Darwin e Wallace, e na hereditariedade proposta por Mendel. Assim como na colaboração dos que compartilhavam as ideias destes: como no surgimento de novas características por mutações, como proposto por Vries e aprimorado por outros pesquisadores; na recombinação e herdabilidade proposta por Morgan; na possibilidade de evolução por saltacionismo de William Bateson; nos cálculos de frequência genotípica estabelecidos por Hardy e Weinberg; na posição de Fisher de que a maioria das características se deve a combinação do efeito de vários genes; na deriva gênica proposta por Wrigth (SANCHEZ, 2020). Todas estas colaborações foram então sistematizadas na forma de uma nova tradição, que levava em conta o que cada uma delas conseguia resolver, de modo a eliminar uma infinidade de anomalias, formando assim uma tradição forte que, apesar de utilizar os conhecimentos dos mais destacados cientistas de quase um século, carregou em seu nome apenas a referência do mais célebre de seus colaboradores, Charles Darwin.

9. CONCLUSÃO

Os experimentos de Mendel representaram um grande avanço para a biologia, percebendo-se em seus estudos a importância de uma formação abrangente, para se conseguir enxergar além da tradição dominante. A repercussão de seus resultados demonstra também a influência que a audiência primária tem na aceitação de uma tradição, podendo relegar uma teoria a um estado de esquecimento de mais de 30 anos, mesmo que esta seja perfeitamente corroborável e possua um gigantesco potencial progressista. A história de Mendel aponta também uma questão adicional, a

importância dos problemas conceituais nas ciências, demonstrado pela conclusão generalizável decorrente de seu experimento com o gênero *Pisum*, cuja solução abriu espaço para um novo e abrangente campo de pesquisa, conhecido hoje como genética.

Por fim a proposição de análise de Laudan, com o foco na capacidade de resolução de problemas, nos demonstra porque uma teoria com tanto potencial quanto o mendelismo foi obrigada a ceder espaço na resolução de problemas para o darwinismo, cujo avanço e capacidade explicativa tornaram-na a mais racional a ser seguida por um longo tempo. Explica também a racionalidade de se adotar o mendelismo, quando este passou a ser mais progressivo e gerar menos anomalias que o darwinismo.

REFERÊNCIAS:

ALLEN, Garland E. Mendel and modern genetics: the legacy for today. **Endeavour**. v.27, n.2, jun. 2003.

BATISTETI, Caroline Belotto; ARAÚJO, Elaine Sandra Nabuco de; CALUZI, João José. O trabalho de Mendel: um caso de prematuridade científica?. **Filosofia e História da Biologia**. São Paulo, v. 5, n. 1 p. 35-53, 2010.

BIZZO, Nélío. A teoria genética de Charles Darwin e sua oposição ao mendelismo. **Filosofia e História da Biologia**. São Paulo, v. 3, p. 317-333, 2008.

BRYSON, Bill. **Breve história de quase tudo**. São Paulo: Schwarcz, 2005.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**. São Paulo: Martin Claret, 2004 [1859].

FREIRE-MAIA, N. **Gregor Mendel: Vida e Obra**. T. A. Queiroz, São Paulo. 1995.

LAUDAN, Larry. **El progreso y sus problemas: Hacia una teoría Del crecimiento científico**. Madri: Ediciones Encuentro, 1986.

LEAKEY, Richard. A Origem das Espécies. In: DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

LEITE, Raquel Crosara Maia; FERRARI, Nadir; DELIZOICOV, Demétrio. A História das Leis de Mendel na Perspectiva Fleckiana. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. v. 1, n.2, pag. 97-108 - Maio/Agosto 2001.

MENDEL, Gregor. Experiências sobre híbridos vegetais. In: FREIRE-MAIA, N. **Gregor Mendel: Vida e Obra**. T. A. Queiroz, São Paulo. 1995 [1865].

POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Cultrix, 2007

SÁNCHEZ, Antonio León. **Los problemas de la evolución III La Teoría Sintética**. Disponível em: <http://cienciarazonyfe.com/assets/archivos/articulos1478538124.pdf>. Acesso em: 03set 2020.

VELOSO, A. J. Barros. Das ervilheiras de Mendel à dupla hélice de Watson e Crick. **Medicina Interna**. Lisboa. v.10. n.3 Jul-set. 2003.

CAPÍTULO 05

A COBERTURA DA GUERRA DE ANGOLA PELOS JORNAIS BRASILEIROS

Magdala Azulay Teixeira Vaz Borja

Graduada em Jornalismo pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Pós-Graduada em Assessoria de Comunicação da UNIFOR e do curso de Pós-Graduação em Teorias da Comunicação e da Imagem da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Instituição: Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Endereço: Fundação Edson Queiroz – Universidade de Fortaleza

Endereço: Av. Washington Soares, 1321 - Edson Queiroz - CEP 60811-905 – Fortaleza/CE Brasil.

E-mail: magdalaborja@gmail.com

Eduardo Nunes Freire

Mestre em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor da Universidade de Fortaleza. Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Instituição: Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Endereço: Fundação Edson Queiroz – Universidade de Fortaleza

Endereço: Av. Washington Soares, 1321 - Edson Queiroz - CEP 60811-905 – Fortaleza/CE Brasil.

E-mail: eduardonfreire@unifor.br

RESUMO: Com base num estudo anterior referente à cobertura da guerra civil em Angola de 1975 pelos jornais brasileiros, *O Estado de S. Paulo* e *a Folha de S. Paulo*, o Artigo procura destacar o papel do jornalismo de guerra, que vem mitificando a profissão do jornalista. Conforme as referências bibliográficas, apresenta-se uma comparação de significado da palavra “guerra” para um angolano e um brasileiro, cuja percepção é variável por conta do contexto histórico, social, político e democrático em que as situações de conflito foram ocasionadas.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo de guerra. Guerra. Angola. Brasil.

ABSTRACT: Based on a previous study references to the coverage stance taken by two São Paulo newspapers, *O Estado de S. Paulo* and *Folha de S. Paulo*, when writing about the 1975 civil war in Angola. This scientific paper seeks to highlight the role of war journalism, which has been mitigating the profession of journalist. According to the bibliographic references, the word ‘war’ has contrast of meaning when introduced to an Angolan and a Brazilian citizen, because the perception is variable due to the historical, social, political and democratic context in which the conflict situations were build.

KEYWORDS: War Journalism. War. Angola. Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Graças à cobertura noticiosa de cenários de guerra, a profissão de jornalista tem se mitificado. As matérias de guerra, grande parte delas, transformam-se em documentos jornalísticos de enorme importância, que vão marcando gerações de repórteres e aspirantes. Exemplo disso: *Mais um dia de vida: Angola 1975*, de Ryszard Kapuscinski; *Hotel Babilônia*, de Cáceres Monteiro; *A verdade da Guerra*, de José Rodrigues dos Santos; *O inverno de Guerra*, de Joel Silveira, e *O gosto da Guerra*, de José Hamilton Ribeiro. É uma das táticas de averiguação que se exige a mediação jornalística de um profissional de comunicação.

A história do jornalismo revelando vários valores fluidos e flexíveis na concepção do que é informação de interesse público. Em tempos de convergência mediática, o próprio conceito de investigação jornalística/mediação está-se alterando e refletindo no papel do jornalista. Vem se questionando qual seria o papel do jornalista com o aparecimento dos novos *media*. Deste modo, o jornalista foi-se adaptando às sucessivas mudanças de “transmissão entre as instituições e as audiências, vigilante do bom funcionamento dessas instituições e intérprete dos sinais da realidade” (SZYMANIAK, 2000, p.139).

Sob este ponto de vista, o presente estudo baseia-se numa pesquisa monográfica realizada em 2009, como trabalho de Conclusão de Curso de Magdala Borja. Trata-se de uma monografia onde a autora analisa o posicionamento discursivo utilizado pelos jornais paulistanos, *O Estado de S. Paulo* e *a Folha de S. Paulo*, quanto à guerra civil de Angola de 1975.

Os dois periódicos contam com grandes profissionais de comunicação, que garantem o tempo de existência, a ampla circulação e o sucesso nacional e internacional (nos dias atuais). Mas, será que a cobertura da guerra civil empregado por estes jornais contribuiu para este olhar de uma Angola ainda sob o baixo fogo?

Este artigo procura destacar as variações que existem para cada indivíduo/Estado/Região/País que enfrenta uma guerra, ou seja, a perspectiva quanto ao termo jamais será a mesma. Assim, explica-se por que um angolano não terá o mesmo olhar sobre determinada guerra comparando com olhar dum brasileiro, por exemplo.

2. JORNALISMO DE GUERRA

O Jornalismo de Guerra, nos dias de hoje, é reportagem em tempo real. Além de desafiar o profissional de comunicação também instiga o leitor a “ver”, que há conflitos no mundo que mudam de forma rápida, com resultados imprevisíveis e às vezes catastróficos, que parece não existir mais possibilidade de retorno.

A Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) foi uma das maiores inovações do jornalismo internacional brasileiro. O conflito contou com a cobertura jornalística de Joel Silveira (correspondente dos *Diários Associados*), Egydio Squeff (correspondente d'O *Globo*), Rubem Braga (*Diário Carioca*), Raúl Brandão (*Correio da Manhã*) e o fotógrafo Thassilo Mitke. Lembrando que, segundo Vicentino e Dorigo (1997), Brasil participou diretamente da guerra enviando para a Itália um contingente militar, a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Nesta altura, o país era governado pelo presidente Getúlio Vargas (1951-1954), que “trocou uma participação mais ativa do Brasil na guerra pela Usina de Volta Redonda” (VICENTINO e DORIGO, 1997, p. 372).

Na verdade, o correspondente dos *Diários Associados*, Joel Silveira cobriu a Segunda Guerra Mundial junto aos postos da FEB da Itália. Em entrevista a Sylvia Colombo¹, o jornalista afirmou que “Estávamos mais distantes dos fatos sensacionais do mundo do que qualquer carioca ou paulista”. Para Colombo (idem) os jornalistas brasileiros “[...] Retrataram personagens, paisagens, gostos e reações de tal maneira que entregavam a quem os lesse instrumentos para que construíssem um cenário vivo dos conflitos”.

No período da Segunda Guerra Mundial, Brasil vivia sob a ditadura do Estado Novo (1937–1945). Conforme Silveira² “Qualquer menção às palavras democracia ou liberdade era motivo para o texto cair”. Assim, de jornalismo internacional, Brasil passou a contar com um novo modelo de jornalismo... o de Guerra.

A Ditadura Militar brasileira (1964 a 1985) também foi outro fator que modificou o jornalismo internacional. Porque as pautas censuradas no Brasil eram abordadas no caderno de *Exterior*.

Com pautas tão amplas e de certo modo as únicas a levantar essas questões nas redações brasileiras, as editorias de Política internacional despertavam durante o regime militar um interesse inédito junto ao cidadão-leitor. Isso ocorreu sobretudo durante os chamados “anos de chumbo” do governo Médici. (NATALI, 2004, p.50).

¹ Copyright Folha de S. Paulo, 05/05/2005.

² Apud COLOMBO, copyright Folha de S. Paulo, 05/05/2005.

A forma que é denominada gera certas controvérsias, para uns foi mais uma campanha do que uma guerra. Para o jornalista brasileiro José Hamilton Ribeiro (2005), a guerra de Canudos tratou-se de mais um eufemismo, no sentido de que ela não foi propriamente uma guerra comparada com a guerra do Vietnã que ele mesmo vivenciou em 1968, mas sim um conflito social em busca de melhores condições.

Não é possível falar de cobertura de guerras no Brasil sem citar a Guerra de Canudos (1896 a 1897). Ela foi um dos primeiros passos do jornalismo de guerra brasileiro. Euclides da Cunha a serviço do jornal *O Estado de S. Paulo*, conseguiu reunir material para uma série de reportagens, durante cinco anos, que posteriormente deram origem à sua obra-prima, *Os Sertões: campanha de Canudos* (1902). Não se deve desconsiderar este conflito como um marco do jornalismo de guerra brasileiro, pois ela representou o descaso dos governantes com relação aos grandes problemas sociais do país, e é assim que ela deve ser “sentenciada”:

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o termo-la realizado nós filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico, dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã - tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disto, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica - o tempo. (CUNHA, 2008, p. 20).

Canudos é um exemplo de cobertura de uma guerra civil não declarada. Outro exemplo de guerra civil não declarada é a guerra urbana³, que hoje se trava nas cidades brasileiras. Ela tem causado maior número de mortes do que foi contabilizado durante a guerra civil em Angola, por exemplo. Não que se esteja a fazer uma comparação efetiva, até porque são dois casos completamente distintos (Guerra civil angolana *versus* cidades dominadas por bandidos e traficantes). Na verdade, os objetivos, as estratégias, a delimitação dos campos de atuação e dos protagonistas são totalmente diferentes. O que há, em certos lugares do Brasil não é exatamente uma guerra, pois não existe nenhum interesse de tomada de poder por parte dos traficantes para controlar o país e serem reconhecidos como governantes e dirigir o

³ Guerra urbana caracteriza-se por ondas de conflito entre os moradores das favelas e a Polícia Militar. Segundo o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre Execuções Arbitrárias, Sumárias ou Extrajudiciais, divulgado em 2008, Brasil tem mais do que “o dobro da taxa média de homicídios no mundo” (apud Site *Terra Magazine*). A circunstância resulta da guerra urbana, também conhecida como *guerra invisível*, que se vem travando nas principais metrópoles do país.

destino do povo. Os interesses são outros: corromper a sociedade, obter lucro e dominar áreas para manutenção de seus negócios. Porém, considera-se que os efeitos sejam os mesmo de uma guerra civil.

A presença dos jornalistas na cobertura das guerras do tráfico nas cidades aproxima-se em muito das coberturas de outros conflitos armados mundo a fora.

O que está em análise é o fato de se afirmar continuamente que Brasil tem poucos casos de guerra. Mas, numa pesquisa anterior referente aos discursos empregados pelos dois jornais paulistanos, *O Estado de S. Paulo* e *a Folha de S. Paulo* quanto à guerra civil em Angola de 1975, constatou-se que teoricamente Brasil teve mais casos de guerra comparando com o país africano.

Reconhece-se que não é fácil indicar um conceito absoluto para a palavra “Guerra”, pois sempre fomos influenciados por ideologias e persuasões. Segundo Szymaniak (2000, p.124) ideologia é um “Conjunto de ideias sociais, econômicas, ou religiosas que interferem na produção das mensagens e na criação de significações”. Ou seja, ela exerce, com frequência, o seu domínio sobre a comunicação, seja diretamente ou por imposição da censura, seja de forma indireta, pela criação de conotações e pelo apoio nos mitos. Já a persuasão, conforme explica Szymaniak (2000, p.184), é uma “Ação comunicativa orientada na modificação ” voluntária ” do comportamento ou atitude do interlocutor ou de um público. Pode ser direta ou oculta. Frequentemente tem ação retardada”.

Deste modo, é complicado definir de maneira concreta o que consiste a palavra “Guerra”, pois o indivíduo é influenciado por um dos termos já descritos. Conforme BONANATE (2001, p.21):

Por incrível que pareça, o conhecimento que temos acerca do que seja guerra é extraordinariamente limitado, e quanto mais importante nos parece conseguir aprofundá-lo – saber mais sobre esse que é, na história da humanidade, o evento de mais exíguo ele se torna.

E vai ressaltando (BONANATE, 2001, p.75) que:

(...) a guerra é algo ainda mais complexo do que uma arte ou uma ciência, estando ela tão estreitamente ligada à política que, assim como nesta, o que seria importante revelar é a natureza, as regras verdadeiras, as leis ou as exceções, para compreender as causas e eventualmente agir sobre elas.

Sob o olhar da pesquisa realizada quanto à cobertura da guerra civil de Angola pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *a Folha de S. Paulo*, entende-se pela

forma que a guerra aconteceu em Angola, a população deste país tem um conceito diferenciado de outros países que passaram pela mesma situação. Pois, cada combate ou bombardeamento é uma experiência que cada indivíduo, por infelicidade, vive do seu jeito.

A concepção de guerra para um vietnamita é diferente de um israelita, assim como um timorense tem uma visão diferente de um afegão⁴. Assim sendo, cada caso de guerra remete para uma experiência mais extremas da condição humana. Tal como explica Rodrigues dos Santos “Quem viveu um combate não esquece a experiência, justamente porque a guerra desperta reações insuspeitadas das profundezas da mente” (2005, p.135).

3. A COBERTURA DA GUERRA EM ANGOLA NO BRASIL

Angola viveu longos anos de guerra civil. Há quem compare a história desse período dos angolanos à guerra do Vietnã, mas como foi ressaltado, cada caso tem o seu próprio contexto e significação. No ano de 1975, a tragédia abateu-se em todo o território angolano. Os três Movimentos de Libertação (MPLA⁵, FNLA⁶ e UNITA⁷) não foram capazes de criar uma tropa mista para proclamar a independência da república. Em vez da união, cada movimento preferiu reforçar próprias fileiras, munir-se de armamento estrangeiro e mobilizar todos os seus efetivos.

Quem estava em Angola vivia tempos cruéis e de desordem profunda. A população civil foi quem mais sofreu com os transtornos da guerra fratricida. Ninguém queria permanecer no país em estado catastrófico. Segundo Kapuscinski (2007, p.85), o angolano que viveu a guerra tem nela a imagem de *confusão*. Isto é:

A *confusão* é um estado de desorientação absoluta. As pessoas que dão consigo dentro da *confusão* não conseguem compreender o que se passa à sua volta ou dentro delas mesmas. Também não são capazes de explicar especificamente o que causou este caso particular de *confusão*. Há portadores do vírus da *confusão* de quem as outras pessoas se devem acautelar, embora isto não seja difícil, porque qualquer um pode, a qualquer momento, tornar-se perpetrador de *confusão*, mesmo contra a sua vontade. A *confusão* também se refere aos nossos próprios estados de perplexidade e impotência.

⁴ Neste trecho está-se a salientar o tempo de guerra vivido dentro de cada país (Guerra do Vietnã, 1965-1975; Guerra do Iraque, 2003 - até o presente; Guerra do Timor-Leste, 1999-2002; Guerra do Afeganistão, 1979 - até o presente).

⁵ Movimento Popular de Libertação de Angola, de tendência marxista. Na altura era dirigido por Agostinho Neto. Partido que proclamou a independência de Angola.

⁶ Frente Nacional de Libertação de Angola, de feição socializante moderada. Liderada por Holden de Roberto.

⁷ União para a Independência Total de Angola considerava-se neutra. E, era dirigida por Jonas Savimbi.

Vemos *confusão* a espalhar-se à nossa volta e nada podemos fazer para impedir o seu avanço. Camaradas, ouvimos dizer vezes sem conta, não criem *confusão* – por favor! Mas será que depende de nós? O relato mais preciso da frente de combate: - Quais são as novidades? – *Confusão*! Todos os que compreendem esta palavra conhecem a história toda. A *confusão* pode reinar sobre um enorme território e tomar milhões de pessoas. Então dá-se a guerra. Um estado de *confusão* não pode desfazer-se de um golpe nem desaparecer num abrir e fechar de olhos. Quem o tentar, cai ele mesmo na *confusão*. O melhor é agir com calma e esperar. Ao fim de algum tempo, a *confusão* perde energia, enfraquece, desaparece. Saímos de um estado de *confusão* exaustos, mas de certa forma satisfeitos por termos conseguido sobreviver. Começamos de novo a fazer reservas de energia para a *confusão* seguinte.

Vale frisar que, esta teoria de *confusão* defendida por Kapuscinski, possivelmente, terá sido adotado no mundo todo na esteira da Guerra Fria. Na verdade, com a guerra fria, o mundo passava, nas palavras de Winston Churchill (primeiro-ministro britânico, 1940), para o “equilíbrio instável do terror”, um traço que com certeza trouxe sequelas psíquicas para gerações seguintes.

De fato, Brasil é um país quase sem histórico de guerra de grande magnitude. Isto quer dizer que muito daquilo que ocorreu no território brasileiro não teve a dimensão das catástrofes comparando com os demais países que viveram situações de guerra. Mas, essa concepção de que o Brasil seja um “país quase sem guerra” entra em certo desequilíbrio, tal como divulga o site *Terra Magazine* (2009)⁸:

O mito de país pacífico se confronta com as ruas, os medos, o cotidiano dos brasileiros. Uma constatação atravessa as diferentes bases de dados oficiais: o número de homicídios expõe uma guerra urbana invisível, quando muito exibida em sua face minúscula em sites, revistas, rádios, televisões e jornais. A cordialidade aparente do Brasil e das suas metrópoles não subsiste aos números da violência. Uma guerra por década. Uma só guerra por décadas.

Na pesquisa que originou este artigo, Borja (2009) salienta que na cobertura da guerra civil de Angola pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, houve sim, alguns conflitos pelo qual a população brasileira se deparou. Conflitos esses que muitas vezes foram restritos a determinado território nacional, e que não deixaram muitas evidências no presente. Havendo momentos em que as divergências

⁸ Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3818596-EI6578,00-Brasil+uma+guerra+urbana.html>>. Acesso em 13 de set. 2009.

foram resolvidas em território estrangeiro, é o caso da Guerra do Paraguai. Foram numerosas as guerras e/ou conflitos brasileiras, que não cabe aqui mencionar-las, pois não se tratam do foco desta pesquisa.

Apesar de falarem a mesma língua, as experiências de guerra vivida por cada país foram em tempos diferentes: em Angola, os Movimentos de Libertação cobiçavam o poder pleno do país com a proclamação da independência, em 1975, mas novos conflitos surgiram com a conquista dela. Já, Brasil tinha o forte desejo de ver cumprido os seus direitos, em qualquer uma das suas circunstâncias de guerra vivida no país. Como tal, é um absurdo afirmar que “Toda guerra é absurda”, para a quebra deste tabu existe o jornalismo de guerra com o propósito de enfrentar certos constrangimentos para nos relacionar com o mundo.

A guerra civil de Angola de 1975 caracterizou-se como um fato jornalístico de relevância mundial em toda a sua conjuntura. Mesmo com a insuficiência dos meios de comunicação, o tempo jornalístico estava voltado para a estrutura daquele acontecimento, que foi a luta para a proclamação da república popular de Angola.

Na metade do século XX, o impacto exercido pela II Guerra Mundial impulsionou o processo de descolonização (COUTO e ROSAS, 2001, p. 220), visto que:

- A guerra abalou a solidez dos impérios europeus – Na Ásia, o Japão tornou-se potência local, sem que os colonizadores europeus o conseguissem impedir. “Nem mesmo a sua posterior derrota frente ao poderio americano foi capaz de restabelecer o prestígio da Europa na região” (Idem).

- A guerra “acordou” os dominados – “A incorporação de contingentes das colônias⁹ nos exércitos aliados contribuiu para a tomada de consciência da injustiça do sistema colonial”.

- A guerra exigiu dos territórios coloniais pesados sacrifícios – “contribuindo para aumentar o descontentamento contra o dominador estrangeiro”. E, como foi óbvia, a guerra fragilizou, em termos econômicos e políticos, os Estados europeus – fim da guerra, os europeus se vêem em “contestação anticolonialista que não conseguem, com êxito, contrariar”.

Em Angola, a divisão dos pólos aglutinados reacendeu o sentimento de nacionalismo dos *partidos nacionais* que procuraram “intimidar” os colonizados. Os

⁹ “Os britânicos mobilizam 2 milhões de indianos; os franceses recrutaram 275000 norte - africanos e 175000 soldados da África Negra” (COUTO e ROSAS, 2001, p. 220).

Movimentos Nacionalistas tinham a finalidade de recuperar a identidade cultural e nacional dos povos colonizados. Foram três partidos políticos que mais se destacaram em Angola, sendo eles: o MPLA (Movimento Popular para Libertação de Angola, que tinha como líder Agostinho Neto de tendência marxista), a FNLA (Frente Nacional para Libertação de Angola, liderada por Holden Roberto, de feição socializante moderada) e a UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola, tendo como líder Jonas Savimbi, afirmando se como neutra).

Mesmo com todo o impasse da guerra, Angola foi proclamada, a 11 de novembro 1975, um país independente pelo MPLA. O partido era liderado por Agostinho Neto e foi somando credibilidade. Em 23 de fevereiro de 1976, Portugal reconheceu-o quando se encontrava já legitimado por 81 países.

Uma vez independente, a Guerra Civil em Angola continuou. “A recusa da UNITA em reconhecer a derrota no acto eleitoral de 1992, previsto pelos acordos de Bicesse e fiscalizado pela ONU, reacendeu o conflito”. (COUTO e ROSAS, 2001, p. 285). O povo angolano viveu desde o início da guerra colonial, em 1961, um clima de guerra permanente, até manter a sua soberania e integridade territorial e conquistar finalmente a paz no dia 4 de abril de 2002.

Os demais processos de descolonização africana foram marcados por guerras sangrentas, mas o caso mais grave foi o de Angola. Em nenhum momento as dificuldades deixaram de crescer: os três movimentos de libertação nacional (MPLA, UNITA e FNLA) foram incapazes de superar os seus antagonismos.

Era previsto na altura da transição de poderes (do poder português para o poder angolano) à constituição de forças armadas mistas. Em vez disso, cada movimento de libertação angolana reforçou as suas próprias fileiras, munindo-se de armamento estrangeiro e mobilizando todos os seus efetivos.

Nesses anos de 1970, os meios de comunicação eram limitados e em alguns casos tendenciosos, ainda mais com a crise econômica nos países industrializados ocidentais. Não havia na época a convergência mediática, que temos tido a assistir, por exemplo, a internet (um espaço áudio-scripto-visual). Na verdade, alguns profissionais faziam uso dos veículos de comunicação para denegrir a imagem do rival, eram atos de pura propaganda.

Com todo o clima de hostilidade, provocado pelo antagonismo dos três movimentos de libertação, todos aqueles que podiam fugiam de Angola. Contudo, não

faltaram jornalistas decididos a ir para lá, eis o exemplo do polaco Ryszard Kapuscinski¹⁰.

Assim como Angola, Brasil é um país pluriétnico. Além de serem países que possuem na sua essência a diversidade e compartilharem a mesma língua, o português; ambos estão intimamente ligados pela história.

A maior parte dos negros do Brasil é oriunda da costa ocidental africana. E nessa leva, segundo Ribeiro (2005) o terceiro grupo cultural africano veio de Angola, no qual era integrado por tribos *Bantus*.

A contribuição cultural negra foi pouco relevante na formação daquela protocélula original da cultura brasileira. Aliciado para incrementar a produção açucareira, comporia o contingente fundamental da mão-de-obra. Apesar do seu papel como agente cultural ter sido mais passivo que ativo, o negro teve uma importância crucial, tanto por sua presença como a massa trabalhadora que produziu quase tudo que aqui se fez, como por sua introdução sorrateira mas tenaz e continuada, que remarcou o amálgama racial e cultural brasileiro com suas cores mais fortes. (RIBEIRO, 1995, p.114).

Apesar de viver tempos de hostilidade com a *Ditadura Militar*, Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência unilateral proclamada pelo MPLA em Angola, no dia 11 de novembro de 1975. E, também procurou publicar matérias “inéditas” e “exclusivas” para que se tenha uma noção do que consistiu a guerra civil em Angola. É o caso dos profissionais de comunicação dos jornais paulistanos *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*.

O repórter Herbert Matthews (apud RODRIGUES DOS SANTOS, p. 135 e136) diz que quem nunca viu uma batalha, a sua educação foi de algum modo negligenciado. Para ele, “É que, afinal, a guerra sempre foi uma das funções primárias da humanidade, e, a menos que tenha visto homens a combater, você perdeu algo fundamental”. O que quer dizer que, a guerra permite, quando se quer, um processo de auto exploração, de conquista e de descoberta, e é justamente esse processo que exerce um tão poderoso fascínio (RODRIGUES DOS SANTOS, 2005).

Em tempos ameaçadores, Angola torna-se independente e o mundo estava a par dessa data histórica, 11 de novembro de 1975. Conforme Borja (2009) julga-se de extrema importância pontuar de que forma os dois jornais paulistanos, *O Estado de*

¹⁰ Kapuscinski foi considerado um dos grandes mestres do jornalismo moderno, foi eleito em 1999 o melhor jornalista polaco do século XX e distinguido, em 2003, com o Prêmio Príncipe das Astúrias de Comunicação e Humanidades.

S. Paulo e a *Folha de S. Paulo* relataram aos seus leitores sobre o grande acontecimento para todos os angolanos, e não só.

O *Estado de S. Paulo* publicou 55 matérias, sendo que foram analisadas 51 devido as péssimas condições de serem lidas. O *Estadão* possui 12 matérias assinadas por enviados especiais do próprio jornal, outras duas são *copyright* do jornal *L'Express*, uma é da autoria do jornalista C. L. Sulzberger do *N. Y. Times* e as restantes matérias não trazem assinatura. O fluxo de informação do periódico, como o número indica, não segue uma sequência diária, entre uma notícia e outra há a durabilidade de um dia a quatro dias. Mas a cada publicação ele foi frisando todos os acontecimentos para que o leitor ficasse sempre por dentro do caso da guerra civil em Angola de 1975. O jornal informa sobre a crise política, depois relata a chacina entre os três movimentos de libertação angolana e, de modo bem desenvolvido, explica o envolvimento dos países estrangeiros, ora favoráveis para o fim da guerra ora para alimentar ainda mais as diferenças partidárias. Segundo Borja (2009) as matérias d'O *Estado de S. Paulo* visavam contextualizar, descrever, informar e pontuar os fatos do conflito civil. Já as matérias assinadas, além do caráter informativo, procuravam esclarecer os dados e pontuar questões bastante reflexivas. Por exemplo, o MPLA era o partido com o maior número de cidades sob o seu controle, e o jornal produziu uma matéria onde descreve quem é o líder do partido rival UNITA, Jonas Savimbi. Na verdade, o jornalista faz uma apresentação do partido, mas o objetivo central consiste que o leitor reflita quanto ao fato se existe alguma possibilidade de se ser neutro num país em guerra. O jornalista J. M. Pereira da Costa, representando o jornal *Estadão*, descreve Savimbi como alguém misterioso, um caso a ser desvendado. E, isso é bem característico das matérias desse jornal. Fica-se com a impressão que o *Estadão* vai desvendar ou revelar determinado fato, mas no fim ele deixa entre aberta outra questão.

Em suma, segundo Borja (2009) o posicionamento discursivo do jornal O *Estado de S. Paulo* ajusta-se à perspectiva que ele mesmo criou, "preocupação com a verdade".

Talvez seja esse um dos motivos que levou o jornal a preferir publicar parte das matérias assinadas pelos enviados especiais da sede. Tanto mais que a primeira matéria publicada quanto à guerra angolana, o jornal teve o cuidado de informar que a publicação anterior teria errado no número de vítimas dos distúrbios sucedido em Luanda: "Ao contrário do que se anunciou anteriormente, foram dez e não três vítimas dos distúrbios de segunda-feira: dois oficiais

portugueses, três soldados da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), um integrante do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e maior o temor de uma guerra civil" (extrato da matéria "Agrava-se a crise política em Angola", publicado no dia 05 de fevereiro de 1975). (BORJA, 2009, p.78).

Já o jornal *Folha de S. Paulo*, publicou 123 matérias alusivas à guerra civil de Angola de 1975. Borja (2009) afirma que as matérias eram oriundas de agências de notícias e publicações de outros jornais estrangeiros. Os artigos e informações fornecidas à *Folha* pertenciam à *Tass*, *France Press*, ANSA e UPI. Dos jornais estrangeiros o fluxo de informação provinha de *Le Monde*, *New York Times*, *Pravda* (órgão do partido comunista da URSS), *Miami Herald*, *Daily News* da Tanzânia, *Salongo do Zaire*, *Washington Post*, *Financial Times*, *Johannesburgo Star*, *Sunday Express*, *Expresso* e *Diário do Povo* de Pequim. E outras matérias apenas vêm com o local de origem da informação, mas não salientam se pertencem a agências de notícias ou jornais estrangeiros.

"[...] presume-se que a posição ideológica da *Folha de S. Paulo* já tenha sido filtrada pelos outros jornais e agências do qual adquiriu as informações. Este aspecto da possível interferência de posicionamento de um meio de comunicação para outro, ocorre imensas vezes no mundo mediático, o que existe aqui é apenas um pequeno exemplo". (BORJA, 2009, p.57).

A *Folha* procurou empregar uma linguagem que informasse, atualizasse, explicasse e pontuasse os fatos. Mas, Borja (2009) afirma que houve espaço para denúncias, críticas, pânico e apelações.

"[...] esses objetivos de discurso eram representados mais pelos movimentos de libertação angolana, as intervenções estrangeiras e as próprias agências de notícias que divulgavam as informações. As matérias assiadas pelos correspondentes da *Folha* tinham como objetivo expressar uma opinião e uma visão daquilo que estava a acontecer em Angola". (Idem, p.58).

Na pesquisa de 2009, Borja apresenta como exemplo a matéria assinada por um correspondente diplomático, Flávio de Almeida Salles. Automaticamente, a matéria, "O Brasil não acredita em guerra civil" (publicado no dia 17 de julho de 1975), adquire um peso e um investimento de poder/autoridade e até mesmo maior credibilidade, pela imagem e condição de ser diplomata que enfatiza uma ideia para a identidade do jornal.

Borja (2009) afirma que, desde o momento que o jornal *Folha de S. Paulo* assumiu o compromisso de divulgar matérias sobre a guerra fratricida de Angola de 1975, ela cobriu o conflito mantendo um distanciamento face às partes envolvidas.

Julga-se que a *Folha de S. Paulo* tenha direcionado o seu foco exclusivamente em noticiar o que estava a acontecer, por isso teve preferência em ser assinante das agências de notícias e dos jornais estrangeiros. Mas, claro, num dado momento o jornal se posicionou quanto à guerra. Com base nas duas matérias assinadas pelos correspondentes do jornal, é possível afirmar que a *Folha de S. Paulo* estava consciente da importância de Angola como um dos principais países africanos. Mas, para a *Folha*, o conflito era ilógico, no qual os três movimentos de libertação nacional não apresentavam soluções plausíveis para a massa populacional. (Ibidem, p.79).

No caso particular do jornal *Folha de S. Paulo* nota-se que para ele a guerra civil angolana era uma questão de tempo de proclamar a independência e tomar o poder da república. Por isso, ela procurou manter uma postura bastante neutra, divulgando aquilo que o mundo tinha agendado como preferência das manchetes africanas.

Estudos dessa natureza demonstraram quanto é fundamental à profissão de um jornalista de guerra, pois além de trazer novas visões, ela pontua questões relevantes de determinada guerra.

Em suma, a guerra passa para quem a cobre e a segue uma sensação heróica quando é superada. Pode parecer negligente por conta de todos os destroços que surgem nas zonas de conflito. Mas, o trabalho se prepõe a demonstrar que nenhuma guerra é absurda, e é o jornalismo de guerra que aparece com o propósito de enfrentar certos constrangimentos para nos relacionar com o mundo.

Enfim, cada indivíduo/Estado/Região/País a denomine como quiser guerra/luta/campanha/conflito, mas o que deve ser acentuado é que o jornalismo de guerra mudou e continua a mudar o rumo da história do jornalismo em qualquer parte do Planeta, graças a ela a profissão de jornalista é mitificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se questionarmos alguém que não tenha nascido ou vivido nesses dois países, Angola e Brasil, seria provável que o primeiro país fosse associado a um território ainda em guerra, e o segundo teria outra avaliação. Por isso, o foco central desta pesquisa consistiu em analisar o posicionamento discursivo utilizado pelos jornais O

Estado de S. Paulo e a *Folha de S. Paulo* quanto à guerra civil de Angola em 1975. Na verdade, ainda há pessoas no Brasil que acreditam que Angola vive sob baixo fogo, enquanto que a realidade é outra. Angola é um dos países africanos que tem se desenvolvido vertiginosamente. E, é deste ponto que surge o problema da pesquisa da monografia “Será que os discursos empregados pelos dois jornais, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, influenciaram, de algum modo, para essa visão de Angola ainda em guerra?”.

A pesquisa faz um olhar provocativo nas matérias publicadas pelos jornais mencionados. Eles são muito prestigiados quanto ao critério de circulação no país, e hoje em dia têm alcançado além-fronteiras. Mas, esse mérito de serem os jornais mais requisitados do país existe graças aos grandes profissionais de comunicação que garantem o sucesso jornalístico de cada jornal. Sem a atuação deles, cada um com a sua postura e ideologia, esses anos de existência jamais podiam prevalecer.

Contudo, subsiste um país que se assume com poucos casos de guerra, Brasil. Essa colocação permite dizer que as práticas discursivas utilizadas pelos jornais, poderiam ter feições que ressaltassem mais o caos, a tragédia e o clima hostil de Angola de 1975, fazendo com que essas marcas se mantivessem na memória de muitos leitores brasileiros. Pois, a concepção de guerra, como já foi explicada, desperta reações que variam de pessoa para pessoa.

Não é uma crítica que se está a fazer aos dois jornais, pelo contrário, a cobertura deles foi fundamental para o entendimento geral do que estava a acontecer em Angola. Embora fizessem uso de matérias publicadas por outros jornais e agências internacionais. Já a *Folha de S. Paulo* publicou 123 matérias, todas elas fornecidas por agência de notícias e jornais internacionais. Tal como consta na pesquisa anterior, presume-se que a posição ideológica da *Folha* a respeito da guerra civil de Angola já estava filtrada pelos outros jornais e agências do qual adquiriu as informações, pois não foi para o país africano cobrir diretamente o conflito.

O objetivo geral, para tal pesquisa, consistiu em revelar de forma criteriosa (para o tempo exigido para se escrever uma monografia) a visão dos dois jornais paulistanos quanto à guerra civil angolana. Com base na metodologia da análise de discurso francesa, num levantamento rigoroso e nas grandes referências bibliográficas a respeito do tema nota-se que houve o empenho de se aprofundar e avaliar o posicionamento discursivo utilizados pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* na construção dos sentidos referente à guerra civil de Angola.

Porém, ainda pode ser reavaliado de modo mais restrito em uma dissertação de mestrado. Pois, é um tema que envolve uma riqueza de interpretações.

REFERÊNCIAS

BONANATE, Luigi. **A Guerra**. São Paulo: Estação Liberdade. 2001.

BORJA, Magdala A. T. Vaz. **A Cobertura da Guerra Civil em Angola pelos Jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo**: Uma análise de Discurso. Monografia. Curso de Comunicação Social – Jornalismo. Universidade de Fortaleza. Fortaleza. 2009.

COLOMBO, Sylvia. Cobertura de Guerra. In: **Entre Aspas**. 2005. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=327ASP017>. Acesso em 07 de setembro de 2009.

COUTO, Célia Pinto do e ROSAS, M.^a Antônia Monterroso. **O Tempo da História**. Porto: Porto Editora. 2001.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. Edição eBooks Brazil. 2008. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/3237639/Os-Sertoos/>. Acesso em 07 de setembro de 2009.

KAPUSCINSKI, Ryszard. **Mais um dia de vida**: Angola 1975. Porto: Campo de Letras – Editores, S.A. 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2^a Ed. São Paulo: Companhia de Letras. 2005.

RODRIGUES DOS SANTOS, José. **A Verdade da Guerra**: da subjetividade, do Jornalismo e da Guerra. 6^a edição. Lisboa. Gradiva. 2005.

SZYMANIAK, Włodzimierz Jozef (coord.). **Dicionário de Ciências da Comunicação**. Porto: Porto Editora. 2000.

TERRA MAGAZINE. **Brasil**: uma Guerra Urbana. 2009. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,/OI3818596-EI6578,00-Brasil+uma+guerra+urbana.html>. Acesso em 09 de setembro de 2009.

VICENTINO, Cláudio e DORINGO, Gianpolo. **Histórias do Brasil**. São Paulo: Editora Scipione. 1997.

CAPÍTULO 06

GESTÃO DO RISCO NO SETOR PÚBLICO: UMA REVISÃO DE PESQUISA EMPÍRICA

Hélio Corguinho Fernandes

Mestre em Administração Militar pela Academia Militar
Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar - CINAMIL
Endereço: Avenida Conde Castro Guimarães, 2720-113, Amadora, Portugal
E-mail: helio.fernandes@academiamilitar.pt

Francisco José Ribeiro Rodrigues

Aluno de Mestrado em Administração Militar pela Academia Militar
Endereço: Avenida Conde Castro Guimarães, 2720-113, Amadora, Portugal
E-mail: francisco.fjrr@gmail.com

António Pedro Pereira Ribeiro

Academia Militar
Aluno de Mestrado em Administração Militar pela Academia Militar
Endereço: Avenida Conde Castro Guimarães, 2720-113, Amadora, Portugal
E-mail: antoniodoismil@gmail.com

David Miguel Almeida Amaral

Aluno de Mestrado em Administração Militar pela Academia Militar
Endereço: Avenida Conde Castro Guimarães, 2720-113, Amadora, Portugal
E-mail: davidamaral99@gmail.com

Miguel Gomes Sá Júnior

Aluno de Mestrado em Administração Militar pela Academia Militar
Endereço: Avenida Conde Castro Guimarães, 2720-113, Amadora, Portugal
E-mail: miguel.gomes.sa.@gmail.com

RESUMO: Qualquer organização tem como estratégia alcançar as metas e os objetivos previamente definidos, contudo as mesmas são influenciadas por fatores internos e externos, que tornam o caminho para as suas metas e objetivos mais ou menos difíceis de alcançar. Este processo que torna o alcance dos objetivos mais ou menos difícil de alcançar denomina-se de risco. O risco é um fator que está constantemente associado ao processo de tomada de decisão. O objetivo das organizações é gerir e minimizar ao máximo este fator, ou seja, identificar e analisar os riscos que estão inerentes à decisão que se pretende tomar, para que a organização consiga estabelecer uma melhor estratégia de suportar os mesmos e ao mesmo tempo atingir os seus objetivos. A gestão de risco pode ser aplicada a qualquer tipo de organização, no entanto, neste trabalho pretendemos abordar com maior primazia a gestão do risco no setor público, uma vez que, o setor público apresenta uma estrutura muito mais alargada e complexa do que o setor privado, e onde a presença de várias entidades muitas das vezes conduz a conflitos de interesses, mas também por ser 311 um setor onde a burocracia está muito presente, tudo isto afeta negativamente o processo de tomada de decisão, e em consequência o grau e a variedade do risco que esta atividade apresenta.

O objetivo do setor público é satisfazer as necessidades básicas da sociedade, como tal toda a atividade e responsabilidade deste setor é maior, uma vez que tem de assegurar à população que nenhum risco corrente ou futuro ameaça aquilo que lhes é garantido. Dadas estas responsabilidades, em setores cruciais que atendem à população como: defesa, segurança, educação e saúde, o setor público apresenta complexidades muito mais alargadas e por isso torna a tarefa da gestão do risco maior. Assim sendo, pretendemos com este artigo realizar uma revisão sistemática da literatura existente da temática em causa.

PALAVRAS-CHAVE: Risco, Processo de Gestão do Risco, Setor Público, Governo, Segurança.

ABSTRACT: Any organization's strategy is to achieve previously defined goals and objectives, but these are influenced by internal and external factors, which make the path to their goals and objectives more or less difficult to achieve. This process that makes the achievement of goals more or less difficult is called risk. Risk is a factor that is constantly associated with the decision-making process. The objective of organizations is to manage and minimize this factor to the maximum, that is, to identify and analyze the risks that are inherent to the decision that is to be made, so that the organization can establish a better strategy to support them and at the same time achieve its objectives. Risk management can be applied to any type of organization, however, in this work we intend to approach risk management in the public sector with greater priority, since the public sector presents a much broader and more complex structure than the private sector, and where the presence of several entities often leads to conflicts of interest, but also because it is a sector where bureaucracy is very present, all of this negatively affects the decision-making process, and consequently the degree and variety of risk that this activity presents. The objective of the public sector is to satisfy the basic needs of society, so the whole activity and responsibility of this sector is greater, since it has to assure the population that no current or future risk threatens what is guaranteed to them. Given these responsibilities, in crucial sectors that serve the population such as defence, security, education and health, the public sector presents much wider complexities and therefore makes the task of risk management greater. Therefore, we intend with this article to carry out a systematic review of the existing literature on the subject.

KEYWORDS: Risk, Risk Management Process, Public Sector, Government, Security.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo produz uma revisão sistemática da literatura de importantes estudos dedicados à gestão do risco no setor público, a mesma fazendo-se acompanhar de conceitos importantes relacionados com a temática.

O setor público é uma organização complexa e de diversa e confusa estrutura pessoal, da mesma forma os seus objetivos e a suas funções inserem-se num patamar de muita responsabilidade. Para garantir que determinados níveis de satisfação e valor sejam cumpridos é necessário tomar algumas medidas, com auxílio a determinadas ferramentas de apoio. O presente artigo, pretende uma análise técnica do tema abordando diferentes artigos científicos e evidenciando o valor que eles acrescentam para a temática em causa, além disso analisou-se ainda planos de gestão do risco de instituições de segurança nacional, como modelos de exemplo de gestão do risco no setor público, para que se comprovasse a teórica já antes apresentada.

2. PLANEAMENTO DA REVISÃO

2.1 NECESSIDADE DE REVISÃO

Com o objetivo definido de realizar uma revisão sistemática da literatura, torna-se essencial para a realização do artigo determinar se já alguma revisão da temática foi previamente realizada. Como tal, este artigo surge no âmbito de avaliar, em que medida essas revisões acrescentam valor e podem ser úteis quer para o estudo da temática em causa, quer para as organizações do setor.

2.2 IDENTIFICAÇÃO DAS REVISÕES EXISTENTES, OBJETIVO E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Para identificar as revisões de literatura já existentes, recorreu-se sobretudo a bases de dados de artigos científicos, livros e dissertações da área da Economia. Para determinar as revisões que se tomaram como base para este artigo utilizaram-se as palavras-chave descritas acima.

Para a realização deste artigo estabelecemos como:

Objetivo - Compreender o porquê de o setor público ser uma organização complexa e identificar como atuam os processos de gestão do risco.

As questões de investigação constroem toda a lógica desta revisão, uma vez que nos serviram de farol durante todo o processo de elaboração.

Questões de Investigação:

- Qual a importância de um processo de gestão do risco eficaz no setor público?
- Quais são os problemas no setor público para a gestão do risco?

3. REVISÃO EMPÍRICA DA LITERATURA

3.1 TEORIA DO RISCO

A gestão de riscos é um processo utilizado pelas organizações com o intuito de conseguir um ponto de vantagem em cada uma das suas atividades, através da análise metódica das respetivas ameaças. Tem então como objetivo principal a identificação e tratamento das mesmas, bem como a avaliação de pontos positivos e negativos que possam afetar a própria organização, diminuindo a taxa de insucesso e aumentando a probabilidade de êxito. Mas o que é o risco? De acordo com Althaus (2005), o risco apresenta várias definições e várias interpretações, de um modo geral, cada organização estabelece uma definição própria de risco que se adequa ao setor em que está inserida. Um exemplo prático e visível, demonstra-se entre a definição de risco na Matemática, que é visto como um fenómeno calculável, e a forma como a Filosofia o descreve, um fenómeno problemático atenuado pela sabedoria (ALTHAUS, 2005).

O autor Jedynak (2020), apresenta no seu artigo um quadro de revisão da definição de risco, parte dele evidenciado na ilustração abaixo, em que se retira a mesma conclusão que Althaus (2005), ou seja, o risco apresenta diferentes definições em diferentes setores.

Ilustração 1: Revisão da definição de risco.

Autor	Definição do Risco
(Markowitz, 1959)	Variação do retorno do investimento no mercado de capitais.
(Denenberg, 1964)	Incerteza da perda tratada como um fenómeno principalmente psicológico relevante para as relações e experiências das pessoas.
(Lawrence, 1976)	A medida da probabilidade e o peso das consequências indesejáveis.
(Pasiieczny, 1981)	Uma situação em que pelo menos um dos elementos que a compõem não é conhecido, mas a probabilidade da sua ocorrência é conhecida.
(Kendall, 1998)	Possibilidade de sofrer ferimentos ou perdas.

Fonte: Adaptado de Jedynak (2020, p. 16).

3.2 PROCESSO DE GESTÃO DO RISCO

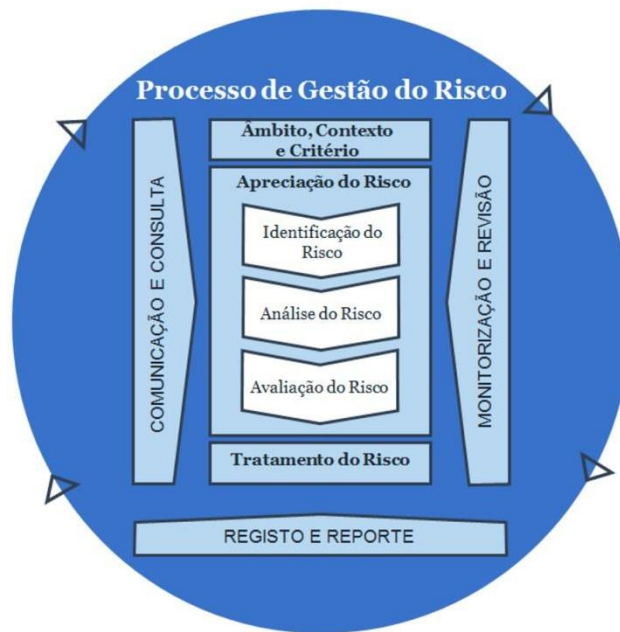
A gestão do risco é uma ferramenta que contribui para a melhoria de

desempenho em áreas como saúde, segurança, defesa, proteção ambiental, gestão de investimentos e eficiência em operações nos cargos de liderança, ou seja, é destinada a ajudar a organização a tomar a decisão correta na altura certa para identificar, classificar, quantificar os riscos e depois geri-los e controlá-los(Srinivas, 2019).

De acordo com o Instituto Português da Qualidade (2018), a Norma Portuguesa de Gestão do Risco que se denomina por *NP ISO 31000 2018*, o processo de gestão do risco para que seja eficaz deve ser integrado no planeamento da organização, bem como na cultura e nas práticas organizacionais, uma vez que apoia quem toma a decisão e permite que as suas escolhas sejam informadas e criteriosas. Tudo isto, a fim de oferecer uma garantia razoável quanto ao alcance de objetivos previamente estabelecidos (TURLEA, 2007).

De acordo com a *Federation of European Risk Management Associations* (FERMA, 2003), este processo da gestão de riscos, acrescenta valor à organização e aos seus intervenientes, uma vez que tem por base a criação de uma estrutura que permite desenvolver as atividades futuras de uma forma mais consciente e controlada, prestando auxílio essencialmente na área do planeamento para utilização mais eficiente dos capitais e recursos a fim de proteger e melhorar a imagem da organização. De uma forma geral, segundo o governo do estado australiano de Queensland (2020, p. 4), um sistema de gestão de riscos eficiente melhora o processo de planeamento, reduzindo a probabilidade de potenciais eventos futuros dispendiosos e aperfeiçoando a distribuição aprimorada de recursos, conseguindo manter, de forma geral, uma *performance* sólida e melhorada,desenvolvendo uma gestão mais responsável e transparente no que toca à tomada de decisão e aos resultados obtidos.

Ilustração 2 - Processo de Gestão do Risco.



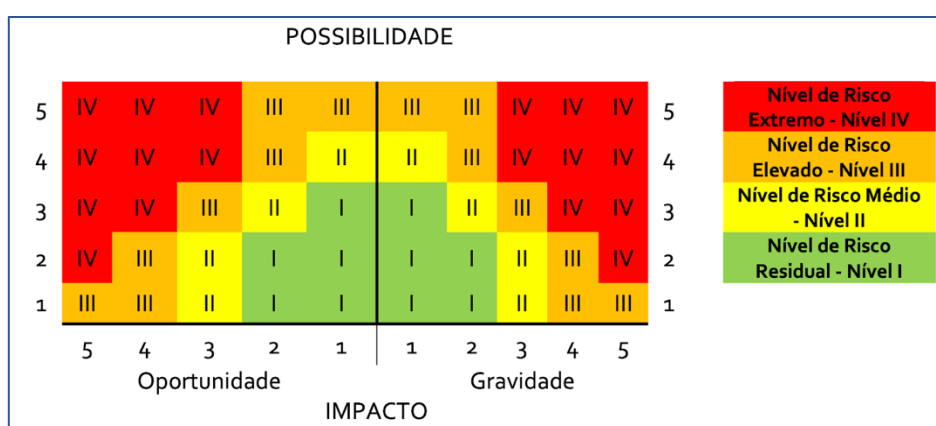
Fonte: Instituto Português da Qualidade (2018, p. 14).

O processo da gestão do risco, evidenciado pelo Instituto Português da Qualidade e expostona Ilustração 2 (2018, p. 16), compreende várias etapas:

- A *Comunicação e Consulta*, que deve ocorrer entre a parte interna e externa à organização durante todo o processo. Esta atividade inicial é muito importante, uma vez que ambas as partes partilham entre si as perceções do risco inerente e as medidas que estão a ser tomadas.
- *Âmbito, Contexto e Critérios*, nesta etapa a organização descreve os seus objetivos, o ambiente que a organização pretende definir, e os parâmetros e os critérios de como gerir o risco.
- *Identificação do Risco*, “A finalidade da identificação do risco é encontrar, reconhecer e descrever riscos que possam ajudar ou impedir que uma organização atinja os seus objetivos”.
- *Análise do Risco*, esta etapa introduz a entrada para a avaliação do risco, ou seja, compreende o risco e a suas características para que se possam tomar decisões para tratar o mesmo e de que modo.

- *Avaliação do Risco*, esta etapa serve principalmente para apoiar a tomada de decisões, como que foi analisado na etapa anterior, ou seja, compara-se o risco em causa com os critérios definidos pela organização. Para esta etapa é essencial que se utilizem matrizes de avaliação do risco como aquela que se apresenta na Ilustração 3, e que foi retirada do plano de gestão de riscos 2019, elaborado pelo Ministério do Ambiente e da Transição Energética da República Portuguesa.

Ilustração 3 - Matriz de Riscos.



Fonte: O Autor.

- *Tratamento do Risco*, esta etapa implica a escolha e a implementação de medidas para modificar os riscos. E uma vez implementadas, devem ser avaliadas e classificadas para que se verifique se são eficazes para tolerar esse risco.

- *Monitorização e Análise crítica*, compete a esta etapa que se vigie ou verifique regularmente se o tratamento do risco executado é eficaz e eficiente. Que se obtenha a informação adicional para melhorar a análise de riscos e que se identifique possíveis riscos futuros para que na etapa do estabelecimento do contexto, os parâmetros e os critérios de como gerir o risco sejam cada vez mais específicos à situação em causa.

- *Registo e Reporte*, serve essencialmente para registar e documentar os resultados, com o intuito de fornecer informação para melhorar e facilitar as tomadas de decisão futuras e diminuir as suas incertezas.

3.3. FERRAMENTA DE APOIO À ANÁLISE

De acordo com Srivastava (2018), após a crise financeira global, as falhas de gestão de risco das empresas foram destacadas e sentiu-se a necessidade de um

sistema integrado de gestão de risco a nível mundial. Para tal surgiram algumas ferramentas, em Portugal, o Instituto Português da Qualidade (2018, p. 16), através da Norma NP ISO 31000 2018 define o conceito de risco como “*Efeito da incerteza nos objetivos*”, ou seja, combina a probabilidade e as consequências de determinados efeitos, positivos ou negativos, para que se atinja os objetivos da organização. Como já referido anteriormente cada setor do mercado ou cada área científica tem a sua definição de risco. Existem riscos na segurança, na saúde, no meio ambiente, na educação e que devem ser resolvidos. Para solucionar estes riscos surgiu a norma ISO 31000 que permitiu que as organizações incorporassem padrões e processos de alto nível para avaliar e eliminar riscos em todas as suas operações. A norma ISO 31000 oferece princípios e diretrizes genéricas sobre a gestão de riscos. A norma não é destinada a um segmento ou setor específico, podendo ser usada por qualquer organização pública ou privada, aplicada a qualquer tipo de risco e em diferentes atividades e operações. A norma ISO 31000 é a referência global para sistemas de gestão do risco, ao escolhê-la, ganha vantagem no mercado e oferece ao cliente confiança na sua tomada de decisão estratégica.

3.4. RISCO NO SETOR PÚBLICO

Nesta fase de desenvolvimento pretendemos a expor as dificuldades da gestão do risco no setor público, setor este que em comparação com o privado insere-se numa realidade mais complexa e burocrática.

De acordo com Domokos *et al.* (2015), a importância dos processos de gestão do risco nas organizações cresceu visivelmente durante os últimos anos, quer nas instituições privadas quer nas instituições públicas, estes processos de gestão do risco passaram a ter carácter obrigatório, tudo para inibir a má gestão financeira dos recursos e controlar mais eficazmente as decisões e as suas repercussões, o mesmo autor defende ainda que muitas das organizações estão ainda em fase de aprendizagem sobre como integrar este processo nas suas operações. Uma plausível explicação deve-se a que o Estado enquanto organização, seja de que país for, é uma máquina difícil de controlar, devido à sua dimensão, diferentes áreas de atuação e responsabilidade social, por isso é difícil e complexo apresentar metodologias próprias aos diferentes ramos do Estado para que haja um controlo adequado e eficiente em toda a sua estrutura.

Dadas as obrigações do Estado, as suas prioridades são diferentes e não possuem uma visão meramente capitalista, tal como setor privado. Para o Estado

surtem em primeiro plano as obrigações para com o interesse público, dito isto, este agente compromete-se a riscos altos e a retornos financeiros baixos, isto porque os retornos que o estado espera são a criação de condições para prosperidade económica e para a maximização do bem-estar e dos benefícios da população.

O setor público, aplica os orçamentos que lhe são atribuídos para distribuir bens e serviços públicos, com a obrigação de perceber quais as necessidades que a sociedade mais necessita, e é neste âmbito que a gestão do risco no setor público surge, ou seja, analisa-se as incertezas, as causas e as consequências que possam surgir de uma determinada ação e de que maneira o setor público as consegue controlar. Contudo o controlo de determinadas ações torna-se ineficaz e mal aplicado no setor público que, de acordo com Moloi (2018), resultam da presença de pessoal inadequado para a função de gestão do risco empresarial, ou seja, pela existência de cargos preenchidos por candidatos sem qualificações académicas e experiência adequada para o cargo.

Nas etapas do processo da Gestão do risco, é evidentemente mais fácil identificar o risco, isto através da comunicação constante com a população, mas também caso a organização tenha a gestão do risco bem enraizada na sua cultura. Por outro lado, o tratamento do risco é a etapa mais complicada derivado a todos os fatores que envolvem o setor público e que já foram referidos anteriormente, por exemplo situações de risco que possam originar catástrofes naturais ou calamidades públicas, implicam que organizações representantes da segurança, defesa e apoio social estejam presentes em praticamente todo este processo. De acordo com Philippi Jr (2012), a França apresenta gabinetes de gestão do risco dentro do setor público, em entidades do governo, e estes gabinetes constituem-se como ferramentas fundamentais para estimular e apoiar o setor público sobretudo na área da defesa e da segurança. Trabalham em parceria com o setor público e com a comunidade em geral, ou seja, com todas as partes interessadas de maneira a que se partilhe informação, e se analise os efeitos do risco na vida da população, deste modo, estes gabinetes surgiram com o intuito de no processo de gestão do risco, a identificação do mesmo seja mais rápida e que a sua análise e tratamento seja de igual forma mais eficaz. De acordo com Turlea (2007), ao aperfeiçoar os sistemas de gestão do risco, a auditoria interna ajuda a acrescentar valor às entidades do setor público, a limitar o desperdício de recursos, a probabilidade de fraude e corrupção e a detetar atempadamente as deficiências existentes.

3.4 ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO DO RISCO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA NACIONAL

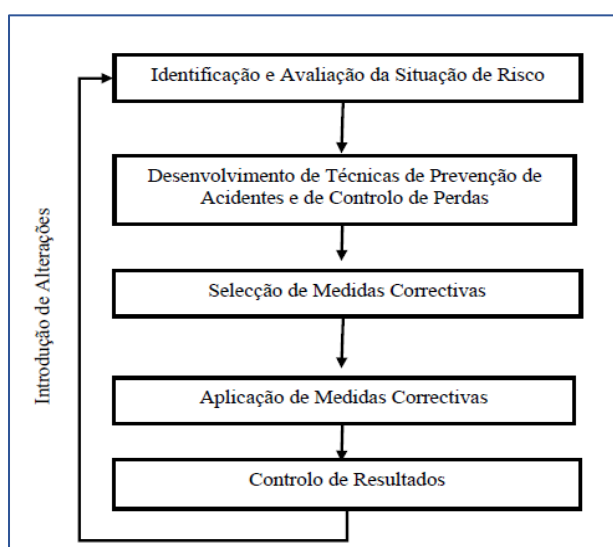
Todos estes aspetos acima descritos são facilmente visíveis e analisados em organizações públicas como já foi referido. Tivemos como instituição de análise a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Autoridade Nacional para a Proteção Civil (ANPC) e o Exército Português (EP). A GNR, apresenta num documento, a análise e métodos a adotar em cada situação de risco, o que cada risco representa e quais são as entidades responsáveis por cada situação.

4. EXÉRCITO PORTUGUÊS

No âmbito militar, nomeadamente o EP, descreve: *“gestão do risco é uma ferramenta de apoio à decisão, usada em todos os níveis da cadeia de comando, para permitir uma antecipação aos perigos, reduzir potenciais perdas e aumentar a probabilidade de sucesso da missão”* (ROSA, 2003).

O EP apresenta um processo na gestão do risco faseado, onde todos os planos de ação passam por uma tomada de decisão que é vista e revista pelos responsáveis de cada área de atuação específica. Desde o momento que o risco é reconhecido, até à fase que deixa de ser considerado um risco, tem de passar por muitas fases, representadas na Ilustração 4:

Ilustração 4: Fases da gestão do risco no EP.



Fonte: Rosa (2003).

O diferente nível de risco, na área da segurança aplicada ao EP, contribui para

a gestão do risco nacional com qualidade das decisões tomadas, a contribuição para a prevenção de acidentes e uma garantia que se a hierarquia tomar o devido significado, na hora da tomada de decisão, a probabilidade de ser a mais correta é elevada, pois passou nos mais diferentes níveis da cadeia hierárquica.

5. PROTEÇÃO CIVIL

A ANPC apresenta um plano de gestão de risco diferenciado dos restantes. O risco avaliado está diferenciado em diferentes áreas de atuação, como por exemplo, sísmica, inundações, entre outros. A Avaliação Nacional de Risco descreve, para cada risco, o processo de análise e os dados utilizados, estando a metodologia de avaliação centrada na avaliação da suscetibilidade e na cartografia dos elementos expostos, incluindo estimativa do grau de gravidade dos danos potenciais e da probabilidade de ocorrência do risco (ANPC, 2019).

Ilustração 5: Grupos de Risco conforme a Proteção Civil.

		DESIGNAÇÃO
RISCOS NATURAIS	Meteorologia adversa	Nevões
		Ondas de calor
		Ondas de frio
		Ventos fortes
	Hidrologia	Secas
		Cheias e inundações
		Inundações e galgamentos costeiros
	Geodinâmica interna	Sismos
		Tsunamis
	Geodinâmica externa	Movimentos de massa em vertentes
		Erosão costeira - Recuo e instabilidade de arribas
RISCOS TECNOLÓGICOS	Acidentes graves de transporte	Acidentes rodoviários
		Acidentes ferroviários
		Acidentes fluviais/marítimos
		Acidentes aéreos
		Acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas
	Infraestruturas	Acidentes em infraestruturas fixas de transportes de produtos perigosos
		Incêndios urbanos
		Colapso de túneis, pontes e infraestruturas
		Rutura de barragens
	Atividade industrial e comercial	Acidentes em instalações fixas com substâncias perigosas
		Colapso de edifícios com elevada concentração populacional
		Emergências radiológicas
RISCOS MISTOS	Relacionados com a atmosfera	Incêndios rurais

Fonte: ANCP (2019).

Na Ilustração 5, consegue-se observar a forma como o risco esta categorizado, para que o processo de resolução seja muito mais simples e eficaz, cada risco tem um grupo responsável pela resolução do mesmo, sendo que a formação de cada um é especializada e preparada para colmatar todas as dificuldades do risco em causa.

6. GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

A GNR apresenta na sua análise um conjunto de cinco fatores que se devem ter em consideração na avaliação do risco:

- Qualidade da governação;

- Integridade das operações e dos processos;
- Qualidade do sistema de controlo interno;
- Motivação do pessoal;
- Comunicação.

Como conseguimos comprovar, são aspetos já referidos anteriormente por nós, que se conseguem refletir em todas as organizações públicas e não necessariamente apenas na área da segurança interna.

No quadro seguinte, apresenta algumas entidades da GNR e que responsabilidade apresentam na decisão e gestão de cada risco.

Ilustração 6: Decisores e responsabilidades da Gestão de Riscos

GESTÃO DE RISCOS	
DECISOR	FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
COMANDANTE-GERAL (CG)	• É o gestor do Plano; • Estabelece a arquitetura e os critérios da gestão de risco, cuidando da sua revisão; • Recebe e comunica os riscos, tomando as medidas inseridas na sua competência.
INSPETOR DA GUARDA (IG)	• Apoia o Comandante-Geral na conceção e definição da arquitetura e estratégia da gestão de riscos e da implementação do respetivo processo de gestão; • Promove a comunicação com UUSOO no âmbito da gestão de riscos.
COMANDANTES FUNCIONAIS (CF)	• São os responsáveis pela organização, aplicação e acompanhamento do Plano na parte respetiva; • Identificam, recolhem e comunicam ao CG qualquer ocorrência de risco com provável gravidade maior; • Responsabilizam-se pela eficácia das medidas de controlo do risco na sua esfera de atuação.
DIRETORES COMANDANTES DE UNIDADE	• Acompanham a execução das medidas previstas no Plano e contribuem para o respetivo Relatório Anual e relatórios de acompanhamento; • Desenvolvem o acompanhamento e contribuem para o(s) relatório (s) respondendo ao questionário da Parte V (em junho e em dezembro), a outros inquéritos, quando solicitados, e a ações específicas.

Fonte: Guarda Nacional Republicana (2020, p. 7).

Como se consegue observar, o Comandante-Geral da GNR é o gestor e órgão máximo na gestão e análise do plano para cada situação, abaixo deste existem outros órgãos com a responsabilidade devida. Este ponto, que tem como base a decisão de quem faz o que, é muito importante na medida que, para funcionar de forma eficiente, cada órgão tem que saber o que fazer e quando fazer, evitando assim e de uma forma mais eficaz qualquer conflito que possa surgir em relação à decisão a ser tomada.

Quando é identificado um risco, a GNR tem que saber que medida adotar, para isso apresenta também atitudes a tomar para cada nível de risco:

- Evitar o risco, eliminando a sua causa;
- Prevenir o risco, procurando minimizar a probabilidade de ocorrência do risco ou do seu impacto negativo;
- Aceitar o risco e os seus efeitos;
- Transferir o risco para terceiros.

Esta forma de atuar em relação ao risco, contribui de forma consistente na elaboração de novos planos de possíveis procedimentos em diferentes situações nas mais variadas instituições ao longo do mundo. Sendo a GNR uma referência em Portugal, faz com que a sua forma de atuação seja credível e de fácil replicabilidade.

Concluindo, consegue-se nestes três planos de instituições de segurança portuguesas, perceber alguma homogeneidade de como o processo ocorre e por quem percorre, facilitando assim a sua atuação, mas também o trabalho conjunto entre estas instituições em caso de intervenção.

7. METODOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE REVISÃO

O trabalho é teórico e o método utilizado no processo de investigação foi a análise da literatura científica já existente na área de gestão do risco no setor público. Para recolher a literatura foi utilizada principalmente a base de dados: *Ideas Repec*. Nesta base de dados ordenámos os resultados pela sua relevância, o que nos garante que já foram mais vezes utilizados e são de melhor qualidade técnica, além disso tentámos também que fossem recentes. Posteriormente procedemos de duas formas, primeiro com um critério de seleção mais global, utilizando o termo “*risk management*” na procura para a realização da base teórica da temática. Numa segunda parte, aplicámos critérios mais restritos e utilizámos o termo “*risk management in public sector*” na procura, ou seja, artigos que tivessem um enfoque principal no setor público.

7.1 PESQUISA EMPÍRICA

Na Ilustração 7, encontram-se listados os trabalhos e artigos que foram recorridos bem como as evidências retiradas dos mesmos para a temática do presente artigo.

Ilustração 7: Revisão da pesquisa empírica.

Autor	Evidências	Grupo	Região
Althaus (2005)	O conceito generalizado de Risco é difícil de definir. Exemplos de noção do risco nas diferentes áreas.	Governo Central	Austrália
Energética (2019)	Matriz de avaliação do risco, onde se analisa as oportunidades e as ameaças de determinada ação para determinar o seu nível de impacto.	Governo	Portugal
FERMA (2003)	O processo de gestão do risco acrescenta valor à organização, tornando o seu planeamento mais eficiente e a sua decisão mais sensata e objetiva.	Controlo de Risco/ Qualidade	União Europeia
Chowdhury & Shil (2019)	A gestão do risco faz parte do ciclo de vida do planeamento empresarial das organizações.	Controlo de Risco	Bangladesh
APQ (2018)	Ferramenta comum para o processo de gestão de risco. Noções teóricas.	Controlo de Risco	Portugal
Queensland Government (2020)	Um sistema de gestão de riscos eficiente melhora o processo de planeamento, reduzindo a probabilidade de potenciais ameaças, conseguindo manter, de forma geral, uma <i>performance</i> sólida e melhorada.	Governo	Austrália
Turlea (2007)	Auditoria interna como ferramenta atenuante do risco nas organizações.	Controlo de Risco/ Qualidade	Roménia
Jedynak (2020)	Identificação das abordagens à definição de risco com base numa revisão das definições destes conceitos na literatura científica.	Teoria do risco	Polónia
Srinivas (2019)	Perspetivas sobre Avaliação e Gestão do Risco aplicável a qualquer projeto em geral.	Controlo de Risco/ Qualidade	Índia

Moloi (2018)	Algumas das razões para os processos de gestão do risco serem inadequados e as suas práticas ineficazes resultam da presença de pessoal inadequado na função de gestão do risco empresarial e da existência de cargos preenchidos por candidatos sem qualificações académicas e experiência adequada para preencher um cargo.	Setor Público	África do Sul
Domokos, Nyéki, Jakovác, Németh, & Hatvani (2015)	As organizações estão ainda em fase de aprendizagem sobre como integrar a gestão do risco com as operações organizacionais.	Governo (auditoria)	Hungria
Kapuscinska & Matejun(2014)	Soluções organizacionais adotadas relativas à gestão do risco e ao papel do risco nas organizações	Controlo de Risco/Qualidade	Polónia
Australian Institute of Company Directors (2005)	As entidades devem mitigar o risco bruto ou inerente envolvido numa atividade empresarial e determinar o risco líquido a ser suportado pela entidade.	Controlo de Qualidade	Austrália
Ávila (2016)	Dever de cuidar do bem público como preocupação central do setor público.	Setor Público	Brasil
Rodrigues (2013)	A existência de uma diversidade de riscos, internos e externos, para as organizações implica que para a sustentabilidade da mesma, deva estar estabelecida uma cultura de prevenção e de deteção.	Controlo de Risco/Qualidade	Portugal

União (2018)	As ações do setor público procuram atender às necessidades e expectativas dos cidadãos, ou seja, apresentar um retorno condizente aos impostos e outras fontes monetárias que direta e indiretamente provém dos contribuintes.	Setor Público	Brasil
Castellini & Riso (2020)	Além disso, o desenvolvimento das práticas de gestão do risco no sistema de controlo de gestão dos municípios envolve um crescimento das competências de gestão.	Setor Público	Itália
Ujkani & Vokshi (2019)	Estudo de caso ao Kosovo, onde a implementação de regras e procedimentos de controlo interno nas organizações orçamentais está atrasada em relação ao desenvolvimento do quadro geral.	Setor Público	Kosovo
Fletcher & Abbas (2017)	Apresenta uma medida de valor público que pode ser usada para ajudar os diretores das organizações do setor público a avaliar melhor as decisões políticas e maximizar o valor para o povo americano.	Setor Público	Estados Unidos da América
Ładysz (2018)	A segurança financeira do Estado diz respeito, em primeiro lugar, à segurança das finanças públicas. Assegurar a boa condição financeira do Estado não só permite a sua existência, mas também o seu desenvolvimento.	Governo (finanças)	Polónia
Nicholson-Crotty, Nicholson-Crotty, & Webeck (2019)	A eficácia, e mesmo a necessidade, de reformas que incentivem uma maior tolerância ao risco entre os funcionários do setor público depende de uma compreensão precisa da escolha arriscada nesse setor.	Setor Público	Estados Unidos da América
Srivastava (2018)	Após a crise financeira global, as falhas de gestão de risco das empresas foram destacadas e sentiu-se a necessidade de um sistema integrado de gestão de risco a nível mundial.	Controlo de Risco/Qualidade	Índia

Markov (2020)	Recomenda-se a aplicação do controlo factual, a realização de formação e a introdução da responsabilidade pessoal pela adição de dados nos registos de risco para que todo o processo seja mais eficaz e com informação mais relevante.	Controlo de Risco/ Qualidade	Bulgária
Biswas (2018)	Dada a alargada estrutura do Estado, é praticamente impossível para a gestão, através da ajuda de auditores e dos responsáveis pela governação, validar a totalidade das operações do setor público para assegurar o cumprimento rigoroso dos princípios de controlo interno, a fim de minimizar os impactos prejudiciais do risco.	Setor Público	Gana
Philippi <i>et al.</i> (2012)	Necessidade de se repensar modelos de gestão pública, com base em modelos teóricos e metodológicos e em novas racionalidades alimentadas por visões sistémicas críticas e complexas, bem como a partir de práticas e tecnologias sociais, erigidas coletivamente como construtos de um desenvolvimento em bases sustentáveis.	Setor Público	Brasil
Guarda Nacional Republicana (2020), ANPC (2019) e Rosa (2003)	O que é feito na prática num plano de gestão do risco e a importância do mesmo.	Força de Segurança e Proteção civil	Portugal

Fonte: Elaboração Própria.

8. CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo era fornecer uma revisão sistemática de literatura abrangente sobre a gestão do risco no setor público. A principal conclusão deste artigo, é que a atividade do setor público caracteriza-se como complexa, principalmente graças às suas responsabilidades para com a sociedade, aliadas à limitação dos recursos dadas as crises económicas e sociais e aos conflitos de interesse. Estes fatores amplificam e diversificam os riscos do setor público e tornou-se essencial que a gestão do risco estivesse presente enquanto uma necessidade e uma obrigação para todas as organizações se anteciparem aos eventuais riscos inerentes. Denotou-se fulcral que os processos de gestão do risco estejam enraizados em toda a cultura organizacional especialmente nas pessoas envolvidas da organização, para que cada um saiba o que fazer e quando fazer, porque em caso de erros ou falhas será mais fácil encontrá-lo e corrigi-lo.

Consideramos que é de enorme importância o desenvolvimento de ferramentas comuns para a gestão do risco, uma vez que grande parte das organizações públicas não tem metodologias próprias para o tratamento do risco, assim, a utilização destas ferramentas permite que organizações com fracos processos de gestão tenham linhas de orientação.

Por último, consideramos essencial que governos de todo o mundo invistam mais na investigação sobre a gestão do risco no setor público e façam parcerias público-privadas para tornar os processos da gestão do risco cada vez mais eficientes e as organizações mais transparentes.

REFERÊNCIAS

Althaus, C. E. (2005). A disciplinary perspective on the epistemological status of risk. *Risk Analysis: An International Journal*, 25(3), 567-588.

URL: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1539-6924.2005.00625.x>

Australian Institute of Company Directors (2005). *Risk and Risk Management in the Public Sector*. Austrália: Australian National Audit Office.

URL: https://www.anao.gov.au/sites/default/files/McPhee_risk_and_risk_management_in_the_public_sector_2005.pdf

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2020, 1 de setembro). Riscos e Prevenção [Página online]. Retirado de <http://www.prociv.pt/pt-pt/RISCOSPREV/AVALIACAONACIONALRISCO/Paginas/default.aspx>

Ávila, M. D. (2016). Gestão de Risco no setor Público. Controle estratégico para um processo decisório eficiente. *Revista Controle: Doutrina e artigos*, 179-198.

URL: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/110>

Biswas, Y. K. (2018). The Value of Public Sector Risk Management: An Empirical Assessment of Ghana. *Administrative Sciences*, 1-18.

URL: <https://www.mdpi.com/2076-3387/8/3/40>

Castellini, M., & Riso, V. (2020, 11 de junho). *Risk Management and Management Control System, a close relationship in process: Isomorphism in the Italian Municipalities*.

URL: <http://eco.unife.it/it/ricerca-imprese-territorio/quaderni-dipartimento/quaderni-dem>

Chowdhury, A., & Shil, N. C. (2019). Influence of New Public Management Philosophy On Risk Management, Fraud and Corruption Control and Internal Audit: Evidence from an Australian Public Sector Organization. *Accounting and Management Information Systems*, 18(4), 486-508.

URL: <http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=0&sid=c3773bc9-0a30-4567-8d4a-cceb30ce3c99%40pdc-v-sessmgr02>

Denenberg, H. S. (1964). *Risk and Insurance*. Prentice Hall.

Domokos, L., Nyéki, M., Jakovác, K., Németh, E., & Hatvani, C. (2015). Risk Analysis and Risk Management in the Public Sector and in Public Auditing. *Public Finance Quarterly*, 1(7), 7-28.

URL: https://www.penzugyiszemle.hu/pfq/upload/pdf/penzugyi_szemle_angol/volume_60_2015_1/a_domokos_2015_1.pdf

FEDERATION OF EUROPEAN RISK MANAGEMENT ASSOCIATIONS (2003). *Norma de Gestão de Riscos* [versão PDF]. Retirado de <https://www.ferma.eu/app/uploads/2011/11/a-risk-management-standard-portuguese-version.pdf>

Fletcher, K. C., & Abbas, A. E. (2017). A Value Measure for Public-Sector Enterprise Risk

Management: A TSA Case Study. *Risk Analysis*, 38(5), 991-1008.

URL:<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/risa.12932>

Guarda Nacional Republicana (2020, 25 de junho). *Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas* [versão PDF]. Retirado de https://www.gnr.pt/InstrumentosGestao/2020/PPGRCIC_2020.pdf

Instituto Português da Qualidade (2018). Norma Portuguesa, 31000:2018 Gestão do Risco: Princípios e linhas de orientação.

Jedynak, P., & Bąk, S. (2020). Understanding Uncertainty and Risk in Management. *Journal of Intercultural Management*, 12(1), 12-35.

URL:https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://content.sciendo.com/downloadpdf/journals/j_oim/12/1/article-p12.xml&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=8539490383519604715&ei=Z-aEX-erNeiOy9YP_6W9oAo&scisig=AAGBfm1KMSIMjS8hhOewQExAH6hv5Af5Ww

Kapuscinska, K. Z., & Matejun, M. (2014). Risk Management in Public Sector Organizations: A Case Study. *International Journal of Business and Management Studies*, 3(3), 129-143.

URL:http://www.matejun.com/pubs-en/2014_Kapuscinska_Matejun_Risk_Management_in_Public_Sector_Organizations_A_Case_Study.pdf

Kendall, R. (2000). *Zarządzanie ryzykiem dla menedżerów: praktyczne podejście do kontrolowania ryzyka* [Gestão de Risco para Executivos: uma abordagem prática para controle de risco]. Liber.

Ładysz, I. (2018). The Management Of The Public Finance Security Of Poland. Conference: 7th Business & Management Conference, Budapest.

URL:https://www.researchgate.net/publication/327842071_THE_MANAGEMENT_OF_THE_PUBLIC_FINANCE_SECURITY_OF_POLAND

Lawrence, W. W. (1976). Of acceptable risk. *William Kaufmann*, Los Altos, CA.

Markov, G. (2020). Analysis of the recommended approach for risk assessment and management in the internal financial control in the public sector of Bulgaria. *Economics and computer science*, (1), 79-91.

Markowitz, H. (1959). *Portfolio selection: efficient diversification of investments* (Vol. 16). Wiley.

Moloi, T. (2018). Analysing the human capital capabilities in the enterprise risk management function of South Africa's public institutions. *Business and Economic Horizons*, 14(2), 375-388.

URL:<https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=666799>

Ministério do Ambiente e Transição Energética (2019). *Plano de Gestão de Riscos 2019* [versão PDF]. Retirado de <http://workflow.sg.mamb.gov.pt/ficheiros/plano-de-gestao-pdf-pdf.aspx>

Nicholson-Crotty, S., Nicholson-Crotty, J., & Webeck, S. (2019). Are public managers more risk averse? Framing effects and status quo bias across the sectors. *Journal of Behavioral Public Administration*, 2(1).

URL: <http://journal-bpa.org/index.php/jbpa/article/view/35>

Pasieczny, L. (1981). *Encyklopedia organizacji i zarządzania*. Państwowe Wydawn. Ekonomiczne.

Philippi Jr, A., Sampaio, C., & Fernandes, V. (2012). *Gestão de natureza pública e sustentabilidade*. Editora Manole.

Queenslad Government (2020). *A Guide to Risk Management* [versão PDF]. Retirado de <https://s3.treasury.qld.gov.au/files/guide-to-risk-management.pdf>

Rodrigues, S. M. D. C. E. (2013). *A gestão de risco: estudo da sua influência na competitividade dos municípios portugueses* (Tese de Dissertação de Mestrado em Controlo de Gestão). Instituto Politécnico de Leiria [IPL], Leiria.

URL: <https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/1101>

Rosa, M. (2003). *Análise de Risco: Uma Ferramenta de Apoio à Decisão* (Trabalho individual de longa duração no âmbito do Curso de Estado-Maior). Instituto de Altos Estudos Militares [IAEM], Lisboa.

URL: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11867/1/MAJ%20Manuel%20Rosa.pdf>

Srinivas, K. (2019). Process of Risk Management. In *Perspectives on Risk, Assessment and Management Paradigms*. IntechOpen.

URL: <https://www.intechopen.com/books/perspectives-on-risk-assessment-and-management-paradigms/process-of-risk-management>

Srivastava, A. (2018, June). Divers and Hindrances of Enterprise Risk Management (ERM) Implementation: Evidence from India. In *Proceedings of International Academic Conferences* (No. 7208451). International Institute of Social and Economic Sciences.

URL: <https://ideas.repec.org/p/sek/iacpro/7208451.html>

Tribunal de Contas da União (2018). *Gestão de Riscos: Avaliação da Maturidade* [versão PDF]. Retirado de <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/gestao-de-riscos-avaliacao-da-maturidade.htm>

Turlea, E., & Stefanescu, A. (2007). **The Internal Audit As A Part Of The Risk Management Process In The Public Sector Entities**. *Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica, Faculty of Sciences*, 1(9), 1-26.

URL: <http://oeconomica.uab.ro/upload/lucrari/920071/26.pdf>

Ujkani, S., & Vokshi, N. B. (2019). An Overview on the Development of Internal Control in Public Sector Entities: Evidence from Kosovo. *International Journal of Economics & Business Administration*, 7(4), 320-335.

URL: <https://www.um.edu.mt/library/oar/handle/123456789/53229>

CAPÍTULO 07

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS – A RELEVÂNCIA DA AUDITORIA

Adelcio Machado dos Santos

Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC).

Docente, pesquisador e orientador dos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

Endereço: Rua Victor Baptista Adami, 800 – Centro – Caçador/SC/Brasil

E-mail: adelciomachado@gmail.com

RESUMO: Posto que a identificação das competências parta da estratégia organizacional, demanda definição das competências organizacionais e desdobra-se em competências funcionais. A identificação das competências pode ainda se dar no sentido inverso. A análise das competências de cada profissional formaria o portfólio de competências organizacionais e, a partir dessa definição, a organização estabelece a sua estratégia. Conforme essa abordagem, o novo conhecimento sempre inicia pelo indivíduo e é transformado em conhecimento organizacional. No entanto, a consolidação deste modelo gestorial demanda a efetivação de auditoria, para verificação do grau de concretude.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão por Competências. Competência. Auditoria.

ABSTRACT: Since the identification of competences starts from the organizational strategy, it demands definition of the organizational competences and unfolds in functional competences. The identification of competences can also occur in the opposite direction. The analysis of the competencies of each professional would form the portfolio of organizational competences and, based on this definition, the organization establishes its strategy. According to this approach, new knowledge always starts with the individual and is transformed into organizational knowledge. However, the consolidation of this management model requires an audit to verify the degree of concreteness.

KEY-WORDS: Management by Competencies. Competence. Audit.

1. INTRODUÇÃO

Competências podem ser identificadas como o conjunto de conhecimentos e qualidades profissionais necessárias para que uma pessoa desempenhe com êxito um conjunto de funções e tarefas, pode ser considerada ainda, como um conjunto de conhecimentos e qualidades necessárias para desenvolver com êxito o negócio de uma organização. (LERNER, 2002).

Em tempos de dificuldades financeiras e da pressão sofrida pelas empresas em gerar resultados e satisfazer investidores, além de superar a concorrência acirrada no mercado, as organizações optam cada vez mais na aplicação da gestão por competências vinculada à expectativa de rapidez nos resultados. (JANINI, 2003).

No cenário mundial atual, cada vez mais se vislumbra a necessidade de modernização da administração em virtude do acelerado desenvolvimento tecnológico e econômico envolvido nas relações sociais. Colaboradores, com perfil altamente burocrático, enfrentam desafios de adaptação para transformar uma cultura retrógrada, que cada vez mais emperra o serviço público e privado. (GONÇALVES, 2010).

Manter a gestão do serviço e estimular a sinergia da equipe de trabalho é um desafio deveras árduo. Uma empresa/organização é uma comunidade de colaboradores/empregados, que demanda ações e reações de produzir, coordenar e transformar conhecimento em capital de valor econômico. Para Janini (2003 p. 12), a empresa é pressionada a apresentar as seguintes capacidades:

- Internacionalizar os seus negócios, atuando de forma competitiva em mercados globalizados e em novos grupamentos econômicos regionais;
- Implantar novos arranjos competitivos em resposta às mudanças regulatórias, ao aumento do número de alianças estratégicas e ao aumento do número de aquisições e fusões;
- Utilizar a nova tecnologia de informação disponível;
- Organizar-se de maneira mais ágil e flexível para atender às pressões por melhoria em desempenho a curto prazo;
- Ofertar produtos e serviços de melhor qualidade;
- Entender melhor as relações entre cliente e fornecedor.

A atividade humana não deve ser automática e a competência aflora com o uso das competências influenciadas pelos eventos, comunicação e serviço. (ZARIFIAN,

2001). O evento consiste na atividade que exige do colaborador resolutividades de eventos ou imprevistos que ocorrem no ambiente organizacional, utilizando o conhecimento, a informação e a tecnologia para administrá-los. A comunicação nada mais é que o entendimento entre os colaboradores em torno das tarefas dos imprevistos e dos compromissos que garantem as atividades laborais. O serviço é a sobrevivência de uma organização e a fonte de emprego para os colaboradores, além da interação entre empresa- colaborador-mercado.

Para Oliveira (2007) competência estratégica significa a capacidade de identificar todas as questões externas ou não controláveis e interligar com as questões internas ou controláveis de uma organização, utilizando os instrumentos administrativos proporcionados pela administração estratégica. Há ainda a competência tecnológica que é a capacidade de obter e deter o conjunto de conhecimentos e de instrumentos administrativos que se aplicam a uma determinada área de atuação.

Para o autor, as competências fazem os envolvidos a mobilizar redes de interação que vivem a mesma situação, fazendo-os assumir responsabilidades de cada envolvido no processo.

Para Silva (2011), a auditoria é a ferramenta aplicada para verificar a integridade e a conformidade dos sistemas de gestão das organizações públicas e privadas.

No entanto, à medida que consolida este modelo gestorial, faz-se mister realizar periódicas auditorias, para verificação do grau de concretude.

2. DESENVOLVIMENTO

Para Leme (2005) as competências são divididas em dois grupos: competências técnicas e competências comportamentais.

As competências técnicas significam tudo o que o colaborador/profissional precisa saber para desempenhar sua função. Representa tudo aquilo que o profissional precisa para ser um especialista tecnicamente. Competências técnicas podem ser procuradas como palavras-chave nos currículos dos candidatos e depois averiguadas em entrevistas e testes práticos.

Já as competências comportamentais, é tudo o que o profissional precisa demonstrar como seu diferencial competitivo e tem impacto em seus resultados, tais como: flexibilidade, criatividade, organização, planejamento, liderança, entre outras.

As características mais destacáveis das competências, de acordo com Lerner (2002), são:

- Independência: que pode ser aplicável em diferentes pontos da estrutura e em diferentes situações de trabalho;
 - Especificidade: específica para cada organização;
 - Localização: ligada às pessoas. São os empregados os que a aplicam no desempenho diário de suas ocupações;
 - Evolução; modificação e evolução das competências dos colaboradores hoje, para adaptá-la às necessidades futuras.
- Podem ainda ser incorporadas a essas competências:
- Os conhecimentos: elemento básico para desempenhar com êxito as funções encomendadas;
 - As qualidades profissionais: refletem os padrões de conduta e habilidades pessoais necessárias para desempenhar com êxito uma ocupação (conjunto de funções e tarefas que um empregado deve desenvolver).

É preciso esclarecer, porém, de acordo com Lerner (2002), que as organizações modernas mudaram seu estilo de trabalho, tratando as pessoas de maneira bastante dinâmica e flexível, envolvendo-as em múltiplos projetos de negócios ou ocupações, e, portanto podem ser caracterizadas como:

- Não são elementos estáticos, mas dinâmicos.
- São um reflexo da atividade que em cada momento se realiza na organização.
- Não têm vocação de perpetuar-se no tempo, como ocorreu historicamente com o conceito de “posto de trabalho”.

Esse autor acrescenta ainda, que a definição das ocupações deve basear-se no conceito mais moderno de fluxos de trabalho e processos por projeto, abandonando o esquema mais clássico de divisão de funções estáticas.

Sobre o perfil das competências, Lerner (2002) acrescenta ainda que cada ocupação requer determina do perfil de competências e cada pessoa deve possuir

seu perfil de competências, que pode aplicar em diferentes ocupações ou projetos de negócios.

Destarte, muitas organizações modernas fizeram a ruptura acontecer entre o empregado e o tradicional posto de trabalho, já que se pode gerir as ocupações e os empregados independentemente, podendo mantê-los unidos mediante linguagem comum do perfil de competências.

Para Ruano (2007), o entendimento da competência passa pela visão da dimensão estratégica e da dimensão individual. A primeira trata das competências organizacionais e se refere a empresa como um todo. A segunda trata da competência das pessoas que trabalham na organização. Embora conceitualmente se faça uma distinção entre as dimensões, no desempenho da prática organizacional elas estão intimamente associadas.

Para a autora acima citada, a identificação das competências parte da estratégia empresarial, passa pela definição das competências organizacionais e desdobra-se em competências funcionais. A identificação das competências pode ainda se dar no sentido inverso. A análise das competências de cada profissional formaria o portfólio de competências organizacionais e, a partir dessa definição, a organização estabelece a sua estratégia no mercado. Conforme essa abordagem, o novo conhecimento sempre inicia pelo indivíduo e é transformado em conhecimento organizacional.

Por sua vez, a ideia da competência organizacional surgiu a partir da evolução da chamada “visão da empresa baseada em recursos”. As competências organizacionais podem ser classificadas de acordo com a sua natureza. De acordo com Fernandes (2006) essas podem ser competências sobre processos, competências técnicas, competências sobre a organização, competências de serviços e competências sociais.

Milles *et al.* (2002 *apud* FERNANDES, 2006) propõe ainda uma tipologia para competências organizacionais: competências percebidas pelos clientes e competências de apoio, que podem ser técnicas ou sociais. As competências percebidas pelos clientes se apoiam em competências menos visíveis, de natureza técnica ou social, como competência de trabalhar em equipe.

Uma outra forma de compreensão da competência organizacional é que ela é construída a partir de recursos. São os que articulados e coordenados, podem

configurar competências. Uma competência organizacional não seria propriamente competência se apoiasse em um único recurso, como uma máquina, um indivíduo ou mesmo uma pequena equipe. E, ao revés, um único recurso não pode constituir uma competência. Recurso, de acordo com análise de Fernandes (2006), é uma potencialidade, enquanto que a competência é uma ação.

Pensamento comum associa a gestão somente a empresas essencialmente manufatureiras, mormente àquelas que oferecem bens em vez de serviços. Para Martins (2007), essa ideia é equivocada, uma vez que todos os tipos de organizações precisam cumprir seus objetivos e atingir suas metas. Posto que as organizações que não visam a lucros, como as entidades filantrópicas, precisam apresentar resultados positivos para terem condições de garantir, não apenas a sobrevivência da organização, como também a manutenção dos serviços que oferecem, de maneira que consiga manter sua auto-sustentabilidade.

Esse autor acresce, ainda, que as escolas sejam geridas de maneira estratégica e orientadas por um planejamento que as mantenha focadas em seus objetivos, para que possam concentrar seus esforços na direção de melhores resultados organizacionais, com a finalidade de permitir que obtenham vantagem competitiva sobre seus concorrentes.

Como qualquer outro empreendimento, deve-se submeter a escola à análise de equilíbrio, para que possa identificar e analisar seu posicionamento no mercado onde está inserida, a fim de colocar suas forças a serviço da empresa, desenvolver habilidades para inibir suas fraquezas, reconhecer as oportunidades para poder focar seus objetivos e identificar as possíveis ameaças para desenvolver proteções ou descobrir alternativas a fim de evitá-las.

De acordo com Ribas (2000), a competência pedagógica também é estudada por especialistas, principalmente a competência do professor, do ensino, da escola e da educação. A autora Guiomar Namó de Mello aborda a competência profissional nas dimensões técnica e política, já o autor Pedro Demo, discute a competência formal e política e a construção da competência.

A autora explicita ainda, que autores estrangeiros como Philippe Perrenoud tratam da competência pedagógica aliada a uma nova maneira de abordar as práticas pedagógicas, a formação de professores e a profissão docente. Os trabalhos, na ótica da Sociológica, permitem a apropriação de novos enfoques sobre desigualdades

sociais presentes nas práticas pedagógicas. Seus argumentos sobre a formação do professor tem por base uma imagem explícita e realista da profissão; desenvolvimento pessoal e autodomínio; diferenças e mudanças e a complexidade da formação, são de grande importância.

Reflete-se comisso, a profissão-professor, seu desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional, evidenciando o quanto esses elementos estão imbricados e aponta na direção da mudança. Nóvoa (*apud* RIBAS, 2000) entende que a profissão precisa de se dizer e de se contar, sendo essa, uma maneira de compreensão que obriga opções constantes, que cruzam a maneira de ser com a maneira de ensinar, e que desvendam a maneira de ensinar a maneira de ser.

Ao estimular o professor a alcançar o contexto e as condições sociais, políticas e econômicas que influenciam suas concepções e ações, há a reconstrução dialética do seu quer fazer.

Para que os professores consigam agir de maneira eficaz diante de tantos problemas do dia a dia, faz-se necessário estimulá-los a registrar as situações, Perrenoud (1993, p. 109) destaca ainda que:

[...] analisar o que pensaram, sentiram e fizeram. Não para julgá-los, para acentuar a diferença com o 'que teria sido necessário fazer'. Mas sim para ajudá-los a analisar o seu próprio funcionamento, a dominar pouco a pouco os seus impulsos, as emoções excessivas, a hostilidade em face de certas atitudes dos alunos, a indiferença perante alguns sinais. Deste modo, o *habitus* pode-se construir não em circuito fechado, mas à medida de uma interação entre a experiência a tomada de consciência, a discussão, o envolvimento em novas situações.

Ribas (2000) acrescenta ainda que para pensar reflexivamente é imprescindível um esforço consciente e voluntário que leva à indagação, à ação, à pesquisa, à descoberta uma vez que o pensamento reflexivo faz um ativo, prolongado e cuidadoso exame de toda crença ou espécie hipotética de conhecimento, exame efetuado à luz dos argumentos que a apoiam e das conclusões a que chega.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Auditoria se consolida como a ferramenta adequada e completa, capaz de analisar a gestão de competência e uma empresa ou organização.

Cada vez mais o mundo corporativo exige rapidez na prestação dos serviços públicos e privados, exige colaboradores menos burocráticos que utilizem a

comunicação na realização de suas tarefas e na resolução dos problemas organizacionais. Também é importante que os colaboradores possuam flexibilidade, criatividade, organização, planejamento, liderança, entre outras.

Ratifica-se nesse trabalho, que na gestão de competência, a auditoria considera a atuação dos colaboradores e auditores envolvidos no processo.

Por fim, emerge a inferência de que a realização periódica de auditoria se faz *nister* pra verificação do grau de concretude.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, B. H. R. **Competências e desempenho organizacional: o que há além do *Balanced Scorecard***. São Paulo: Saraiva, 2006.

GONÇALVES, Marli Sorel de Araújo. **Gestão por competências: dificuldades e desafios para gestores de recursos humanos do Ministério da Saúde**. 2010. Monografia (Especialização em Negociação Coletiva) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40352/000817336.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 fev. 2021.

JANINI, Renata. **Gestão por competências: uma contribuição para obter e manter um desempenho superior**. 2003. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5707/1200303504.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 fev. 2021.

LEME, R. **Aplicação prática de gestão de pessoas por competências: mapeamento, treinamento, seleção, avaliação e mensuração de resultados de treinamento**. Rio de Janeiro: Quality mark, 2005.

LERNER, W. **Competência é essencial na administração**. São Paulo: Global, 2002. (Coleção Contato Imediato)

MARTINS, M. A. P. **Gestão educacional: planejamento estratégico e marketing**. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Administração estratégica na prática: a competitividade para administrar o futuro das empresas**. São Paulo: Atlas, 2007.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

RIBAS, M. H. **Construindo a competência: processo de formação de professores** São Paulo: Olho d'água, 2000.

RUANO, A. M. **Gestão por competências: uma perspectiva para a consolidação da gestão estratégica de recursos humanos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

SILVA, Alexandre Nixon Raulino Soratto da Silva. **Auditorias de sistema de gestão: competências para agregação de valor**. 2011. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95832/295110.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 12 fev. 2021.

ZARIFIAN, P. **Objetivo competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Dariane Cristina Catapan - Possui Doutorado em Ciência Animal pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), mestrado em Ciência Animal pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), especialização em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Faculdade de Tecnologia Internacional (FATEC), graduação em Medicina Veterinária pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e Bacharelado em Administração pela Universidade Paulista (UNIP). Foi professora e coordenadora de curso na Faculdade da Indústria. Atualmente é Avaliadora do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), Brasil, e Editora-chefe da Brazilian Journal of Animal and Environment Research (BJAER) e Latin American Publicações Ltda.

